UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LIANE ALVES DE AMORIM

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR NA BAHIA (1909-1969)

Salvador-Ba, 2008

LIANE ALVES DE AMORIM

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR NA BAHIA (1909-1969)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (orientador)

Prof. Dr. Walter Fraga Filho (membro)

Prof.Dra. Elciene Azevedo (membro)

Salvador-Ba, 2008

À minha avó Otília, exemplo de força e determinação (in memorian).

Aos meus pais, Balbino e Raimunda, por me amarem incondicionalmente.

Aos trabalhadores da Usina Dom João, os protagonistas desta história.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho individual é fruto coletivo do apoio e colaboração de várias pessoas e instituições. Sem elas, ele não se concretizaria. Agradeço a equipe de pesquisa do projeto "Contraponto baiano do açúcar e do petróleo: desigualdades duráveis, relações raciais, modernidade e globalização no Recôncavo - o caso SFC", da qual fiz parte, especialmente ao professor Livio Sansone, e aos colegas Vera Rocha, Rosilene Araújo e Vinícius.

Agradeço à FAPESB, pela concessão de Apoio Regular à Pesquisa. Mais uma vez agradeço a FAPESB pelo apoio concedido ao meu orientador Antonio Luigi Negro, através do Programa Primeiros Projetos.

A CAPES concedeu 12 meses de bolsa de estudo, igualmente agradeço. E estendo os agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História, pelo apoio recebido, para apresentação dos primeiros resultados de pesquisa no Rio de Janeiro e em São Luís do Maranhão.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Antonio Luigi Negro. Pela sabedoria com que orientou e pela longanimidade com a qual me suportou.

Agradeço à banca do Exame de Qualificação - formada pela professora Ângela de Castro Gomes (Cpdoc-FGV) e pelo professor Walter Fraga Filho (UFRB) – pelas valiosas criticas e sugestões, que fizeram em 2006.

O meu agradecimento às professoras Wlamyra Albuquerque e Lígia Bellini, pelo apoio na etapa final deste trabalho. A Marina e D. Lúcia, da Biblioteca da FFCH/UFBA, pela boa vontade. A Anne, bibliotecária da UFF, por me enviar, sempre que precisei, teses e dissertações. Agradeço a D. Maria e Cesário, do Sindicato dos Trabalhadores da Cana-de-açúcar do Estado da Bahia. A Cláudia Santana, oficial do

Cartório de Santo Amaro, que permitiu a consulta de documentos. A José Joaquim de Santana, oficial de justiça aposentado da Comarca de Santo Amaro, que acompanhou o processo de leilão dos imóveis da Usina Dom João, e me contou detalhes deste evento. A José Falcão (ex-usineiro) e Ademário Benício (comerciante), que gentilmente me concederam entrevistas. A Viraldo Ribeiro, do Espaço Bangüê, em Terra Nova.

Aos trabalhadores e trabalhadoras das usinas de açúcar da Bahia, o meu grande reconhecimento. Especialmente os homens e mulheres que trabalharam na usina Dom João, aos quais dedico este trabalho. Agnelo, Manoel Ezequiel, Angelino, Zilar, Dejanira, Florivaldo, Aurinha, Walfredo, Mateus, Germínio, Cecílio, José Bitencourt, José Batista, Mafalda, Raimunda, Ângelo, Pena, Gildete, Tertuliano, Sangagú, Cirilo, Alzira, Antonio, Edvaldo, Rivaldino, João Barbosa, Lourdes, José Antonio, e todos os demais que gentilmente permitiram adentrar nas suas histórias e memórias. Alguns já se foram, outros ainda estão entre nós. Serei eternamente grata a todos.

À saudosa Tânia, que nas minhas idas e vindas a São Francisco do Conde, orientou-me também quanto à localização de ruas, distritos e pessoas. A todas as pessoas anônimas que juntamente com os ex-trabalhadores me orientaram também, nas idas e vindas aos municípios de Santo Amaro, São Francisco do Conde, Terra Nova, Candeias, São Sebastião do Passe, dentre outros.

A Ana J. Tourinho, pela confiança depositada, e pelas muitas horas contando histórias de sua família no Recôncavo baiano. A Sueli, pela hospitalidade quando estive no Rio de Janeiro. A Kátia Lorena e Andréa Teixeira, sou grata.

A amiga Laura Carvalho. Juntas compartilhamos anseios, sonhos e frustrações, desde a seleção do Mestrado até a escrita e finalização do trabalho. Estivemos juntas do início ao fim.

Agradeço às amigas, Ana Angélica, Adna, Daize e Willandy pela amizade sincera.

Serei eternamente grata à minha família. A tia Rilza e tio Luciano. Aos meus irmãos Genilsa, Alessandra e Anderson. À minha saudosa avó Otília, e aos meus pais Balbino e Raimunda. Ao meu esposo Josival, por me sustentar espiritual e emocionalmente, meu eterno agradecimento.

Ao autor da minha fé, que nunca me deixou desistir, nas muitas idas e vindas deste percurso. Ele é a minha força e faz os meus pés como os da corça.

RESUMO

O objetivo central do presente estudo, é conhecer aspectos das histórias e trajetórias dos trabalhadores de uma usina de açúcar do Recôncavo baiano. Trata-se da Usina Dom João, considerada uma das mais importantes de São Francisco do Conde, onde funcionou no período de 1909 a 1969. A memória dos antigos trabalhadores da Usina Dom João e a utilização de outras fontes históricas, tais como, jornais, revistas, fichas de registros de empregados, registros cartoriais, processo trabalhista, comprovantes de pagamentos de salários, dentre outras, trouxe à tona a memória coletiva desse grupo de trabalhadores e reconstruiu parte de suas vivências e experiências. Portanto, o cruzamento dessas fontes nos forneceu elementos que permitiram conhecer mais acerca dos trabalhadores do açúcar na Bahia do século XX, e sua experiência da história.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores da cana-de-açúcar, Recôncavo da Bahia, século XX, memória, relações de trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to study the history of workers of one specific sugar cane factory from the Recôncavo area, in Bahia. The factory, Dom João, is considered one of the main factories of São Francisco do Conde, where it existed from 1909 to 1969. Old workers' memories about the factory gave us enough elements to understand some of the sugar workers' life in 20th century Bahia, and their experience throughout history. The possibility of using collective memory as the main source of this work brought up a richness of details that traditional written sources alone would not be able to bring to the surface. Nevertheless, the use of written documents contributed to the composition of the scenario and the context where the workers lived and acted. It's through the collective memory of this group that it was possible to rebuild part of their experiences at the sugar cane factory.

KEYWORDS: workers, sugar, 20th century, Bahia, memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I

1969: a falência da Usina Dom João contada por quem a viveu 18

Usina Dom João: história, estrutura e primeiros trabalhadores 42

CAPÍTULO II

Trabalhadores temporários e trabalhadores fixos 63

Moradia e alimentação na Usina Dom João 73

Trabalho na lavoura açucareira: atividades e hierarquias 85

CAPÍTULO III

Trajetórias de trabalhadores no mundo açucareiro: trabalho familiar 96

Trabalho infantil: os meninos que "chamavam boi" e os "aprendizes" 108

CAPÍTULO IV

Getúlio Vargas na memória dos trabalhadores da Usina Dom João 120

CONSIDERAÇÕES FINAIS 134

ILUSTRAÇÕES, MAPAS E TABELAS 137

FONTES 138

ANEXOS 140

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 143

INTRODUÇÃO

Trabalhador registra queixa trabalhista contra empresa que fechara há mais de 33 anos.

Era 21 de fevereiro de 2002. João Moreira dos Santos, 57 anos, solteiro e residente no município baiano São Francisco do Conde, dirigiu-se ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, localizado no município de Santo Amaro, Bahia. O seu objetivo era registrar uma queixa trabalhista contra a empresa em que trabalhara, mais de 33 anos antes. Esta empresa era a *Sociedade Anônima, Agrícola e Industrial - Usina Dom João*, considerada uma das principais usinas de açúcar de São Francisco do Conde, onde funcionou no período de 1909 a 1969.

No processo trabalhista acionado contra a Usina em 2002, constam as seguintes alegações em favor do Reclamante:

> O pedido formulado no presente termo de reclamação alcança o valor equivalente a 40 salários mínimos. Declara o reclamante que desconhece o endereço do reclamado, pelo que requer a notificação por edital. Requer baixa na CTPS. Assinatura e/ou baixa na CTPS. Requer a condenação da Reclamada nas parcelas do pedido[1].

João Moreira dos Santos começou a trabalhar na Usina Dom João em 1963, aos 18 anos de idade, na função de trabalhador rural, num contexto de prosperidade para poucos e dificuldades para muitos. Num período marcado pela consolidação das atividades petrolíferas no Recôncavo baiano, e pela decadência paulatina das diversas usinas de açúcar.

---

[1] Processo de trabalhista n. 16.01.02.0153-01. Tribunal Regional Trabalho da 5ª Região, Santo Amaro/Bahia.

O jornal *A Tarde*, em 1962, relatou o difícil momento que os trabalhadores das usinas de açúcar estavam vivenciando. A matéria do jornal, intitulada *"Trabalhadores na indústria do açúcar queixam-se de empresa"*, traz as seguintes informações:

> Os srs. Anísio Araújo Lima e José Ferreira de Souza respectivamente, presidente da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores Rurais e Operários do Município de São Francisco do Conde e Delegado da Bahia dirigiram-se ao Ministério do Trabalho, queixando-se contra as empresas: Sociedade Anônima Tourinho, Agrícola e Industrial – Usina Dom João; Sociedade Anônima Magalhães, Comércio e Indústria, Usina Santa Elisa, de Vicente Albuquerque Porciúncula; Fazenda Engenho Novo de Água Guaíba, D. Almerindo Catarino e Fazenda Cajaíba. Alegando os referidos dirigentes sindicais que os trabalhadores dessas empresas, na proporção de 80%, já envelhecidos no seu serviço não têm direito sequer a assinatura de sua carteira profissional, o que lhes rouba a quantidade de empregados, passando a viver em verdadeira situação de abandono. Não gozam férias, trabalham 12 a 15 horas por dia a troco de Cr$ 80,00 que está muito longe do nível de salário mínimo. Não existem escolas, predominando o analfabetismo, além de outras irregularidades que apontaram e contra as quais pediram medidas saneadoras[2].

Através dessa matéria, foi possível evidenciar as difíceis condições dos trabalhadores, tanto do setor industrial, quanto do setor rural, das usinas e fazendas de açúcar do Recôncavo baiano. A versão contida no jornal aponta para pontos importantes, também presentes na história de João Moreira dos Santos: a ausência do registro profissional em carteira e as longas jornadas de trabalho.

Voltemos agora desfecho do processo de João Moreira. A Justiça do Trabalho arquivou o processo, alegando tratar-se de uma empresa que havia fechado as suas portas em 1969, ou seja, em 2002 quando já tinham transcorridos mais de 33 anos. Para a justiça, a história se encerrava ali, com o arquivamento do processo, mas, para João Moreira, não. Após ter acesso e ler o processo, procurei seu autor, e, para minha

[2] Jornal *A Tarde*, 3 de abril de 1962, p. 06.

surpresa, ele havia falecido cerca de uma semana antes de minha chegada. Assim, as informações levantadas, e aqui expostas, foram prestadas pelos parentes dele. Foi revelado que João Moreira dos Santos declarava que iria lutar até os últimos dias de sua vida para ser ressarcido pela antiga Usina. Segundo tais informações, no ano em que a Usina fechou, 1969, os trabalhadores ficaram mais de oito meses sem receber vencimentos. A Usina Dom João faliu deixando um contingente de homens e mulheres, e não só João Moreira com salários vencidos, à espera de uma decisão judicial que reparasse os danos sofridos.

Em 2004, após o conhecimento e acesso a este processo trabalhista fiquei curiosa e queria descobrir mais detalhes sobre João Moreira, sobre esta usina de açúcar em que ele trabalhou e sobre os demais trabalhadores. Queria conhecer detalhes da vida de homens e mulheres que viveram e trabalharam na Usina Dom João. Existia uma curiosidade de conhecer, de saber sobre suas experiências, como foram suas trajetórias, quais eram suas histórias.

A partir daí, iniciei uma pesquisa de campo no Recôncavo baiano, especificamente nos municípios de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Terra Nova, São Sebastião do Passé e Candeias, dentre outros, nos quais, gradativamente, fui rastreando ex-trabalhadores da Usina Dom João, e recolhendo seus depoimentos orais.

Ao me aproximar desse grupo expressivo de ex-trabalhadores da Usina Dom João, fui informada das queixas prestadas na Justiça do Trabalho contra a Usina, depois da falência. Ao tentar localizar os processos na Justiça do Trabalho de Santo Amaro fui informada que os mesmo haviam sidos incinerados, de forma que não pude recuperar o teor dos mesmos, a não ser através da memória dos ex-trabalhadores da Usina Dom João.

Um dos resultados desta pesquisa de campo, realizada de 2004 a 2006, foi o registro de 84 depoimentos gravados e 8 depoimentos não-gravados, em sua maioria com trabalhadores que exerceram as mais diferentes funções. É importante ressaltar, que durante o período de trabalho de campo, tive a oportunidade de conhecer trabalhadores de outras usinas açucareiras que funcionaram no Recôncavo. Conheci trabalhadores das Usinas Passagem, Santa Elisa, Aliança, Paranaguá, São Carlos, Cinco Rios, Terra Nova e Itapetiguim, dentre outras. Aproveitei a oportunidade e registrei os relatos desses trabalhadores também, uma vez que demonstraram acolhimento e certo entusiasmo. Porém, apesar registrar depoimentos de trabalhadores de diversas usinas da Bahia, a presente dissertação concentra-se em torno dos trabalhadores da Usina Dom João.

Ao longo desta pesquisa, muitas lições foram aprendidas. Uma delas refere-se às particularidades e riquezas pertinentes ao trabalho com memória e história oral. Fazer pesquisa de campo não é uma tarefa fácil, mesmo contando com a boa vontade dos informantes. Trabalhar com memória requer alguns cuidados importantes, como planejar um roteiro para as entrevistas, ouvir atentamente o que é dito, perceber o que não querem dizer, estar atento às palavras, ao silêncio, aos gestos, à expressão corporal, ao olhar e às emoções. Requer cuidado e prudência por parte do pesquisador.

Para a produção das fontes orais, utilizei como parâmetros dois tipos de produções: os relatos das trajetórias e histórias de vidas e as entrevistas temáticas. Recolhido os depoimentos, iniciei uma etapa trabalhosa: a transcrição da maioria das entrevistas. Tive o cuidado de ouvir e ler atentamente os depoimentos, a fim de selecionar as partes relativas às questões desta dissertação. Tarefas árduas que demandaram tempo e trabalho, mas que foram realizadas com dedicação e prazer.

Os informantes, que nesta pesquisa, em sua maioria, foram ex-trabalhadores de usinas e fazendas de açúcar, se dispuseram a ajudar para localizar pessoas, fazendas de cana-de-açúcar pertencentes à usina Dom João, e a outras usinas do Recôncavo. Também possibilitaram o acesso às ruínas de antigas usinas e engenhos. Rastrear homens e mulheres dispersos em áreas geográficas distintas foi um desafio nesta pesquisa. Muitos residiam nos centros das cidades em que a pesquisa foi realizada. Porém, havia aqueles que residiam em fazendas e pequenos distritos de difíceis acessos, mas que mesmo assim, foram localizados.

Foi também através dos ex-trabalhadores que conseguimos levantar as primeiras fontes documentais sobre a Usina Dom João. Encontramos na casa de uma ex-funcionária da Usina, cerca de 600 fichas do Livro de Registro de Empregados contendo registros dos anos de 1909 a 1968. Encontramos também folhas de pagamentos de salários referentes aos anos de 1943, 1946, 1949, 1950, 1951, 1954 e 1957. Na casa de outros trabalhadores localizamos recibos de pagamento de salários e de compra de gêneros alimentícios no armazém da Usina, além das carteiras de trabalho. Certidões, referentes ao período de 1910, 1927, 1942, 1943, contendo informações detalhadas sobre a composição da Usina e de suas fazendas (quantidade de veículos, instrumentos agrários, máquinas, equipamento e casas), foram localizadas no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas de Santo Amaro.

No Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Açúcar do Estado da Bahia, localizado no município de Terra Nova, identificamos mais de cem fichas de trabalhadores da Usina Dom João, associados ao sindicato. Tivemos acesso também aos Livros de Movimentação de Caixa a partir do ano de 1935, em que verificamos referências aos trabalhadores da Usina Dom João.

Outro importante acesso foi ao arquivo particular da Família Tourinho, antigos proprietários da Usina Dom João. Levamos muitas horas ouvindo depoimentos da neta do proprietário acerca da Usina. Também foram levantadas fontes da imprensa, como os jornais *O Momento* (dos anos 1946 à 1948), e *A Tarde* (dos anos de1961 à 1962), que fazem referência à Usina Dom João e aos seus trabalhadores, e trouxeram informações importantes quanto às condições de trabalho. Na *Revista Brasil Açucareiro,* com publicações que abrangem o período de 1930-1970, e na *Revista Bahia Rural*, de 1962, identificamos referências às usinas de açúcar na Bahia, incluindo a Dom João.

A busca por informações detalhadas sobre essa Usina e seus trabalhadores levou-me a esse conjunto de documentos. Entretanto, conhecer a vida de homens e mulheres como Agnelo, Raimunda, Cecílio, José, Alzira, Florisval, Zé Batista, Zilar, Zezinho Dedão, Mateus, Nequinha, Cirilo e muitos outros, através da memória (individual e coletiva) que eles trazem consigo, foram os momentos mais enriquecedores, da pesquisa e do Mestrado. Conhecer pessoalmente esses sujeitos, oriundos do mundo do açúcar, saber das suas experiências e vivências no período em que trabalharam na Usina Dom João, foi uma experiência valiosíssima. E a história de cada um, e de todos eles, ao mesmo tempo, é o ponto de onde parto, e aonde chego.

A localização de uma quantidade significativa de fontes documentais foi importante para compor o cenário e o contexto, onde esses protagonistas atuaram, entretanto, através da memória coletiva desse grupo, foi possível reconstruir parte das vivências e experiências na Usina. Reconstituir testemunhos e histórias de vida de homens e mulheres que trabalharam na Usina Dom João, utilizando a metodologia História Oral, foi passo importante que demos nessa pesquisa. Como salienta Lucília de Almeida Neves:

> A História oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim o registro de depoimentos sobre essa história vivida. (...) Portanto, a história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico[3].

O registro dos depoimentos, feitos durante a pesquisa de campo, parte dessa perspectiva de compreender a História Oral como uma metodologia para a construção do conhecimento histórico. A possibilidade de utilizar a memória coletiva, trouxe riquezas de detalhes que as fontes documentais escritas sozinhas não permitiriam recuperar. Por isto, neste trabalho procuramos, sempre que possível, analisar conjuntamente os variados tipos de fontes históricas, no intuito de adentrar no universo de homens e mulheres que influíram no *fazer-se* histórico.

A escassez de estudos sobre trajetória da mão-de-obra das usinas açucareiras no Recôncavo baiano no século XX, evidencia que em relação a esse tema, há uma carência de informações históricas, bem como de interpretação, de análise e de abordagem historiográfica. Mesmo havendo contribuições relevantes, de estudos recentes, que abordam alguns aspectos do mundo das usinas açucareiras na Bahia[4]. Desse modo, esperamos que este trabalho contribua, fornecendo alguns elementos para o conhecimento acerca dos trabalhadores das usinas de açúcar na Bahia do século XX, a partir da Usina Dom João.

Neste trabalho, consideramos os suportes teóricos e metodológicos oferecidos pela História Social, levando em conta, sobretudo, as reflexões de E.P. Thompson, a

---

[3] Neves, Lucília de Almeida. "Memória e História: Potencialidades da História Oral". Art Cultura, Uberlândia-MG, volume 5, nº. 6, janeiro-junho/2003.

[4] Um estudo recente que se debruçou em alguns aspectos das usinas açucareiras na Bahia é o do Joaci Cunha, *Amargo açúcar: história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1995. Cunha ressaltou as lutas e organizações desencadeadas pelo setor organizado dos trabalhadores do setor açucareiro do Recôncavo baiano.

respeito das categorias de *processo histórico* e *experiência*. Valores e percepções apontam, portanto, para a possibilidade de compreender melhor os esforços pelos quais esses trabalhadores de origem rural influíram no *fazer-se* histórico[5].

Prosseguir nesta abordagem significa penetrar na esfera cotidiana de sujeitos que influíram nos aspectos dos mundos do trabalho do Recôncavo açucareiro. Portanto, o objetivo central deste trabalho é a partir da memória de um grupo de ex-trabalhadores da Usina Dom João, recuperar as vivências e experiências destes sujeitos na história. Eles têm muito a nos contar. Com eles temos muitos a aprender.

O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro buscamos demonstrar o processo de falência da Usina Dom João, e como ele foi vivenciado por seus trabalhadores. Também apresentamos parte da história da Usina, a partir dos relatos dos seus trabalhadores e das fontes documentais, o contexto no qual ela surgiu e desenvolveu-se e como estava estruturada.

No segundo capítulo, apresentamos os tipos de mão-de-obra operada na Usina Dom João: os trabalhadores fixos e os trabalhadores temporários. Discutimos também alguns aspectos relacionados as condições materiais de existência dos trabalhadores, tais como a moradia e a alimentação, através dos "sistema de vales" na Usina e trazemos a tona a estrutura hierárquica de funções e o trabalho na lavoura canavieira.

O terceiro capítulo trata de reconstruir trajetórias e histórias de vidas de trabalhadores. Descreve alguns aspectos do processo de produção do açúcar, mostradas a partir das vivências dos próprios trabalhadores. E apresenta aspectos do trabalho familiar e do trabalho infantil, evidenciando as diferenciações existentes no interior do trabalho açucareiro.

---

[5] Thompson, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

No quarto e último capítulo, abordamos como a figura de Getúlio Vargas marcou a memória desses trabalhadores do meio rural, e ainda debatemos acerca dos significados que eles atribuíram a Vargas e à legislação trabalhista.

CAPÍTULO I

1969: a história da falência da Usina Dom João contada por quem a viveu

> Eu trabalhei mais no campo plantando cana, cortando, carregando, limpado. Aí, depois eu passei a trabalhar na linha férrea. Então, eu trabalhei enchendo vagão. Meu trabalho era na linha férrea. Comecei trabalhar na linha férrea como ajudante e quando a usina fechou, eu já me encontrava na função de cabo de turma. Também trabalhei dentro da usina. Eu não trabalhei naquela sessão mais especial, mas eu conhecia. Trabalhei mais na caldeira, nesses lugares. É tanto que ela fechou.
> A Dom João fechou nos causando enorme prejuízo porque tinha acho que era vinte e oito quinzenas sem pagar. Não recebemos nada. Salário família, nada. Naquele tempo passamos muita fome, viu. Eles disseram que ia fechar a usina. O dono, um dos donos, seu Adolfo, ele mandou fechar a usina. Foi em março de 69, viu. Em março de 69. (...) Então, o resultado foi que eles moeram até março de 69. (...) depois fracassou. Ai eles mandou que lavasse as ferragens e aguardasse a segunda ordem. Aí, parte da segunda ordem foi essa que a gente ficou lá passando fome e disseram que a gente não podia sair de lá que quem saísse perdia. Aí, veio o sindicato, trouxe dois advogados, Dr. Orlando e mais uns outros lá. Eu sei que terminou que deu queixa dessa usina do que se tinha a receber e foi tarde porque a gente perdemos tudo. Quando pensou que não, chegou a ordem pra desmanchar a usina. Aí, um rapaz, um senhor por nome Jorge Bonetti. Ele era gaúcho. (...) Ai eles tirou as ferragens toda e levou pra uma Central Barreira no estado de Alagoas que tem muitas usinas de açúcar lá, não tem? E eu sei que aqui perdeu-se o dinheiro todo. Agora, eu não esperei. Quando eu vi, quando eu comecei passando muita fome, eu não esperei o negócio complicar, não. Aí, eu sair e fui trabalhar cavando valeta, fazendo isso, fazendo aquilo e eu sei que até hoje eu espero esse dinheiro e nada! Nada! Nada! Nada!
> Botaram um sindico que era uma pessoa que ia tomar conta das finanças e o dinheiro que vendeu as ferragens disseram que o dinheiro era da massa falida, era do pessoal, dos pobres que trabalharam tinha dinheiro pra receber. Mas esse Dr. Antonio Carlos Magalhães é muito bonzinho, né? Aí, ele era governador da Bahia, nesse tempo de 69 (1969). Era o governador da Bahia. Aí, ele tomou esse dinheiro que a usina devia também ao Estado e ele não teve compaixão dos fracos. Aí tomou esse dinheiro. É tanto que até hoje eu não voto em PFL por causa disso que eu fiquei com muita raiva, viu[6].

[6] Depoimento de Germínio dos Santos. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de janeiro de 2005.

O depoimento acima traz informações importantes sobre a falência da Usina Dom João, no ano de 1969, vivenciada, e, contada por um dos seus trabalhadores. Trata-se de Germínio dos Santos, nascido em 1933, numa fazenda denominada Sapé de Brotas, localizada no município de Terra Nova.

Germínio dos Santos começou a trabalhar na Usina ainda criança, aos nove anos de idade. Seu Avô, Domingos de Assis, e seu pai, Albertino Laurindo dos Santos, também foram trabalhadores rurais da mesma. No ano que a Usina faliu, Germínio tinha 36 anos de idade, e, aproximadamente 27 anos de serviços prestados à empresa. Nela, cresceu e constituiu família, passando parte de sua vida. Assim como Antônio Moreira dos Santos – que registrou queixa trabalhista contra a Usina em 2002, conforme relatamos na introdução do texto – Germínio dos Santos e outros trabalhadores prestaram queixa na Justiça do Trabalho, logo depois de saber da falência.

O processo se arrastou por anos e o resultado foi desfavorável para os trabalhadores, visto que a justiça retificou a falência, e as dívidas enormes com o Estado, impossibilitando assim uma indenização. Os bens da Usina – fazendas, máquinas e equipamentos, foram a leilão em 1971, e o dinheiro que deveria ser dos "*pobres que trabalharam*", da "*massa falida*", nas palavras de Germínio dos Santos, referindo-se aos trabalhadores, ficou para o Estado.

Do montante arrecadado com a venda de todos os bens, nenhuma quantia foi para os trabalhadores. As dívidas contraídas pela Usina com o Estado, fizeram com que o dinheiro arrecadado no leilão fosse utilizado para quitar os débitos adquiridos. Daí, o ressentimento de Germínio dos Santos com o governo da Bahia na época. Para ele a culpa da ausência de ressarcimento aos trabalhadores associou-se à figura de Antonio Carlos Magalhães, então Governador da Bahia.

A experiência vivenciada por Germínio é uma amostra representativa do drama vivido pela maioria dos trabalhadores que se encontrava na Usina Dom João, quando esta fechou em 1969. Principalmente os trabalhadores do campo, que foram os que mais relutaram em deixar a sede da Usina e as outras propriedades agrícolas. É obvio que todos os trabalhadores de diferentes funções, e, em diferentes intensidades, sofreram com as conseqüências do fechamento da Usina. Porém, os trabalhadores do campo foram os mais atingidos com esse evento. E foram eles também, os que mais resistiram às conseqüências que marcaram suas vidas após esse evento.

Neste sentido, nossa proposta nesta parte do texto é compreender, como os trabalhadores da Usina Dom João vivenciaram o processo de falência, e, como esse evento afetou suas vidas. Além disso, iremos conhecer um pouco sobre a história e estrutura dessa Usina, e sua importância no contexto da produção açucareira do Recôncavo baiano desde o seu surgimento até seu fechamento.

É importante ressaltar, inicialmente, que noções de direitos a serem restituídos ainda apareciam nas expectativas dos ex-trabalhadores da Usina Dom João no período da pesquisa de campo, ou seja, mais de três décadas após a falência. No processo de localização de ex-trabalhadores e de recolhimento de seus depoimentos, fui surpreendida algumas vezes com perguntas do tipo: "A senhora é do INSS?"; "É de Brasília, a mando do governo, para resolver nossa situação? Pra pagar nossos tempos?"; "A senhora veio a mando do Ministério do Trabalho para resolver a nossa situação com a Usina?" Mesmo me apresentando formalmente como uma pesquisadora que estava fazendo um estudo sobre a Usina Dom João e seus trabalhadores, fui surpreendida algumas vezes, com perguntas desse tipo. Ainda que ressaltando a inexistência de minha ligação com o Ministério e/ou com a Justiça do Trabalho, percebia que alguns desses trabalhadores resistiam em acreditar que se tratava realmente de uma pesquisa.

Confesso que essa situação foi embaraçosa, pois compreendia que alguns se tornavam mais receptivos por causa dessa expectativa. Faziam questão de mostrar documentos referentes à Usina, como as carteiras de trabalho, os comprovantes de pagamentos de salários e de concessão de vales para adquirir gêneros alimentícios. Além disso, se disponibilizam em levar na área onde a Usina funcionou, e em suas propriedades agrícolas, onde era produzida cana-de-açúcar. Indicavam outros trabalhadores para serem entrevistados, através de uma espécie de autorização verbal, do tipo: "Procure fulano de tal. Diga que fui eu que mandei procurar ele. Diga que você está buscando informações sobre a Usina".

Essa "autorização verbal" favorecia o contato mais próximo com esse grupo de trabalhadores, que contavam, com riqueza de detalhes, o drama vivido com a falência da Usina como se estivessem prestando uma reclamação trabalhista. O mais interessante é que, somente no final da entrevista, alguns faziam perguntas dos tipos acima mencionados, acreditando que de horas de conversas e entrevistas, surgiria eventualmente algum resultado ou ressarcimento trabalhista. Provavelmente, consideravam, também, não ser comum uma jovem residente em Salvador se deslocar para alguns municípios interioranos, especialmente os de tradição açucareira, e mostrar interesse e disposição para ouvir ex-trabalhadores de uma usina de açúcar, contarem sobre suas vidas, seu trabalho, suas vivências e suas trajetórias.

Apesar dessa delicada e inusitada situação, muitos compreenderam e/ou se deixaram convencer que se tratava realmente de um trabalho de pesquisa. Mesmo com diferentes expectativas, todos foram receptivos, alguns até perguntavam sobre futuras voltas para ouvir suas histórias, suas memórias. Parecia que esses momentos serviam também como uma espécie de desabafo.

Expostas essas considerações, voltemos às vivências da falência da Usina Dom João. Evidenciamos que as primeiras conseqüências negativas para os trabalhadores foi o não pagamento de salários por cerca de sete a oito meses, anteriores à falência propriamente dita. Mas, após as dificuldades ocasionadas pela falta de pagamentos, uma situação pior ainda instalou-se para esses trabalhadores. A "*massa falida*" viveu o drama de perder, repentinamente, as casas e outros direitos conquistados ao longo dos anos, como o direito a um pedaço de terra para cultivar gêneros de subsistência.

Um dos grandes momentos de tensão vivenciada pelos trabalhadores foi quando estes receberam a declaração oficial, em 1969, de que a Usina havia falido. Isso porque grande parte deles residia há tempos na Usina, ou nasceram na mesma. Portanto, a comunicação da falência gerou, desde o primeiro momento, um grande impacto, visto que, muitos não sabiam que rumo dariam às suas vidas. Ângelo Gomes de Souza, administrador de campo, lembrou bem esse momento, afirmando:

> Ai foi quando veio uma mudança de gerente, de dono e foi aquela coisa toda e a usina acabou. A usina acabou e a gente ficamos um corre pra um canto, um corre pra outro[7].

Não sabemos ao certo quantas famílias ficaram desamparadas, porém, evidenciamos que grande parte desses trabalhadores pertencia a grupos familiares que trabalhavam e residiam na Usina Dom João, e em suas propriedades agrícolas, há anos. Localizamos gerações de famílias morando e trabalhando juntas para a Usina conforme demonstraremos, detalhadamente, mais adiante. Portanto, os trabalhadores constituíam famílias e mantinham certa estabilidade de uma geração para outra.

[7] Depoimento de Ângelo Gomes de Sousa. São Francisco do Conde, Bahia, 26 de janeiro de 2006.

Raimunda Negreiros, auxiliar de escritório, lembrou como vivenciou o momento da falência da usina:

> Quando a usina fechou em 69 (1969) foi um Deus nos acuda. Ficamos sem receber salários. Ficamos na (usina) Dom João muitos meses passando fome. A gente não tinha outra alternativa. Achar emprego noutra usina tava difícil porque as usinas estavam fechando. Eu nasci na Dom João e comecei a trabalhar desde novinha. Meu pai e meus irmãos trabalharam lá. Com a falência perdemos tudo. Botamos na Justiça, mas não adiantou nada[8].

O drama da falência da Usina perdurou por anos, e ocasionou conseqüências prejudiciais para as vidas de muitos trabalhadores, marcando significativamente suas memórias. O cotidiano de vida e trabalho, o processo de falência, a luta na justiça para serem ressarcidos com benefícios trabalhistas, os caminhos percorridos após o fechamento da Usina, as frustrações, os anseios e as expectativas estão presentes acentuadamente na memória dos membros do grupo. Como ressalta Ecléa Bosi, na memória fica o que significa[9], e na memória desse grupo ficou lembranças de um crítico momento. José Joaquim Santos Pena, nasceu na usina Dom em 1952. Filho de um trabalhador da usina, conforme veremos adiante, nos contou que:

> A usina fechou, ficou devendo salários, salário família, férias dele. Quando ele morreu, ele não recebeu nada. Não recebeu salário, abono de família, tudo isso. A usina ficou devendo isso tudo aos seus funcionários. Demos queixa na Justiça, mas sabe como é a Justiça da Bahia, da Bahia não, do Brasil em geral ela é lenta[10].

---

[8] Depoimento de Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia, 14 de abril de 2004.

[9] BOSI, Ecléa, Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p.66.

[10] Depoimento de José Joaquim Santos Pena, filho de Manoel do Nascimento Pena, trabalhador da usina Dom João. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Meses antes da declaração da falência, o clima já estava tenso, e havia reação dos trabalhadores. Muitos percebendo a critica situação começaram a cruzar os braços:

> Quando começou a abrir falência, começou os sintomas da falência né? Eles (os trabalhadores) começaram a enxergar os sintomas da falência, aí foi que eles (os trabalhadores) estavam cruzando os braços. Cruzando os braços eles só iam bater o cartão e voltar pra casa[11].
>
> Eles só iam marcar, bater o cartão e voltar pra casa. E esses cartão que eles batia na quinzena saía o dinheiro deles. Mesmo sem trabalhar, ele ia lá batia o cartão e voltava porque não tinha nada pra fazer, não tinha cana pra moer, não tinha nada pra produzir. Eles estavam trabalhando ainda pra ter os direitos deles eles estavam trabalhando ainda. Ia lá, batia o cartão e ficavam em casa. De tarde ia, tornava a bater as horas dele e voltava pra casa e pronto[12].

"Marcar" ou "bater" o cartão foi uma estratégia utilizada pelos trabalhadores, com objetivo de não configurar abandono de emprego e mantendo, assim, o vínculo empregatício. Mesmo não trabalhando, os funcionários fizeram questão de registrar a freqüência ao trabalho. Mas, essa atitude não teve relevância nenhuma para os trabalhadores reivindicarem seus direitos, visto que houve ausência de pagamento dos salários por cerca de sete a oito meses. Os proprietários da Usina ausentaram-se sem dar satisfação aos seus trabalhadores. Assim, trabalhadores com funções qualificadas, como ajustador, mecânico, eletricista e cozinhador, dentre outros, e com nível hierárquico privilegiado, como o administrador geral e o administrador de campo, decidiram sair da usina deixando as casas e os roçados. Vejamos:

> Você sabe que na usina tinha muito profissionais, como torneiro mecânico, ajustador, encanador, soldador eles foram trabalhar (...) muitos que não eram de lá voltaram para as suas terras né. A usina faliu, aí voltaram pras suas terras pras suas cidades natal. Muitos

[11] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[12] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

> foram no Pólo Petroquímico que tava começando, foram trabalhar na Refinaria Landulfo Alves (...) de empreiteira né? Aquelas empresas que prestam serviços e aí, o cara eles juntavam um dinheirinho eles compravam casa em Candeias, outros foram morar em Salvador, outros vieram aqui pra sede pra São Francisco. Aqui na sede, como D. Aurinha mais seu Aurinho, tinha um rapaz chamado José de Freitas que era chefe da mecânica também. Ele veio morar aqui em São Francisco do Conde, ele era uma pessoa muito inteligente, ele era responsável pela mecânica da usina[13].

Portanto, vimos que com a falência da Usina, trabalhadores qualificados e com cargos de chefia migraram imediatamente para a sede de São Francisco do Conde. Agnelo Majestade, administrador da fazenda São José, uma das propriedades fornecedoras de cana da Usina, logo após a falência, migrou para a sede de São Francisco do Conde. Agnelo trabalhava na função de administrador desde 1940, e continuou até 1969, ano da falência. Durante o período em que trabalhou, conseguiu acumular animais, como burros e bois. Não sabemos detalhes, mas quando houve o leilão dos bens da Usina, Agnelo foi um dos que arrematou a fazenda São José. Outros funcionários que exerceram cargo de confiança compraram propriedades da Usina em leilão público. Vejamos.

Aloísio Ferreira da Silva, administrador do Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras, conhecido como Engenho Macaco, adquiriu no leilão o engenho Marapé. Florisval Majestade, gerente do grande armazém da Usina comprou a fazenda São José. Com a compra de parte das propriedades da Usina, esses trabalhadores que exerceram cargos de confiança e chefia, passaram a administrar suas próprias fazendas e tornaram-se produtores e fornecedores de cana, para algumas das usinas do Recôncavo, e principalmente para a Usina Aliança, que sobrevive até hoje. Acreditamos que a experiência administrativa e agrícola desses trabalhadores, foi fator determinante para que levassem adiante o fornecimento de cana para outras usinas do Recôncavo.

---

[13] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Ângelo Gomes de Souza, com 74 anos na data em que concedeu a entrevista, começou a trabalhar para a Usina no ano de 1964, na função de feitor geral. Em 1966 foi designado para ser administrador do Engenho de Baixo, uma das propriedades de produção de cana-de-açúcar da Usina Dom João, e nos contou que:

> Eu tava com 32 anos quando fui pra Dom João. Aí cheguei em Dom João me mandaram pra uma fazenda que tem aqui fora, chamada Gurgainha. Eu fui pra Gurgainha ser feitor geral de Gurgainha que lá tinha um administrador. Aí, provavelmente o feitor geral e o administrador é mais ou menos quase a mesma coisa, só que o administrador tem uma voz maior. Ai eu fui pra lá. Fiquei em Gurgainha com dois anos depois a usina arrendou uma propriedade por nome Engenho de Baixo aí me levaram pra administrador Engenho de Baixo. Era uma fazenda que só tinha mato, não tinha quase nada, tinha pouca cana. E eu cheguei lá e comecei a trabalhar. Com quatro anos eu tava com o Engenho de Baixo produzindo 30 mil toneladas de cana. (...)
> Quando a usina acabou eu (não) fiquei lá. Vim pra casa (centro de São Francisco do Conde) e botei comércio de molhados[14].

Ângelo Gomes de Sousa é um exemplo de trabalhadores que exerceram funções consideradas privilegiadas. Era administrador de uma das propriedades da Usina, e com a falência da mesma, deixou a propriedade e a casa onde residia e buscou, assim, fomentar uma alternativa de sobrevivência. Migrou para o centro de São Francisco do Conde e abriu um pequeno estabelecimento de gêneros alimentícios. Não soubemos como Ângelo conseguiu adquirir uma casa e com quais recursos montou um armazém, mas tudo indica que o administrador conseguiu, ao longo de sua vida, acumular uma quantia que possibilitasse adquirir ou reunir bens, como uma casa. Geralmente nas usinas de açúcar do Recôncavo da Bahia, os administradores conseguiam acumular bens, como pequenos terrenos ou sítios. Era comum também possuírem animais de montaria, como cavalos e burros, além de gados e porcos.

[14] Depoimento de Ângelo de Souza Gomes. São Francisco do Conde, Bahia, 26 de janeiro de 2006.

Conforme mencionamos, os trabalhadores que deixaram a Usina Dom João, antes, ou logo após a decretação da falência, foram, em sua maioria, funcionários que exerciam funções privilegiadas, caracterizadas como qualificadas e/ou funções de confiança, tais como operários qualificados do setor industrial, administrador geral e administradores de campo.

Contudo, ao contrário de trabalhadores com funções privilegiadas, como Ângelo Gomes de Sousa, Agnelo Majestade, Florisval Majestade e Aloísio Ferreira, os trabalhadores que permaneceram na sede da Usina, ou em suas propriedades agrícolas, após a falência, eram, em sua maioria, trabalhadores rurais ou não qualificados. Esses trabalhadores assim procederam por dois motivos principais: primeiro, por não terem para onde ir, visto que com a falência, se saíssem da propriedade da Usina perderiam suas casas. Depois, tinham expectativas de serem indenizados pela justiça.

Possivelmente, outros motivos contribuíram para a permanência destes na propriedade, como ausência de alternativas de trabalho, ou ausência de expectativas de serem admitidos em outras usinas de açúcar do Recôncavo baiano, já que no período em que a usina Dom João faliu, gradativamente usinas açucareiras haviam fechado, e outras se encontravam em processo de falência.

Segundo Joaci Cunha, na década de 60, especificamente a partir da safra de 1964-1965, uma grave crise afetou a economia açucareira na região do Recôncavo, resultando no recuo da produção de açúcar, na redução da área destinada à *plantation,* e, consequentemente, no fechamento de várias usinas na Bahia[15].

---

[15] Cunha, Joaci. Amargo Açúcar: Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado em História Social, 1995, p. 60. Segundo o autor, toda a trajetória das usinas de açúcar na Bahia no século XX foi marcada por uma crise estrutural que culminou na falência da maioria delas e no quase desaparecimento desse ramo de produção. As usinas surgiram com um desequilíbrio estrutural entre o campo e a fábrica. O campo cuidando da lavoura em condições similares ao século XVIII, sob a administração de administradores e feitores, sendo estes sem preparo para o cultivo racional; a fábrica capitalista relativamente moderna e a mentalidade agrícola administrativa do tipo colonial com a inexistência de técnicas agrícolas adequadas num mercado capitalista foram as causas que culminaram com as falências das usinas no Recôncavo baiano. Ver p. 8-

Não soubemos as causas específicas que levaram a usina Dom João à falência, contudo alguns dos seus ex-trabalhadores atribuem diferentes explicações a esse processo. Vejamos.

> A usina Dom João era de médio porte. A usina Cinco Rios um pouco maior que a usina Dom João. Essas usinas foram se depreciando por causa das leis da época de Getúlio em diante, compreendeu? Quando as leis começaram a endurecer, as leis de Previdência Social[16].

> E dizem - que eu não sei – que a usina faliu mais pelos impostos que na época o governador – não sei se foi Otávio Mangabeira. Porque dizem que foi negocio de imposto. E disse que o dinheiro pra pagar o pessoal que Antonio Carlos Magalhães tinha que receber esse dinheiro porque disse, que a usina tava devendo muitos impostos ao Estado. Disse que não pagou as pessoas porque esse dinheiro ele passou a mão que a usina na época devia muito ao Estado, devia muitos impostos[17].

> Quem fechou as usinas foi a Justiça (do Trabalho). Pessoas na Justiça, o pessoal da Justiça vieram pra dentro da usina pegar número de queixas das pessoas. Os advogados, aqueles advogados que (...) vinham pra ir, chegava aí e conquistava dez, vinte, trinta, quarenta pessoas. Registrava a queixa e levava pra lá e assim foi sucessivamente em todas as usinas foi fechada depois disso. Por quê? Ou a usina paga o trabalho das pessoas que estão trabalhando ou bem a usina paga direitos que a Justiça deu – se a Justiça deu foi porque achou que devia dá, tá certo também – mas, a usina não tinha condições de pagar, fechou. E aí, acabou todas usinas. Nós tínhamos vinte e duas usinas na Bahia. Hoje nós temos só uma[18].

Diferentes causas são apontadas para explicar a falência da Usina Dom João, e de outras usinas do Recôncavo. Percebemos, mesmo assim, que a crise, na qual as usinas açucareiras na Bahia estiveram mergulhadas, foi resultado de uma ampla conjuntura que as afetou, e, gradativamente as levou a fecharem suas portas. No

---

11, 56-74. Além disso, o ramo açucareiro se tornou dependente do capital comercial bancário o que somado aos fatores anteriores contribuiu decisivamente para a falências das usinas de açúcar do Recôncavo baiano. Ver p. 8-11, 56-74, 79-80.

[16] Depoimento de Agnelo de Majestade. 10 de outubro de 2004, Santo Amaro, Bahia.

[17] Depoimentos de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

[18] Depoimento de Ângelo Gomes de Sousa. São Francisco do Conde Bahia, 26 de janeiro de 2006.

entanto, a questão que nos interessa é entender o impacto desse contexto na vida homens e mulheres provenientes do trabalho açucareiro. Interessa-nos perceber também. como esses indivíduos vivenciaram esse momento e que rumos deram às suas vidas, conforme temos buscado demonstrar.

Se a crise resultou no fim da Usina Dom João, para os trabalhadores, especialmente os da lavoura canavieira, significou o início de uma batalha que atravessou as décadas de 70, 80 e até 2002. Ela ultrapassou o tempo e continuou latente na memória daqueles que duramente sobreviveram para contar essa história.

Gildete Santos Pena, com 66 anos na data concedeu a entrevista, viúva de Manoel do Nascimento Pena, que teve como última função exercida na Usina a de auxiliar de escritório, onde *"fazia as notas pra o caminhão de açúcar"*, informou sobre o cotidiano do marido, que, antes de trabalhar na Usina Dom João, ele trabalhou também em outras usinas do Recôncavo baiano:

> Ele trabalhava em outra usina em Terra Nova. Ele trabalhava em Terra Nova antes de ir para Dom João. Em Terra Nova, ele trabalhava no campo. Ele era balancista, pesava cana. Ele também levou muito tempo na Dom João pesando cana[19].

Do casamento entre Manoel e Gildete nasceram filhos, conforme ressaltou a depoente: *"Todo mundo (os filhos) nasceu na Dom João. Eu tive sete. Todos nasceram na Dom João"*. A filha mais velha do casal nasceu em 1950, o que indica que Manoel Pena na década de 50, já era funcionário da Usina. Um dos filhos de Manoel do Nascimento Pena, relembrou com orgulho do pai, ao informar que:

> Ele era balancista, pesava cana. Depois ele passou a trabalhar no escritório e do escritório, ele foi ser chefe do almoxarifado. Era um

[19] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

> crânio ele. Tinha uma boa caligrafia, a letra dele era bonita mesmo[20].

Em fevereiro de 1969, Manoel Pena faleceu, vítima de um ataque cardíaco fulminante. Além do drama da perda do esposo e do pai, a família enfrentou outra difícil situação, que foram os prejuízos causados pela falência da Usina, conforme foi salientado por Gildete, sua esposa:

> A usina fechou. Ficou devendo salários, salário família, férias dele quando morreu ele não recebeu abono de família, tudo isso. A usina ficou devendo isso tudo aos seus funcionários[21].

O drama vivenciado pela família de Manoel Pena mostra a situação de muitas famílias de trabalhadores que permaneceram na sede da Usina, principalmente, após fechamento da mesma. Diante de tal situação, trabalhadores e familiares buscaram ajuda no Sindicato dos Trabalhadores da Cana-de-açúcar do Estado da Bahia, localizado no município de Terra Nova. A orientação dada pelo sindicato foi que eles deveriam prestar uma queixa trabalhista coletiva contra a empresa na Justiça do Trabalho, localizada no município de Santo Amaro. Para isso, dispuseram advogados para organizar a ação e apresentar a queixa:

> A gente andamos aí, pra vê na Justiça. Nós damos (queixa) na Justiça do Trabalho, em Santo Amaro. Fizemos um grupo assim, todo mundo que tinha marido, que tinha tempos na usina. O pessoal reuniu todo mundo naquela quantidade, arranjou um advogado somente pra resolver essa causa e eles não resolveram nada[22].

---

[20] Depoimento de José Joaquim Santos Pena, São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005
[21] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[22] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

Assim, a busca pelo ressarcimento dos salários atrasados e por indenizações, pelos anos de serviços prestados foram a tônica de um primeiro momento de luta enfrentadas pelos trabalhadores.

O segundo momento de luta seria para garantir a moradia, visto que muitas das famílias residiam há anos, tanto na sede da Usina quanto nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar da mesma. Assim, os que permaneceram nesses locais, acreditaram, principalmente, que uma ação coletiva na Justiça do Trabalho iria garantir o direito de continuarem nas casas que moravam há anos. Travaram uma batalha judicial e resistiram à ordem de despejo lançada pelo novo proprietário que adquiriu a usina em leilão público:

> Depois que essa usina fechou, aí que foi que os problemas. Cortou o fornecimento de energia, aí não existia mais essas regalias né? Porque automaticamente fechou tudo, faliu. Aí pronto. Depois levaram todos os maquinários da fabrica, tudo da usina. Levaram todos os maquinários, ficou só lá o monumento da usina, ficou só a armação da usina porque tiraram tudo, levaram tudo e aí pronto. Vieram cortaram a energia (...) ficou todo mundo de lampião, só vivendo usando querosene, com um candeeiro, um lampião. E aí, disse que houve um leilão, não sei se foi verdade, o cara tomou conta da usina Dom João. Tomou conta um fazendeiro José Falcao. Tomou conta da usina perseguindo todo mundo. Começou plantar banana, disse que ia plantar cacau, perseguindo as pessoas pra todo mundo sair quer dizer, queria colocar o pessoal sem direito a nada. Começou essa perseguição. Porque ele já tinha arrematado as terras, a fazenda quando fechou a usina, aí ele arrematou tudo. Aí pronto! Era a perseguição! Alguns que estavam por lá, iam trabalhar, plantar banana que a banana (servia) pra dar sombra ao cacau pra depois plantar o cacau. Aí começou a perseguição[23].

O depoimento acima revela uma fase importante, que foi o conflito entre novo proprietário da sede da Usina e os trabalhadores que decidiram permanecer nas casas

[23] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

que outrora foram cedidas a eles. Na visão de parte dos trabalhadores, esse período foi caracterizado como o momento de "perseguição":

> As terras foram tiradas de nós. E ele (Falcão) queria que o pessoal que trabalhava (na usina Dom João) assim que a usina (...) queria pagar o aluguel das casas a José Falcão e querer jogar o pessoal pra rua[24].

Mas, o que para os trabalhadores era "perseguição", para o novo proprietário era um direito, uma vez que havia efetuado um procedimento legal de compra de propriedade. Portanto, outros depoimentos revelaram que Falcão, exigiu que os trabalhadores que decidiram permanecer na usina pagassem aluguel pelo uso das casas.

Em 28 de janeiro de 1971, em sessão realizada na Comarca de Santo Amaro, as propriedades da Usina foram arrematadas "em hasta pública". Conforme citamos, três fazendas produtoras de cana de propriedade da Usina, a Fazenda São José, a Fazenda Marapé e o Engenho Macaco, foram adquiridos por funcionários que exerciam funções de mando e de confiança na mesma, respectivamente: Agnelo Majestade, Florisval Majestade e Aloísio Ferreira, sendo que os dois primeiros são irmãos. Ademário Benício, comerciante do ramo farmacêutico do município de Santo Amaro, adquiriu o engenho Marapé[25]. A sede da Usina Dom João e a Fazenda Conquista, unidade fornecedora de cana, foram arrematadas no leilão por José Falcão[26].

Nesta pesquisa, considerei relevante localizar e entrevistar José Falcão, uma vez que foi ele que adquiriu a sede da Usina, local onde estava agregado o maior número e variedade de trabalhadores, mas, principalmente por causa dos sérios conflitos

---

[24] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

[25] Informação obtida por trabalhadores da usina Dom João e por Ademário Benício, com quem realizamos uma entrevista não-gravada. A entrevista realizada foi realizada no município de Santo Amaro em setembro de 2004.

[26] Livros de Notas do Tabelião, nº. 15.636. fls. 126, Livro 3-Z, 07 de julho de 1971. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

ocorridos entre o novo proprietário e os trabalhadores que resistiram em deixar o local, onde estavam suas casas e roçados. O depoimento de José Falcão oferece a oportunidade de ter acesso ao que foi pensado e considerado sobre a atitude dos trabalhadores que insistiram em ficar na sede e lutar por bens que consideraram seus por direito.

Obviamente, que Falcão, ao adquirir a Usina, não tinha relação contratual com os trabalhadores e, por isso, não era obrigado a pagar indenização a esses trabalhadores, com os quais nunca teve nenhum tipo de relação trabalhista. Neste sentido, esforçou-se para que esses trabalhadores desocupassem seu domínio territorial, adquirido por vias legais, ou seja, "*foi comprado tudo legalmente em praça pública*", conforme salientou Falcão. O depoimento revelou informações importantes desse conflito que se arrastou por anos, com a luta por direitos outrora adquiridos na Usina. Foi dentro dessa perspectivas que ouvimos Falcão.

Ao falar sobre a compra da Usina Dom João em leilão público, José Falcão nos contou que:

> A Usina já tava fechada. Exatamente, eu comprei aqui em praça pública e a Usina tinha fechada. A empresa que tava falida. A Usina Dom João era uma empresa. Eu conseguir essa área e outras pessoas também, compraram outras áreas aqui e as fazendas (...).
> É até de admirar né, a empresa tá falida e três ou quatro administradores da empresa foi quem compraram grande parte. Eram funcionários e conseguiram arrematar. Uma boa parte dessas propriedades foi arrematada por eles. .
> Nesse leilão aconteceu que parte do maquinário também saiu, foi comprado por um grupo OTON de Pernambuco. A usina tinha muita coisa. A caldeira, a moenda, parte de fabricação, etc.
> Os funcionários da usina na época do leilão, eles ficaram. Mas, o governo quem leiloou. Foi o governo do Estado que era credor e acho que a prioridade. O governo tinha que priorizar todos os funcionários. Os funcionários não sei se (receberam) como receberam. Não tenho idéia.

> Houve um protesto, uma coisa (...) tudo, mas não foi pra (...) foi comprado tudo legalmente em praça pública. Aproveitei alguns funcionários. Uns dez a quinze funcionários[27].

Vê-se, que ao adquirir a sede da Usina, Falcão, a fim de atenuar a situação, contratou alguns funcionários, cerca de "*uns dez a quinze funcionários*" da Usina Dom João. Mas, isso não solucionou a situação de conflito, visto que parte dos recém ex-trabalhadores recusaram um acordo proposto pelo novo proprietário, e permaneceram na sede, ocasionando, assim, um longo e acirrado conflitos entre ambas as partes.

Falcão tinha experiência no ramo açucareiro. Sua família foi proprietária da Usina Itapetinguim, uma importante usina de administração familiar, localizada em Amélia Rodrigues. Além disso, foi um comerciante bem sucedido. Possuía lojas no ramo de eletrodomésticos, conforme salientou:

> Eu tinha uma firma de eletrodomésticos. Tinha em Salvador, Feira, em outros lugares aqui, mas já vendi há uns quinze, dezoito anos. A Sadel (rede de lojas) era muito conhecida.

Foi com orgulho e entusiasmo que durante a entrevista fez questão mencionar parte da trajetória do seu pai, um importante político de Feira de Santana nos anos de 1950.

> Meu pai nasceu muito pobre, mas quando morreu era muito rico. Muito rico. Pra Feira (Feira de Santana) ele era muito rico. João (...) Falcão. Ele foi prefeito de Feira. Ele foi prefeito de Feira numa época péssima. Em 54 (1954) pegou funcionários (da prefeitura) com seis, sete meses de salários atrasados. (...) e com 2 dois anos já tava tudo formalizado não devia a ninguém. Meu pai que montou a água em Feira, na época ele trouxe Juscelino Kubitschek pra inaugurar[28].

---

[27] Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.
[28] Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

Na época quando Falcão adquiriu a sede da Usina Dom João, e uma de suas fazendas, pensou em "*transformar em fazenda de gado*". A idéia não deu certo, e ele investiu na cultura do cacau, *"o cacau nós plantamos (...). Mas eles mandaram umas mudas muito ruins e aqui nunca deu uma boa produtividade. Veio a vassoura de bruxa e aí, pronto"*, salientou Falcão. Quanto aos trabalhadores que permaneceram na Usina Falcão, afirmou que:

> Eles (os trabalhadores) fizeram (protesto) pra receber, mas nessa época quem tinha prioridade era o Estado no leilão. Porque o leilão na realidade poderia ter sido feito pra pagar os funcionários. Me parece, não sei se ainda tem hoje, o Estado tem prioridade. Então, o governo foi quem tirou. Então o que sobrou, não ficou nada pra eles.
> Ficou pro governo, é. Era o que a empresa devia de impostos, né. Porque eu não sei se pagou-se tudo, se deu pra pagar, né? Mas quem ficou com tudo foi o governo. Não foi nada pra o funcionário. Foi tudo pro governo.
> Eles querem ser indenizados da casa. Tá morando na casa querem a casa. Não é as ações trabalhistas, é pela casa. Mas é aquilo que eu digo, quando fala e pensa em dá dois mil ou três mil reais pra eles saírem eles querem uma casa de vinte a trinta mil reais. Se eu der uma casa, ele vai querer uma casa muito melhor do que ele mora.
> Tentei fazer acordo, mas eles não quiseram. Uma vez eu mandei pra lá pra tirarem. Não sei saiu (...} um ou dois e a mulher ficou[29].

Falcão transfere a responsabilidade com os trabalhadores para o Estado, que na época poderia pagar os funcionários, e assim não fez por causa das dívidas que a empresa havia adquirido. Demonstra também, que tentou estabelecer um acordo com "*a massa falida*", mas estes recusaram. Segundo os trabalhadores, eles teriam prejuízos, visto que perderiam suas casas e a quantia recebida não seria suficiente para adquirir outra residência. Ao recusar o acordo, foram constantemente pressionados com ordens de despejos, desde que houve o leilão em 1971, até a data que Falcão concedeu entrevista.

[29] Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

Até hoje, alguns dos antigos trabalhadores da Usina não deixaram a sede onde funcionava a Dom João. Para Falcão, a situação é problemática, pois não esperava que a resistência em desocuparem a antiga sede *"fosse demorar tanto"*, ou seja, não imaginava que a resistência dos trabalhadores levaria mais de três décadas, conforme mencionou:

> E aí, tá o problema. Eu já tentei entrar num acordo, mas numa hora dessa eu vou botar um advogado pra ter que despejar, mas isso vai levar anos. Porque eles vão dizer o quê? Que nasceram, moram aí, não tem pra onde ir.
> Não esperei que fosse demorar tanto, mas saber sabia. (...), o pai morre, o trabalhador, fica. O filho, aí casa, morre fica o neto. Eu tenho um caso aqui, inclusive trabalha comigo, largou a mulher, só que ela não saiu, ele tá na casa da outra. Eles não largaram a casa não. E essas casas que eles moram não são deles, pertence a mim. Mas o pessoal não quer sair, tá acostumado, morar aqui de graça né? Aqui tem água, tem luz tem tudo, né.
> Outros foram da usina, outros chegaram até depois, ficaram também. Não houve invasão. Trabalharam aqui, depois na hora de sair não saiu. Tentei um acordo, dar um dinheiro (...) e o pessoal não quer. Quando quer é uma casa pra morar [...], coisa de rico, coisa de luxo. (...) Eu dei, ajudei a construir e tal[30].

Desse modo, essa fase denominada de "perseguição", na fala dos trabalhadores, foi caracterizada pelo confronto direito entre trabalhadores e o fazendeiro José Falcão. Vejamos o depoimento da família de um ex-trabalhador da Usina que permaneceu na propriedade até 1982:

> - A senhora ficou morando na sede da usina Dom João até 1982. Como era o tratamento de Falcão com vocês e com os outros trabalhadores que continuaram lá?
> - Ele perseguia demais! Ele perseguia demais! Queria botar os meninos pra trabalhar. Botava o administrador na porta da gente pra ir chamar os meninos para trabalhar, pra encher saco de cimentos, trabalhar com cimento (...). Aí, eu dizia: "Não! Os meninos tão estudando! Os meninos tão pequenos, não vão trabalhar!". Agora quem (...) eles (administrador de Falcão) perseguia e levava pra ir

[30] Depoimento de José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

> trabalhar, mas esses daqui (os filhos de D. Gildete) nunca trabalharam não.
> - E esses meninos recebiam salários?
> - Eles ganhavam por produção, pela quantidade de sacos que enchia o adubo pra poder plantar o cacau.
> - Pra poder plantar as mudas de cacau. Preparava a terra com adubo, aí vinha com a semente pra poder botar naquele saquinho[31].

Outro ponto importante e recorrente foi que aqueles que ficaram na sede na Usina "não tinham para onde ir", e lutaram para legitimar a posse de suas casas:

> Porque não tinha pra onde ir. A gente mesmo, ficamos lá. Foi que depois eles entraram num acordo. Aí fizeram um acordo, já dando uma parcela em dinheiro pra a pessoa comprar a casa ou fazer casa. Aí, reuniu todo mundo e não quisemos dinheiro ele. Aí foi que ele (Falcão) entrou com uma ação (...). Então, ele (Falcão) queria que a gente saísse e a gente não saiu. Aí, depois José Falcão entrou aí com um negocio aí, mais com o prefeito daí – que era Claudemiro – foi que eles comprou esse terreno aqui e fez esse *barracão* que deram a gente. Foi um barracão! Só tinha o lugar de dividir o quarto, a cozinha só era daqui até ali. A gente quando chegamos logo aqui que a gente tava com pressa que eles queriam botar pra fora. A gente não tinha pra quem apelar aí,sss pegamos nossos carregos e viemos pra aqui. Dormia todo mundo aqui no chão, viu? Dormia todo mundo no chão. Foi que Deus abençoou a gente porque a gente foi levantando, pedindo ajuda a um, pedindo ajuda a outro porque ele (o filho) não trabalhava. Eu também não trabalhava não tinha pra quem apelar só a Deus, só a Deus. Foi que a gente foi levantando, levantando, pedindo (...) a um vinha, ele (Falcão) deu a metade do material, o filho dele que era muito bom, João Falcão. Que João vinha, todo dia vinha aqui olhar a gente e vinha lá trazia um saco de cimento, trazia uma coisa, trazia outra foi que Deus abençoou a gente, foi que a gente foi suspendendo, foi suspendendo e hoje, a gente tá no céu[32].

Em 1982, após diversas tentativas de despejos, a Prefeitura de São Francisco do Conde interferiu no conflito, e, através de uma parceria com José Falcão, construiu casas num pequeno loteamento denominado Nova Esperança, conhecido popularmente como "Aldeia". O loteamento está localizado em São Francisco do Conde, e nele

---

[31] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.
[32] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

residem cerca de quarenta famílias. Em 1982, cerca de 10 famílias da Usina Dom João, transferiram-se para a nova moradia, e conforme os depoimentos, as casas estavam em condições precárias, e foram denominadas pelos trabalhadores como "barracões", porque eram pequenas, se encontravam sem rebocos e sem divisões internas. Vejamos.

> - Nós nos mudamos pra aqui em 04 de setembro de 1982. A usina fechou em 69 e mudamos pra aqui em 04 de setembro de 1982.
> - Quantas famílias vieram de lá pra cá?
> - As três primeiras famílias foi minha tia que mora (...) e a outra daqui da ponta. Vinha de um a uma, de dois a dois, às vezes a casa não tava pronta, eles ficavam lá. Porque tinha gente que dizia que só vinha pra cá quando conseguia aprontar a casa, dividir tudo, quarto. Ainda tem gente até hoje em Dom João, que foi da usina. Tem gente até hoje que está em Dom João e tem gente que veio levantar a casa depois dessa reforma que fizeram aqui nessas casas, a Prefeitura fez uma reforma e o povo foi quem suspendeu as paredes.
> (...) Então, é perseguição do fazendeiro. Você vê que hoje acabou tudo, eles acabam com as fazendas. Você vê, que os moradores eles (os fazendeiros) fazem um jeito de botar os moradores pra fora. Eles (os fazendeiros) acabam com tudo! Eles compram, eles arrematam e depois botam todo mundo pra fora! E até hoje a Justiça, com esse negócio da Justiça que as pessoas deram queixa na Justiça do trabalho em Santo Amaro até hoje ninguém decidiu nada. Ninguém ganhou nada![33].

A Prefeitura de São Francisco do Conde, através da gestão de Claudemiro, legalizou a nova moradia, registrando as mesmas em nome das famílias. Entre as famílias dos trabalhadores que aceitaram o acordo e migraram para loteamento Nova Esperança, citamos: Germínio dos Santos, João Barbosa, Gildete Pena, Maria José dos Santos, Noelia Souza, Laurindo dos Santos, Maria Estrella e João dos Santos, dentre outros.

> Nós mudamos pra cá acho que foi em 82 (1982). Eu nasci ali na usina, na Rua de Baixo. Todo mundo viveu lá. Lá eu nasci. Mãe casou lá. Mãe faleceu lá. Meu pai já faleceu. Depois que ela abriu

[33] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

> falência, né? Aí fizeram lá um acordo, aí nós viemos pra aqui. Da usina Dom João foi a falência da usina. Ah! Mas nós moramos lá muito tempo ainda. Com a usina fechada. Bom, meu esposo e meu marido, como a maioria do pessoal, saíram pra trabalhar fora, né? E nós ficamos na casa. Ele arrumou serviço fora, foi trabalhar fora. Depois o rapaz (Falcão) comprou a usina, parte da fazenda Dom João e começou a perseguir nós e entrou em acordo com a prefeitura. Na época do Claudemiro. Então, eles indenizou o pessoal porque a usina ficou muito tempo sem pagar. Aí, o prefeito entrou em acordo. Foi o dono da fazenda José Falcão, que queria que nós saíssemos né? Mas ninguém tinha condições de sair. Aí, ficaram lá, ninguém recebeu nada não até hoje[34].

Segundo alguns trabalhadores, a Prefeitura de São Francisco do Conde, interferiu na questão por interesses políticos. O prefeito do município na época, Claudemiro, tinha projetos para uma futura reeleição, o que explicaria o interesse do mesmo em resolver a questão:

> Estar aqui praticamente foi uma troca porque na época o prefeito Claudemiro, o José Falcão entrou num acordo com ele que dava o dinheiro pra comprar o terreno e a prefeitura entrava com a mão-de-obra. A mão-de-obra no caso, não foi nem pela Prefeitura porque o dinheiro dava pra fazer tudo, que na verdade as casas não eram nem pra ser como foram, como eles fizeram, como eles deixaram. Sem reboco, sem piso, sem dividimento dos quartos, sem nada. Foi feito uma sala assim, tudo aberto. Um barracão! Ai, o que aconteceu. Veio e deu o dinheiro, ele não fez as casas.
> Falcão que deu o dinheiro e eles (a Prefeitura) não fizeram as casas como devia ser feito. Eu garanto a você, se fosse um cara como Pascoal, que Pascoal fez umas casas aí, essas casas populares. Pascoal fez essas casas aí, as casas são tudo bonitinha, dividiu tudo, com banheiro, com tanque, com tudo[35].

Ao migrarem para a nova residência, os trabalhadores enfrentaram o preconceito e a rejeição por parte dos moradores do loteamento Nova Esperança. Foram apelidados pelos moradores de "*invasores*" e "*índios*".

---

[34] Depoimento de Noelia Souza. São Francisco do Conde, Bahia, 27 de novembro de 2004.
[35] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.

Atualmente, digo em 2008, ainda existem trabalhadores da Usina Dom João residindo na antiga sede, hoje ainda chamada Fazenda Dom João. Nos anos de 2005 e 2006 ao visitar a antiga sede da usina, verifiquei que cerca de 15 famílias de ex-trabalhadores da Usina ainda residem lá. Alguns continuam, juntamente com os filhos, trabalhando para José Falcão. Tertuliano dos Santos, 72 é um desses trabalhadores que foi contratado por Falcão e continua lá até hoje. Sua filha trabalha como doméstica na Fazenda Dom João. Entretanto, existem aqueles que não aceitaram trabalhar para José Falcão, mas que continuam no local. É o caso de um trabalhador rural da antiga Usina, apelidado de Sangangú, um senhor idoso, com 78 anos na época da entrevista cedida, na qual declarou que lá só sai *"depois de morto"*. Sangangú, morou toda sua vida na Dom João e depois que a mesma fechou permaneceu lá, a espera de uma possível indenização.

Sangangú mora sozinho, e se sustenta fazendo "trabalho de limpa", numa fazenda localizada em São Francisco do Conde. Ao entrar na casa onde mora, que pode ser considerado de extrema pobreza material, fiquei impressionada com as péssimas condições em que vive esse ex-trabalhador da Usina Dom João. O telhado possui muitas telhas quebradas, e quando chove, a casa enche de água. A cama é formada por pedaços de madeiras rachadas, com algumas espumas estraçalhadas e dois lençóis encardidos e rasgados. As águas da chuva que invadem a casa de Sangagú afeta a saúde do mesmo. Segundo Sangagú é comum ele sempre ficar gripado e com problemas respiratórios por causa da água que entra na casa quando chove.

A entrar na minúscula casa, fez questão de mostrar seu fogão: pedaços de lenha agregados numa pequena divisória de tijolos. Na panela bastante desgastada e de cor preta por causa da fumaça, Sangagú cozinha ou esquenta suas refeições. As paredes internas da casa são escuras por causa da fumaça do fogo da lenha. A casa é

dividida em três cômodos: quarto, cozinha e banheiro. Os móveis, um banquinho feito com madeira, a cama de pedaços de madeiras e o "guarda-roupas", feito com caixas de papelão que acomodam as escassas peças de roupas. Seu Sangagú sempre viveu sozinho. Alguns trabalhadores me contaram que na época em que era jovem na Usina, engravidou uma moça e não quis assumir a paternidade. Ele mesmo me contou com um pouco de lágrimas nos olhos e com dificuldades de falar que tem uma filha, que mora distante e que raramente o visita.

Das vezes em que estive na antiga sede da Usina Dom João, encontrei seu Sangangú sempre com os pés descalços e rachados. Ele é um homem de poucas palavras, que não gosta de falar muito, mas fez questão de mostrar as condições precárias em que vive. Apesar do jeito "carracundo", foi receptivo à minha visita, e mesmo com poucas palavras, ajudou a montar melhor o quadro sobre o impacto da falência, e posterior venda, nas vidas de homens e mulheres que dedicaram anos das suas vidas ao trabalho açucareiro, em uma Usina, que funcionou desde o início do século XIX.

Nas próximas linhas, vamos conhecer um pouco sobre a história da Usina Dom João, sua estrutura e seus primeiros trabalhadores.

Usina Dom João: história, estrutura e primeiros trabalhadores

A Sociedade Anônima Tourinho Agrícola e Industrial, conhecida por Usina Dom João, situava-se a cerca de cinco quilômetros da parte leste da Vila de São Francisco do Conde, atualmente município da Bahia. Desde o período colonial este município foi um dos distritos canavieiros tradicionais do Recôncavo. São Francisco do Conde, juntamente com Santo Amaro, mais a Freguesia de Santiago do Iguape (atual município de Cachoeira), formavam os distritos açucareiros mais ricos e tradicionais do Recôncavo da Bahia[36].

Em termos físicos e geográficos, a Usina Dom João estava localizada à margem de um pequeno caboto, cercado por um manguezal, por onde circulavam embarcações de pequeno porte, como canoas, lanchas e saveiros. O açúcar era transportado através dessas embarcações, que, além disso, serviam como meio de transporte para pessoas e outras mercadorias[37].

O surgimento da Usina Dom João se confunde com o contexto de políticas de expansão e modernização instauradas no setor açucareiro do Brasil e do Recôncavo baiano, no final do século XIX e início do século XX. Período este, marcado pelo crescente desaparecimento dos antigos engenhos tradicionais e pelo surgimento das modernas usinas de açúcar, que empregavam tecnologia correspondente à de uma grande indústria[38].

---

[36] B. J. Barickman, *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881).* Afro-Ásia, n. 21-22, 1998-1999, p. 197.

[37] Informações obtidas segundo os depoimentos de Florisval Majestade cedido em Santo Amaro, Bahia, 12 de dezembro de 2004 e confirmadas através de consulta nas Certidões de Registro de Imóveis de Hipotecas nº 1.615. fls. 196, Livro 3-B, 25/10/1910; nº 4.511, fls. 9, Livro 3-G, 01/07/1927; nº 1.896, fls. 135, Livro 3-K, em 03/09/1942; nº 1.995, fls. 170, Livro 3-K, 11/01/1943.

[38] Sobre a crise da economia açucareira no Recôncavo nos últimos anos do século XIX. Ver Waldir Freitas Oliveira, A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX; Kátia Mattoso, Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX; Tatiana Brito de Araújo, Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano, Eu Soo Pang, O engenho central do Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de usa história, 1875-1891; Bert Barickman, Um

A Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Santo Amaro revela que a Usina Dom João foi adquirida em 25 de outubro de 1910 pelo "coronel" Rodolpho Gonçalves Tourinho[39]. Segundo a certidão, a Usina estava em assentada

> em terras próprias dos engenhos Dom João (...) tendo o Dom João 545 tarefas de massapé, dividindo-se ao norte com o Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras, ao norte e a este com terras do Engenho Gurgainha e Fazenda Orobó, ao sul com terras do Trapiche Novo e parte do rio Guahyba; ao sudoeste e oeste com o dito rio Guahyba e terras do Engenho Marapé e o Engenho Santo Antonio do Rio das Pedras, vulgarmente conhecido por Macaco, com 1.165 tarefas de terras próprias, por terem sido vendidas 100 tarefas que com aquelas perfaziam 1.265, que outrora tinha o aludido engenho, dividindo-se a oeste e noroeste com o Engenho São Lourenço e Fazenda Candongé e terras do antigo Engenho Brotas, a este com terras do Engenho Bananeiras e do Engenho Gurgainha ao Sul com o Engenho Marapé, Vanique e Antigo São José, benfeitorias, utensílios, machinias, etcetera"[40]

A partir desses registros cartoriais foi possível identificar a Usina Dom João na condição de um antigo engenho de açúcar do século XIX, possuindo fronteiras com outros antigos engenhos. Barickman, em estudo sobre o trabalho escravo, e produção açucareira nos engenhos do Recôncavo baiano no final do século XIX, localizou o Engenho Dom João, como sendo propriedade de Francisco Vicente Viana, e que o referido engenho, além de totalizar 534 tarefas de terras e 38 cativos, possuía também a *"casa-grande no Engenho Dom João, a casa das moendas e as outras instalações para o fabrico de açúcar, móveis domésticos, gado, ferramentas e canaviais já plantados"*[41]. Portanto, a partir das fontes inventariadas, evidenciamos que a usina Dom João foi

---

contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860); SILVA, João Saturnino da. O sistema agro-industrial canavieiro do Recôncavo: uma aproximação sociológica. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1973; Renato Novis, A agroindústria do açúcar no Recôncavo da Bahia, Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1968.

[39] Rodolpho Gonçalves Tourinho nasceu na Bahia, em 06 de fevereiro de 1880 e faleceu em maio de 1959. Foi casado até a sua morte com Francisca Amélia Bahia Tourinho com a qual teve doze filhos.

[40] Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas nº 1.615. fls. 196, Livro 3-B. Santo Amaro, Bahia, 1 de dezembro de 1910.

[41] Barickman. B. J. "Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano, (1850-1881)". Afro-Ásia, n. 21-22, 1998-1999, p.177-178.

engenho de açúcar do século XIX. Mais adiante, verificamos que a propriedades pertencentes a mesma também foram engenhos açucareiros.

Em 1910, ano em que a usina Dom João foi adquirida juridicamente por Rodolpho Tourinho funcionavam no Recôncavo 21 usinas de açúcar e engenhos, entre os quais citamos: Engenho Central Bom Jardim (que pertencia à família Costa Pinto e inaugurado em 1880), Central Pojuca (localizado em Catu, e que foi inaugurado em 1880), Central Iguape e Central Rio Fundo, Usina Itapetinguim, Usina Terra Nova, Usina Aliança, Usina São Bento, Usina São Carlos, Usina Passagem, Usina Malembar; Usina Carapiá, Usina Capimirim, Usina Maracangalha, Usina Colônia, Usina Acutinga, Usina Aratu, Usina São Miguel e Usina Pitanga. Parte dessas agroindústrias açucareiras, pertenciam a diversas firmas brasileiras e estrangeiras, como a Companhia Usinas & Terras; Sá Ribeiro & Companhia; Cardoso & Companhia; Bahia Central Sugar Factories & Cia; Manoel Gonçalves & Cia e a Fábrica Central de Pojuca[42].

A maioria das Usinas do Recôncavo baiano foram constituídas pela fusão do capital de vários proprietários[43]. A memória de trabalhadores desta pesquisa relaciona também algumas algumas dessas usinas :

> Tinha a (usina) Santa Elisa que era do Grupo Magalhães. O Grupo Magalhães tinha várias usinas: Terra Nova, Aliança, São Carlos - que eles chamavam de Botelho. Usina Botelho, mas era a usina São Carlos, compreendeu? Depois tinha a usina São Bento, essa usina era tudo do grupo Magalhães.
> Magalhães era Lavoura Indústria e Comércio, era uma empresa muito rica, tinha inclusive usinas em outros estados como a região de Campos (...) depois acabou também. Tem (tinha) a usina

[42] CUNHA, Joaci. Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador Dissertação de Mestrado em Historia, UFBA, 1994, p. 37, 64; ARAÚJO, Tatiana Brito de Título: Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano-1875/1909. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA / FFCH, Salvador, 1983, p. 84.

[43] Cunha, Joaci. Amargo açúcar: história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1995. Segundo o autor, no Recôncavo açucareiro a constituição das usinas através da junção de capitais de proprietários descaracterizou o poder absoluto e direto das tradicionais usinas. Poucas foram as usinas que mantinha o controle direto de uma família. Entre estas, o autor destaca a Usina Itapetinguim, como exemplo de empresa sob a administração familiar.

> Itapetinguim que pertencia a família Falcão que fechou. E temos a usina Paranaguá e a usina Passagem. Usina Passagem era do Dr. Hernandes Duran (...). Tinha a usina Vitória e subindo aqui tinha a usina Acutinga que é hoje as terras da Acutinga é do Jarbas[44].

Parte das Usinas do Recôncavo pertenciam a grupos que monopolizavam a produção de açúcar na Bahia. A exemplo, a S.A Magalhães Comércio e Indústria Ltda, proprietária das Usinas Aliança, São Carlos, São Bento e Terra - as quatro maiores do Recôncavo -, foi maior empresa do Norte-Nordeste, e deteve a produção e o monopólio da comercialização do açúcar nos anos de 1920-1960[45].

A Usina Dom João fugiu a essa regra, visto que se constituiu como uma empresa de administração familiar, cujo o controle soberano e direto foi exercido, durante boa parte de sua existência, pelo patriarca Rodolpho Gonçalves Tourinho.

Rodolpho Gonçalves Tourinho, apesar de não possuir nenhuma patente militar era conhecido por todos como "coronel Rodolpho". Segundo depoimento de sua neta, Ana Francisca Tourinho, ele nasceu na Bahia em 06 de fevereiro de 1880, onde estudou Contabilidade. Em 1899, casou-se com Francisca Soares Bahia, conhecida como Dona Chiquita, com a qual teve doze filhos: Rodolpho Filho, Guilda, Amado, Elza, Célia, Antonieta, Isaura, Itana, Frederico, Hélio, Clóvis e mais que faleceu ainda na infância.

Ainda segundo esse depoimento, a ascendência da família Tourinho remonta à figura de Péricles de Campo Tourinho, Donatário da Capitania de Porto Seguro. No final do século XIX, duas importantes famílias, a família Junqueira Ayres Bahia - proprietária de extensões de terra e de um casarão em Guaíba, na região de Limoeiro, Recôncavo - e a família Tourinho, descendente de Péricles Tourinho, se uniram através

---

[44] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

[45] Sobre o monopólio do açúcar na Bahia pela S. A Magalhães Comércio e Indústria Ltda, ver Joaci Cunha, Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964. Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 1995, pp. 44-53.

do casamento de Rodolpho Gonçaves Tourinho e Francisca Soares Bahia[46]. Ambos *"tinham uma fazenda em Limoeiro, e essa fazenda vem da Baronesa de Jacuípe, que foi uma mulher extraordinária"*.

Tempos depois, o coronel Rodolpho comprou a Usina[47]. Com a compra da Usina, investiu no cultivo da cana e produção do açúcar, mesmo não tendo experiência no ramo. A partir de então, contratou trabalhadores, e ao poucos foi ampliando seu capital. A certidão de registro de imóveis e hipotecas, de 1927, contém informações detalhadas sobre os bens pertencentes ao coronel Tourinho. Essa documentação é importante para termos dimensão da evolução do capital da Usina. A certidão informa o seguinte patrimônio:

> Usina Dom João, assentada em terreno próprio com seu edifício, maquinismos e aparelhos, laboratório, almoxarifado, porto com seus guindastes, oficinas, linhas férreas e telefônicas, material rodante, embarcações para transporte de cana, mel e açúcar, chalets, casas de operários, de trabalhadores, de armazém e balanças para a pesagem de cana, móveis e utensílios, instalações elétricas, etc;
>
> Engenho Dom João, com 545 tarefas de terras de massapé, pastos cercados, com rumos confinantes, conhecido e demarcados (...) com suas plantações de canas, gado e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e para as balanças de pesagem de canas;
>
> Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras (conhecido por Macaco), com 1.165 tarefas de terras (...), com seus rumos confinantes conhecidos e demarcados, com suas plantações de canas, gados e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e para as pesagens de canas;
>
> Engenho Novo com cerca de 800 tarefas de terras com seus rumos confinantes, conhecidos e demarcados (...) com uma servidão de passagem para a passagem do cabo condutor de energia elétrica em

[46] Depoimento de Ana Francisca Tourinho em 12 de dezembro de 2004.
[47] Depoimento de Ana Francisca Tourinho em 30 de março de 2005.

> favor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com suas plantações de canas, gado e animais de trabalho, veículo e instrumentos agrícolas, casas para trabalhadores e para as balanças de pesagem de canas[48].

A Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas, de 1942, contém mais informações detalhadas sobre a incorporação de bens e imóveis ao patrimônio da Usina, mostrando a incorporação dos:

> Engenho Vanique e São José, com seus rumos confinantes conhecidos e demarcados com suas plantações de canas, gados e animais de trabalho, veículos e instrumentos agrários, casas para trabalhadores e balanças para pesagem de canas[49].

Observando a relação de bens do coronel Tourinho, é possível evidenciar, que, ao longo do período de 1910 a 1942, a Usina aumentou consideravelmente o seu patrimônio, através da compra de fazendas destinadas ao plantio de cana, e da ampliação de máquinas e equipamentos. Nesse período, a Usina, além de sua sede (Dom João) possuía cinco fazendas: Engenho Dom João, Engenho Macaco, Engenho Novo, Engenho Vanique e Engenho Marapé. Todas essas fazendas eram montadas e estruturadas à produção de cana-de-açúcar. Ressaltamos também que as fazendas adquiridas ao longo dos anos pela Usina, foram antigos engenhos de açúcar do Recôncavo. Como exemplo, citamos o Engenho Macaco, que pertencia, no final do século XIX, a Francisco Vicente Viana[50].

Portanto, evidenciamos um investimento significativo, e, conseqüentemente um aumento no cultivo de cana e produção açucareira. Apesar de não possuir

---

[48] Livros de Notas do Tabelião, nº. 4.511, fls. 9, Livro 3-G, 01/07/1927. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

[49] Livros de Notas do Tabelião, Livro de Notas do Tabelião, nº 1.896, fls. 135, Livro 3-K, em 03/09/1942. Cartório de Santo Amaro, Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas.

[50] Fraga Filho, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Tese (Doutorado), Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 44.

experiência no ramo açucareiro, nos anos que se seguiram a compra, o coronel Tourinho investiu na melhoria e aperfeiçoamento da produção do açúcar e cultivo da cana, aumentando as terras para a plantação, através da compra dos antigos engenhos, comprando máquinas e equipamentos, veículos, e, consequentemente aumentando o número de trabalhadores contratados.

Não sabemos com precisão até que ano o coronel continuou a comandar a Usina. Mas, na década de 1940, seus filhos já assumiram o controle dela. Após sua morte, em maio de 1959, o controle acionário passou para um dos seus genros.

Figura 1. Rodolpho Tourinho e sua esposa Francisca Soares Bahia Tourinho (1952).

Após conhecer os primórdios, a estrutura e o patrimônio da Usina, vamos apresentar o perfil daqueles que faziam toda essa estrutura funcionar: os primeiros trabalhadores. O Livro de Registro de Empregados da Usina Dom João, referente ao período de 1935 a 1969, contêm cerca de 600 fichas de empregados, e revela o perfil dos trabalhadores contratados e registrados pela Usina nos primeiros anos do seu funcionamento, alguns nascidos ainda com a escravidão em vigência.Vejamos.

Manoel Symphronio Gusmão, nascido em 1893, em São Francisco do Conde, função carapina, casado, pai de seis filhos, foi admitido pela Usina em 18 de março de 1909. Manoel Esperidião da Cunha, nascido em 1881, natural de Santo Amaro, chefe de fabricação, foi admitido na Usina em 5 de fevereiro de 1911. Verificamos também a presença de Braulino Costa Pinto, natural de Santo Amaro, nascido em 1875, função "*cozinhado*r", admitido na Usina em 5 de setembro de 1912; e de André Braz, nascido em 1893, em São Francisco do Conde, admitido no ano de 1914, para a função de oficial mecânico.

Figura 2. Ficha de registro de Manoel Malaquias Lopes, administrador geral. Usina Dom João (1909).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.° de Ordem 4 N.° da Carteira Profissional 62176

Serie 9ª

Nome Manoel Malaquias Lopes.

Filiação Cassiano Lopes e Maria Rufina Lopes.

Idade 58 annos

Data do Nascimento 3 / 11 / 1880 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento Rio Fundo, Municipio de São Sebastião

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 15 / 9º / 1909 Categoria e occupação habitual Administrador Geral Salario 400$000

Forma de Pagamento Quinzenal Nomes dos beneficiarios

Valeria Ambrosina Lopes, Valdemira Lopes e Maria Gliceria Lopes.

Assignatura do empregado Manoel Malaquias Lopes

Assignatura do empregador Rodolpho Bahia Tourinho

Data 15 / 10º / 1938 Data da dispensa [illegible] de [illegible] de

Figura 3. Ficha de registro de Manoel Symphronio Gusmão, carapina. Usina Dom João (1909), p. 51.

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 34 N.º da Carteira Profissional 62172

Serie 9ª

Nome Manoel Symphronio Gusmão.

Filiação Antônio Luiz Oliveira e Maria Basilia Gusmão.

Idade 45 annos

Data do Nascimento / / 1893 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento São Francisco-Estado Bahia.

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 30 / 9º 1909 Categoria e occupação habitual Carapina. Salario 6$000 diarista.

Forma de Pagamento Quizenalmente. Nomes dos beneficiarios Maria Felippa de Jesus, Alice, Maria do Carmo, Maria José, Aniecto, Aloysio e Rigis Gusmão.

Assignatura do empregado Manoel Symphronio Gusmão

Assignatura do empregador

Data 15 / 10º / 1938 Data da dispensa de de

Figura 4. Ficha de registro de Manoel Esperidião da Cunha, chefe de fabricação, usina Dom João (1911).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 2 N.º da Carteira Profissional

Serie

Falleceo

Nome Manoel Esperidião da Cunha.

Filiação Manoel Cunha e Maria Joaquina Cunha,

Idade 57 annos

Data do Nascimento 21 / 1º / 1861 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento Cidade de Santo Amaro-Estado da Bahia.

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 5 / 2º / 1911 Categoria e occupação habitual Chefe de Fabricação. Salario 200$000

Forma de Pagamento Quinzenalmente. Nomes dos beneficiarios Maria de Lourdes, Julieta, Antonieta, Genir, Theresinha, José Alvino e Regina Cunha.

Assignatura do empregado Manoel Esperidião da Cunha

Assignatura do empregador

Data 15 / 10º / 1938 Data da dispensa

Figura 5. Ficha de registro de Braulino Costa Pinto, cozinhador. Usina Dom João (1911).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.° de Ordem 7

N.° da Carteira Profissional 62189

Serie 9ª

Nome Braulino Costa Pinto.

Filiação Antonio Costa e Maria Salomea.

Idade 63 annos

Data do Nascimento 26 / 3° 1875 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento Cidade de Santo Amaro-Estado da Bahia.

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 5 / 9° / 1912 Categoria e occupação habitual Cosinhador. Salario 240$000.

Forma de Pagamento Quinzenalmente. Nomes dos beneficiarios

Maria Izabel Costa

Assignatura do empregado Braulino da Costa Pinto

R. P. RODOLFO TOURINHO & Cia.

Assignatura do empregador Rodolfo Bahia Tourinho

Data 15 / 10ª / 1938 Data da dispensa 30 de 11 de 44

Figura 6. Ficha de registro de André Braz, oficial mecânico, usina Dom João (1914).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem

N.º da Carteira Profissional 62182

Serie 9ª

Nome André Braz.

Filiação Braz Eudorico Ferreira e Maria Lourença da Luz.

Idade 45 annos

Data do Nascimento 12º / 1893 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento São Francisco-Estado da Bahia.

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 26 / 9º / 1914 Categoria e occupação habitual Official Macanico. Salario 7$000 diarista

Forma de Pagamento Quizenalmente. Nomes dos beneficiarios Martinha Ferreira.

Assignatura do empregado

P. P. RODOLPHO TOURINHO & Cia.

Assignatura do empregador

Data 15 / 10º / 1938 Data da dispensa de de

A partir dos dados levantados, foi possível traçar o perfil de alguns trabalhadores admitidos pela Usina, nos primeiros anos de funcionamento da mesma. Neste sentido, organizamos um quadro contendo as funções em que os trabalhadores estavam inseridos nas três primeiras décadas de funcionamento da Usina.

Tabela 1. Funções dos trabalhadores da Usina Dom João, 1910-1940.

Funções	Freqüência	Funções	Freqüência
Administrador	1	Fiscal de tráfego	1
Ajudante	3	Foguista de locomotiva	4
Ajudante químico	1	Fundidor	1
Ajustador	2	Gerente de armazém	1
Almoxarifado	2	Jardineiro	1
Auxiliar de escritório	5	Maquinista	7
Balancista	2	Mestre de linha	1
Cabo de linha férrea	3	Oficial mecânico	2
Carapina	3	Operário	17
Chefe de fabricação	1	Pedreiro	2
Comerciário	5	Prático de farmácia	1
Condutor de locomotiva	2	Servente	1
Contador	1	Soldador	1
Cozinhador	10	Telefonista	1
Destilador	2	Torneiro	4
Eletricista	1	Tratorista	1
Ensacador	1	Triplista	1
Estivador	1	Turbineiro	3
Feitor de linha	1	Vaqueiro	1
Ferreiro	2		
Total			**100**

Fonte: Livro de registro de empregados da Sociedade Agrícola e Industrial - Usina Dom João, 1910-1940.

Na tabela, observamos funções exercidas pelos trabalhadores entre 1910 e 1940. A Usina Dom João registrou, nesse período, os trabalhadores da unidade industrial, os quais estavam agregados em três setores: transporte, fabricação e

manutenção. Além disso, verificamos o registro de trabalhadores do setor administrativo, que estavam organizados como: administrador, auxiliar de escritório e contador. Notamos que 38% dos trabalhadores exerciam atividades de fabricação (ajudante, balancista, chefe de fabricação, "*cozinhador*", destilador, ensacador, operário, servente e ajudante químico); 28% estavam no setor de manutenção (ajustador, eletricista, ferreiro, fundidor, carapina, maquinista, oficial mecânico, soldador, torneiro, turbineiro e pedreiro) e 15% estavam no setor de transportes (cabo de linha férrea, condutor de locomotiva, feitor de linha, fiscal de tráfego, foguista de locomotiva, mestre de linha, tratorista e triplista).

Isto significa que, a parte industrial da Usina, ou seja, o setor de fabricação, era o que comportava o maior número de trabalhadores. E ainda, havia 15% distribuídos no setor administrativo (administrador, almoxarifado, auxiliar de escritório, comerciário, contador e telefonista), e 3% exercendo funções diversificadas (gerente de armazém, jardineiro e prático de farmácia).

É importante ressaltar que as funções ligadas ao trabalho no campo estão ausentes no registro, à exceção de um único de registro de um trabalhador do campo encontrado. Trata-se do "vaqueiro" Francisco de Assis, nascido no ano de 1903, natural de Santo Amaro[51].

[51] Livro de Registro de Empregados da Sociedade Agrícola e Industrial – Usina Dom João, n. ordem 57.

Figura 7. Ficha de registro de Francisco de Assis, vaqueiro. Usina Dom João (1938).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 62 N.º da Carteira Profissional

Serie

Nome Francisco de Assis.

Filiação José Antonio Silva e Maria Victoriana da Silva.

Idade 25 annos

Data do Nascimento 25 / 1º / 1903 Nacionalidade Brasileiro.

Lugar do Nascimento Macaco Benjamin-Cidade de Santo Amaro.

Residencia Usina Dom João.

Data de admissão ao serviço 29 / 1º / 1938 Categoria e occupação habitual Vaqueiro. Salario 3$000 diarista.

Forma de Pagamento quinzenalmente. Nomes dos beneficiarios Maria Clotildes da Luz, José do Carmo Assis, Deoval Assis, Maria Conceição Assis, Maria Isaura Assis, João da Hora Assis e Vivaldo Assis.

Assignatura do empregado

Assignatura do empregador

Data 15 / 10 / 1938 Data da dispensa de de

Sabe-se que, a quantidade de açúcar que uma usina é capaz de produzir ao ano, é um dos elementos pelos quais é possível classificá-la como sendo de pequeno, médio ou grande porte[52]. No Recôncavo baiano a capacidade de moagem das quatro maiores usinas – Terra Nova, Aliança, Rio Fundo e Iguape – circulava entre cerca de 400 toneladas de cana por dia[53]. De acordo com a capacidade de moagem, as características que detinha, e, também, com a memória dos seus ex-trabalhadores, classificamos a Usina Dom João como tendo sido de médio porte, pois a mesma produzia de 60 a 80 mil sacas de açúcar por ano, conforme foi lembrado:

> Na época era a Usina Aliança e Terra Nova, as de maiores porte. Naquele tempo as usinas às vezes produziam menos de 200 mil sacos porque tinha muitas usinas. Depois foi aquelas que tinham maior condição financeira foram aumentando sua capacidade. E hoje tem a usina Aliança (que) tem capacidade hoje pra 1 milhão ou mais de 1 milhão de sacos.(...)
> Dom João, Cinco Rios, Passagem, Paranaguá era um pouquinho maior também. Santa Elisa, São Carlos, todas eram usinas de médio porte.
> A Usina Dom João era de médio porte. A Cinco Rios um pouco maior que a Usina Dom João. Essas usinas foram se depreciando por (causa) da época de Getúlio em diante, compreendeu? Quando as leis começaram a endurecer, as leis de Previdência Social. Elas tinham uma produção de 50, 60 mil sacas, aí começaram a dizer a usina não pode sobreviver com menos de 200 mil sacos (por moagem)[54].

No início da década de 40, a Usina, buscando ampliar a sua produção, adquiriu, da Holanda, máquinas modernas, como moendas, caldeiras, turbinas, gerador de energia elétrica e outros equipamentos, o que elevou a produção para cerca de 150

---

[52] Sobre a classificação das usinas quanto a produção ver Queda, Oriowaldo. A intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista. Tese de Doutorado ,Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz, USP, 1972. O autor analisou a capacidade de produção de açúcar das usinas do estado de São Paulo. Segundo Quedas, as usinas pequenas eram aquelas que produziam até 40 mil sacos de açúcar ao ano. Enquanto que as usinas de médio porte produziam cerca de 40 a 120 mil sacos de açúcar e as de grande porte produziam acima de 120 mil sacos ao ano.

[53] CUNHA, Joaci. Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). Dissertação de Mestrado, UFBA, 1995, p. 37.

[54] Depoimento de Agnelo Majestade, Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

mil sacas de açúcar[55]. A produção de açúcar era a principal atividade da Usina Dom João, porém, a mesma desenvolvia atividades complementares. Nequinha do Amaral, ex-funcionário lembra bem que:

> Fabricava cachaça e fabricava cal pra vender. Eu mesmo vendi muito cal pra Santo Amaro pra Feira de Santana. O cal era muito bom. Muito bom mesmo tinha muita aceitação. As cidades aqui no Recôncavo compravam aqui. Tinha os barcos que fazia o transporte (...) Santo Amaro. Levavam de barco a cachaça, o cal e o açúcar. A usina tinha 28 barcos que transportavam as mercadorias[56].

Cachaça e cal eram atividades secundárias desenvolvidas pela Usina. A produção caieira, além de ser comercializada, se destinava também à fabricação de telhas e tijolos, utilizados na construção das casas dos trabalhadores e no reparo da Usina. Esta possuía um dos "dos melhores alambiques do Recôncavo"[57], que fabricava uma saborosa cachaça, denominada Aguardente Tourinho, e comercializada entre cidades da Bahia, como Santo Amaro, Feira de Santana, e Cachoeira, dentre outras.

A sede da Usina Dom João, com suas 545 tarefas, era formada por terras, fábrica, casas dos trabalhadores e sistema de transportes e comunicação, o que demonstra uma estrutura de indústria moderna. A Usina possuía fazendas próprias que se destinavam à produção de cana-de-açúcar, conforme a memória de trabalhadores:

> A Usina Dom João tinha fazendas próprias: Engenho Novo, Quincengo/São José, Marapé, Macaco, Dom João e Conquista. Depois comprou Santa Catarina aqui em cima. E tinha fornecedores: Tenente Manoel Teodoro Sá Barreto, Fazenda Wanick. Depois tinha Vicente Porciúncula – foi prefeito de São Francisco do Conde por duas vezes - era fornecedor forte. Tinha

---

[55] Informação extraída do depoimento de Florisval Majestade. Santo Amaro 15 de abril de 2004. Depoimentos de outros ex-trabalhadores da usina Dom João também foram utilizados.
[56] Depoimento de Manoel Ezequiel do Amaral Júnior. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de julho de 2005.
[57] Depoimento de Florisval Majestade. Santo Amaro, Bahia, 15 de abril de 2004.

> fazenda Engenho D'água, Fazenda Guaíba. Tinha a (fazenda) Paramirim que fornecia (cana-de-açúcar) a Dom João[58].

Além de produzir sua própria matéria-prima, a Dom João estabeleceu uma integração vertical com outros usineiros, através da compra de cana-de-açúcar cultivada em outras fazendas, e por outros fornecedores, conforme depoimentos dos seus ex-trabalhadores:

> Tinha os fornecedores e lavradores. Fornecedores era esse número de pessoas que tinham terras próprias e que forneciam (cana-de-açúcar) e lavradores eram aqueles que trabalhavam com a terra da própria usina. Da sua própria produção chamamos de cana própria. Dos fornecedores são canas compradas e canas próprias que é da própria usina[59].

As canas produzidas pela usina eram chamadas de "canas próprias", e as adquiridas através de fornecedores eram chamadas de "canas compradas". Os fornecedores eram lavradores que cultivava cana-de-açúcar em terras próprias, ou em terras arrendadas, fornecendo por mais de três safras a um determinado produtor[60].

As fazendas possuíam uma organização e estrutura própria, para a produção de cana e açúcar. Havia plantações de cana e criação de animais, especialmente o gado, que tinha um papel fundamental como meio de transporte das canas. As casas dos trabalhadores, balanças e veículos, eram itens que faziam parte de um complexo e variado conjunto de atividades, que envolviam todas as etapas da produção de açúcar, desde o plantio da matéria-prima até a obtenção do produto final.

No funcionamento da Usina estavam interligados o setor industrial (incluindo os setores de fabricação, de transporte, de manutenção industrial), o setor agrícola

---

[58] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004
[59] Depoimento Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.
[60] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

destinado ao plantio de cana-de-açúcar, as casas pertencentes ao proprietário da Usina e sua parentela, as casas dos operários, as casas de trabalhadores, e uma dinâmica comercial, com o funcionamento de um grande armazém de propriedade da empresa e uma feira, controlada pela administração, que funcionava aos domingos. Havia também uma capela, um "pequeno Posto Médico, sem médico"[61], e uma pequena escola. Nas linhas seguintes iremos conhecer mais acerca da mão-de-obra contratada pela Usina[62].

[61] Revista Brasil Açucareiro. Ano XXXVI, vol. LXXII, março de 1950, Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

[62] Sobre a lavoura açucareira no Recôncavo baiano ver BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 40; Walter Fraga Filho, Nas encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas: Tese de doutorado, 2004, p. 23-26; Kátia Matoso, Bahia a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, p. 239-377; COSTA PINTO, L. A. Recôncavo: laboratório de uma experiência humana. Salvador: Editora Costa Pinto, 1997, 2ª edição, p. 39-48.

CAPÍTULO II

> O cara que trabalhava no canavial ele não tinha direito a quase nada. Porque naquele tempo se trabalhava, como diz a gíria, "avulso", né? O cara cortava a cana por quilo, por tonelada de cana, a tonelada de cana. Então, o cortador de cana ele ganhava pelo o que ele fazia, pelo o que ele produzia. Se ele cortasse mil quilos hoje e não fosse trabalhar o resto da semana, ele só ganhava aqueles mil quilos. O cara que enchia o caminhão – que hoje tem a máquina que enche o caminhão – ele ganhava também por tonelada, era um trabalho braçal, ele enchia caminhão no braço não tinha a máquina pra encher o caminhão, entendeu? Então, o cara que despalhava a cana – também tem o cara pra despalhar, pra tirar aquelas palhas secas pra puder a cana crescer rápido (...) pra cana ficar tudo limpinho assim – ele ganhava por tarefa né? Então media quantas tarefas nos canaviais eles despalharam. Pra limpar cana também, era por tarefa pra capinar, pra deixar as canas tudo limpinha assim, os canaviais tudo limpo. Ele ganhava assim por tarefa. Ele não ganhava como um funcionário que ganhava um salário mensal ou quinzenal seja lá como for[63].

Trabalhadores temporários e trabalhadores fixos

O açúcar é um produto resultante de um complexo de operações, que envolve duas grandes unidades de produção, distintas e interligadas: os operários, que atuam no setor industrial, e os trabalhadores rurais, que trabalham nas unidades agrícolas. A parte industrial comporta três setores: fabricação, transportes e manutenção. A unidade agrícola agrega as fazendas responsáveis pela produção e fornecimento de cana à unidade industrial.

Devido ao caráter sazonal da atividade açucareira, a Usina Dom João admitia um contingente diferenciado de trabalhadores: os trabalhadores fixos e os trabalhadores temporários. Os trabalhadores fixos trabalhavam o ano inteiro, podiam exercer funções qualificadas ou não, e residiam em casas cedidas pela Usina. A maior parte dos

[63] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

trabalhadores fixos residia na vila operária Dom João, enquanto que um grupo menor, os trabalhadores rurais, morava nas fazendas que produziam e forneciam canas. É sobre esses dois grupos específicos de trabalhadores, e aspectos do cotidiano deles, que iremos falar nas linhas seguintes.

As informações levantadas sobre a existência dos trabalhadores temporários, se deram, unicamente, pelas memórias dos trabalhadores fixos. Infelizmente, durante a pesquisa, não foi possível localizar nenhum ex-trabalhador temporário, e, além disso, a quantidade significativa de fontes documentais escritas também não trouxe nenhuma informação a respeito desse tipo de mão-de-obra contratada pela Usina. Assim, ressalta-se que, diante da ausência de registros escritos, há o registro presente exclusivamente nas memórias dos trabalhadores efetivos da usina Dom João.

Como dito, anteriormente, o caráter sazonal da produção do açúcar é um fator que determina a divisão entre aqueles que trabalham o ano inteiro e aqueles que prestam serviço por um período determinado:

> Aqui no Recôncavo a usina moe de setembro a abril no máximo. E o resto é o período de reparo da usina, período de plantação e período de inverno, que é praticado a produção de cana, transporte de cana no período de inverno. O massapé é ingrato.
> O inverno é um período de reparo. A usina após seis, sete, oito meses e nesses meses para ela se reforma, muda peças, faz novas caldeiras, muda de moendas, faz todo tipo de reparo porque é um período de serviço intenso. E aí, estraga. Tem que encher dente de moagem, de moendas, etc. Por isso que demora porque às vezes manda peças pro exterior, pra outros estados, pra São Paulo, até pro exterior produz máquinas das usinas[64].

No Recôncavo baiano, no período entre setembro a março, as usinas funcionavam transportando e moendo cana. Era o período da safra, durante o qual, o trabalho intensificava-se. No setor agrícola iniciava-se o corte da cana. Após o corte, a

[64] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

cana era transportada em burros e carros de boi, e, em seguida, era pesada e armazenada em vagões, com capacidade de até cinco mil quilos.

No setor industrial a produção começava todo vapor. A intensificação do trabalho no período da safra exigia um número de braços, além do que a Usina dispunha. Por isso, fazia-se necessário contratar mão-de-obra extra, para que não houvesse prejuízos, uma vez que a cana-de-açúcar, após sua colheita, deve ser moída no máximo em 48 horas, por causa da perda gradativa do teor de sacarose. A solução estava em absorver uma mão-de-obra temporária, somente no período da safra, e que não mantivesse vínculo empregatício. Dessa maneira, a utilização de trabalhadores temporários era grande, conforme foi relatado por diversos ex-trabalhadores:

> Tinha esse tipo de trabalhador, o provisório. Esse pessoal vinha de Cachoeira, São Félix, Muritiba. Vinha também ali de Berimbau. Vinha também muita gente do Sertão pra cortar cana[65].

> Na época da moagem vinha aquele pessoal tudo do sertão trabalhar na usina. Era muita gente. Mas vinha também gente daqui de perto, de Cachoeira, de São Gonçalo, São Felipe. Mas, a maioria vinha de lá do sertão mesmo[66].

> Vinha muita gente de fora. Vinha de fora pra trabalhar no canavial. Vinha gente aqui de Santo Amaro, vinha gente do Sertão, ali de Santa Bárbara, vinha gente de Cachoeira, vinha gente do Recôncavo também, de Muritiba[67] .

> Eram contratados na época de colheita. Na época de colheita aumenta muito em todos os setores na agricultura em geral[68].

---

[65] Depoimento de Raimunda Negreiros Santo Amaro, Bahia. Santo Amaro, Bahia, 14 de abril de 2004.
[66] Depoimento de Zilar do Amaral. João. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.
[67]Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[68] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro Bahia, 10 de outubro de 2004.

Os trabalhadores temporários prestavam serviço no período da safra, e eram dispensados no período da entressafra. Trabalhavam no corte de cana e em diversos serviços do campo:

> Eles permaneciam pra o corte da cana. Eles ficavam pra cortar cana novamente com aqueles que eram da região. Eles ficavam pra cortar cana porque usavam os animais com aqueles ganchos pra carregar cana. Eles cortavam cana, enchia o caminhão pra levar pra usina quando a fazenda era distante, né?[69].

Grande parte dessa mão-de-obra era de áreas onde se concentravam as secas nordestinas, o chamado "Polígono da seca". Mas, também de áreas anexas ao Recôncavo baiano. No período da entressafra retornavam às suas áreas de origem, ou, possivelmente, migravam à procura de trabalho em outros lugares. Segundo vários depoimentos, o contingente de trabalhadores temporários era formado somente por homens:

> De quinze em quinze eles ia pra casa voltava na segunda pra retornar ao trabalho. Eles ficavam no barracão. Aqueles que tinham família ia embora. Ia no sábado. Sábado o caminhão enchia de açúcar meu esposo dava a ordem, tomava o nome deles todos, eles viajavam neste caminhão (...) fechava uma quantidade e ia no caminhão (...). Só tinha homem[70].

A maioria eram chefes de famílias, que nas épocas de estiagem deixavam mulheres e filhos, em busca de trabalho nas áreas de produção açucareira:

> Tinha muita gente. Era muita gente que vinha trabalhar de fora. Eles vinham trabalhava na limpeza dos canaviais no inverno. No mês de agosto era a época que a usina começava a esquentar as turbinas, caldeiras e tudo. Aí no mês de agosto o padre ia benzer a

---

[69] Depoimento de José Joaquim dos Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia 30 de novembro de 2005.
[70] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.

> usina pra começar a funcionar, a moer o açúcar. Eles (o trabalhadores temporários) ganhava por quinzena, então quando eles completava a quinzena que eles ganhava o dinheiro eles ia levar pra a família[71].

É interessante notar, com a intenção de perceber possíveis continuidades, que a utilização da mão-de-obra temporária foi uma prática utilizada também nos engenhos de açúcar da Bahia, desde o século XIX. Como observou Walter Fraga, nas estações secas, os engenhos podiam contar com a oferta de mão-obra livre de populações que migravam das áreas do interior, e grande foi o número de fazendas de açúcar que empregaram esse tipo de mão-de-obra [72].

Além da relação contratual, outros aspectos diferenciavam os trabalhadores temporários dos trabalhadores fixos na Usina Dom João. O tipo de moradia era um elemento que estabelecia essa diferenciação. Os trabalhadores temporários ficavam alojados em dois pavimentos localizados na sede da Usina, os chamados "barracões", que foram caracterizados nos depoimentos:

> E tinha os barracões. Aqueles alojamentos, que eles fazem aqueles casarão e divide os quartos. Aquele também que vinha ficava os cortadores de cana também, eles denominavam de barracões. Porque vinha muita gente de fora, que na época do inverno eles vinham trabalhar limpando cana. Pra limpar cana na época do inverno, eles vinham trabalhar, o pessoal do sertão. Vinha muita gente trabalhar. Aqueles famosos barracões é que tinha tipo um alojamento né? Aí vinha aquele povo de fora trabalhar. Aí, porque eles eram avulsos, trabalhava como avulsos, vinham trabalhar e voltavam. Então, os barracões ficava já prontos esperando só a volta deles[73].

---

[71] Depoimento de José Joaquim dos Santos Penas. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

[72] FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia: 1870-1910. São Paulo, Unicamp, Tese de Doutorado, 2004, p. 29, 31.

[73] Depoimento de José Joaquim dos Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

> Os barracões era o seguinte: era aquele povo que muitas das vezes na época de moagem, todo o pessoal era concentrado na época de moagem. Então, ficava desprotegido área de plantio, área de destoca. Destoca é quando corta a cana, às vezes tem mato dentro do tabuleiro, então aqueles homens vinha destovendo tudo direitinho. Então, por não ter o pessoal da própria usina não dar conta do trabalho da moagem, então vinha os sertanejos do sertão pra limpar a cana e plantar. Então, a usina não tinha casa disponível pra ficar na fazenda trinta, quarenta 40 homens. Então, tinha aqueles barracões cobertos, direitinho, né? Ali era onde esse pessoal ficava (...) Porque nas casas da usina mesmo, ficava os trabalhadores efetivos com carteira ou assinada ou não[74].

As instalações dos "barracões" eram precárias. As camas eram pedaços de madeiras e as divisórias eram feitas com pedaços de panos. Vejamos o que disse uma ex-trabalhadora:

> - Onde eles ficavam alojados?
> - Tinha barracão, a usina tinha barracão. Porque era um vão só. Todo mundo fazia seu jirau. Era as camas no jirau que eles tinha.
> - O que são camas no jirau?
> - É um jirauzinho. Amarrava a corda, quer dizer eu mesmo já vi, amarrava a corda com a tábua ali todo mundo se ajeitava. Dividia o espaço com uma tábua e o pano. O barracão era uma área grande e aí, dividia com pedaços de pau pra cada um ter seu cantinho. Tinha um banheiro pra um monte de gente[75].

Os trabalhadores fixos utilizaram variadas expressões para denominar os colegas do serviço temporários: "safristas", "sertanejos", "pessoal extra", "catingueiros" e "avulsos". Todos os trabalhadores entrevistados, que fizeram referências aos "barracões", confirmaram que se tratava de um grande alojamento precário, onde os trabalhadores móveis ficavam hospedados.

---

[74] Depoimento de José Marques Batista. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006.
[75] Depoimento de Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia 16 de julho de 2004.

Os trabalhadores fixos exerciam as mais variadas funções e atividades na Usina Dom João. Através da tabela abaixo, é possível verificar a variedade de funções existentes.

Tabela 2. Variedades de funções, Usina Dom João (1935-1969).

CAMPO	Administrador de campo, feitor de campo, carreiro, cerqueiro, trabalhador do campo, chamador de boi, condutor de burro.	
INDÚSTRIA	**Transporte**	Cabo de linha férrea, condutor de locomotiva, feitor de linha, fiscal de tráfego, foguista de locomotiva, foguista, mestre de linha, tratorista, triplista, motorista.
	Fabricação	Ajudante, balancista geral, balancista, chefe de fabricação, cozinhador, destilador, ensacador, operário, servente, caldeireiro.
	Manutenção	Ajustador, eletricista, ferreiro, fundidor, carapina, maquinista, oficial mecânico, soldador, tanoeiro, torneiro, turbineiro, carpinteiro, serralheiro, ferreiro, pedreiro, pintor.

Fontes: Livro de Registro de Empregados, Sociedade Agrícola Tourinho – Usina Dom João, 1935-1969; depoimentos dos diversos trabalhadores.

Os dados acima demonstram que a Usina operava com contingentes variados de trabalhadores, que se organizavam em setores distintos e interligados, e se dedicavam às atividades no campo, a parte industrial, setor de fabricação, transportes e de manutenção:

> Tinha um contingente permanente que eram empregados, eram oficiais, mecânicos, torneiro, fresador, gente que trabalhava lá no setor de usina. Esses eram permanentes e tinha um pessoal extra quando moia ia tinha gente pra trabalhar no guindastes, salão de

> açúcar, ensacamento de açúcar, turbina, caldeira, embarque, desembarque, aí contratava muita gente, muita gente[76].

Um último aspecto que queremos analisar neste capítulo, é sobre quais as áreas de onde se originavam os trabalhadores fixos da Usina Dom João. Os depoimentos apontam para um movimentado processo migratório entre trabalhadores de diversas áreas do Recôncavo baiano. Vejamos.

> Eu nasci no dia 10 de julho de 1933. Vou fazer 72 anos. Eu nasci numa fazenda por nome Sapé de Brota. Ela fica nessa ponta da usina Aliança em Terra Nova.. Mas, eu me registrei aqui. Cheguei aqui pequeno. Vim morar num lugar por nome São Lourenço que é aqui nessa porta. De São Lourenço. Eu sair de São Lourenço vim morar num lugar por nome Gingongo. Era uma fazenda de Santa Elisa. Fiquei na usina São Lourenço, a usina São Lourenço fechou e então ficou Santa Elisa (...). Daí eu vim morar num lugar por nome Buracica menino ainda. Da Buracica eu fui pra o Cassange. Cassange é um lugar, uma fazenda daqui da Usina Dom João. Essa parte pertencia a usina Dom João[77].

O depoimento evidencia um constante deslocamento da família de um trabalhador em direção à Usina Dom João. Nascido em Terra Nova, atual município do Recôncavo baiano, o depoente se deslocou ainda criança para São Francisco do Conde. Seu avô, Domingos de Assis, trabalhava nos canaviais de Terra Nova, e inseriu o neto no trabalho rural. Não sabemos o motivo, mas o avô de Germínio, quando este ainda era criança, se deslocou para um pequeno município de nome São Lourenço, passando a trabalhar na Usina São Lourenço. Em pouco tempo passou a trabalhar na Usina Santa Elisa, localizada no município de Santo Amaro. O último deslocamento do avô de Germínio aconteceu quando este deixou Santo Amaro e foi para São Francisco do Conde, trabalhar na Usina Dom João.

---

[76] Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia 10 de outubro de 2004.
[77] Depoimento de Germínio dos Santos João. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de janeiro de 2005.

A memória de Germínio não permite detalhar os motivos que levaram seu avô a se deslocar de um município a outro, porém, ficou evidente o processo de deslocamento da área de origem para outras áreas em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Parte dos trabalhadores admitidos pela Usina era proveniente de outras usinas do Recôncavo baiano. Provavelmente, esse tipo de deslocamento de uma usina em direção a outra se dava por causa de uma melhor oferta de salário ou de condições de trabalho. Abaixo, transcrevemos alguns trechos sobre esses deslocamentos:

> Eu sou de Santo Amaro. Nasci lá. Comecei lá trabalhando na Usina São Bento. Depois eu fui pra Terra Nova trabalhar na usina São Carlos. Lá em São Carlos trabalhei seis anos e pouco. Da São Carlos eu vim pra aqui pra Dom João, isso foi em 56[78].

> A gente morava no Rio Fundo, então ele (o esposo) morava numa fazenda em Terra Nova, então ele era uma pessoa muito estudada, (...), então ele teve o convite pra vim trabalhar aqui, pra ser balancista depois administrador, depois (...) a letra dele era muito bonita, então, estudava bem, conversava bem, então o dono da usina aí, passou os dados pra ele, pra ele trabalhar no escritório. Porque ele tinha mais informação, tinha mais cuidado com o pessoal e fazia as notas pra o caminhão de açúcar, pra esse mundo de gente (...), ele fazia, ele dava a ordem, aí ele ficou o tempo todo até morrer[79].

> Eu nasci aqui em Santo Amaro. Com 6 anos fui para uma fazenda Wanick, é encostada. Tem Marapé e tem a fazenda Wanick que é encostada. Eu me mudei pra fazenda Wanick do tenente Sá Barreto – Manoel Teodoro de Sá Barreto - que já morreu. Então, eu fui criado lá, nessa fazenda. Depois fui com meu pai para Dom João com a idade de 8 anos. Meu pai de chamava Casemiro dos Santos. E trabalhava no campo. Cortando cana, limpando cana, cavando coveta[80].

---

[78] Depoimento de Cirilo dos Santos. São Francisco do Conde, Bahia, 14 de julho de 2004.
[79] Depoimento de José Joaquim Santos Pena e Gildete Santos Pena, filho e esposa de ex-auxiliar de escritório da usina D. João. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[80] Depoimento de Mateus Evangelista dos Santos. Santo Amaro, Bahia, 29 de setembro de 2004.

Para saber mais sobre de quais áreas parte os trabalhadores se originavam, recorremos às fichas de registro de empregados da Usina Dom João referente ao período de 1909 à 1969. As fichas trazem dados precisos, que ajudaram a conhecer parte dos itinerários dos trabalhadores que se deslocaram para São Francisco do Conde ao longo daqueles anos. A partir delas, foi possível encontrar trabalhadores fixos que estavam migrando em direção à Usina.

Sobre o período de 1909 à 1969, localizamos 602 fichas de trabalhadores, registrados nas mais diferentes funções, e em todos os setores, como transportes, indústria, agrícola, escritório e administração. Do número total, averiguamos que 29,9%o eram oriundos de São Francisco do Conde; 18,5% eram de Santo Amaro; 8,7% de Terra Nova; 6,8% de Cachoeira e 7% de São Sebastião do Passé. Verificamos que 70,9% dos trabalhadores eram oriundos das áreas denominadas "circuitos do açúcar", e justamente eram nessas áreas que estavam localizadas as principais usinas do Recôncavo baiano. Constatamos também que os 21,1% eram oriundos de diversas áreas do interior da Bahia, como Santo Estevão, São Felipe e Nazaré das Farinhas, dentre outros. Eram provenientes também de Salvador, e de Estados, como Alagoas. Sobre os 8% restantes, não consta o local onde nasceram.

A seguir, veremos outros aspectos do trabalho e das condições materiais de existência, vivenciadas, pelos trabalhadores fixos da Usina Dom João.

Moradia e o sistema de alimentação na Usina Dom João

Na Usina Dom João, os trabalhadores fixos podiam ou não ter registro na carteira de trabalho. Assim, os operários, aqueles que trabalhavam principalmente no setor industrial da Usina, tinham suas carteiras assinadas. Esse é um direito que os trabalhadores do campo só obtiveram a partir de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural. Os trabalhadores permanentes residiam na sede da Usina – em sua maioria - e nas fazendas produtoras de cana. Moravam em casas cedidas pela Usina.

José Sérgio Leite Lopes, ao tratar das condições de vida e trabalho dos operários das usinas açucareiras de Pernambuco afirma que:

> Dentre os operários fixos, grande parte deles mora em casas da própria usina, próxima à planta fabril. Um dos traços distintivos das usinas de açúcar, ao menos no Nordeste, é a formação de um bairro operário nas proximidades da fábrica, um aglomerado de casas de propriedade da usina para usufruto de seus operários permanentes. Essa ligação direta entre o domínio de sua moradia faz com que tanto o "tempo livre" do trabalhador do açúcar, quanto às condições de sua moradia seja fortemente determinado por sua inserção específica no processo de produção da usina[81].

Desse modo, vemos que na Usina Dom João, as residências dos trabalhadores ficavam localizadas no interior da planta fabril e das propriedades produtoras de cana-de-açúcar, e isso é um indício de que tanto os aspectos da vida profissional, quanto os da vida pessoal, se entrelaçavam, uma vez que as moradias eram cedidas pela empresa. Através da Certidão de Registro de Imóveis e Hipotecas foi possível conhecer algumas das características das casas da sede da Usina onde os trabalhadores fixos residiam:

[81] Leite Lopes, José Sérgio. *O Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 12.

> O edifício da usina Dom João, construído de alvenaria e tijolos, coberto de telhas de eternite, zinco e telhas de barros; três casas construídas de alvenaria e tijolos, coberta de telhas, destinada a gerente e funcionários de categoria; cento e três casas construídas de alvenaria e taipa, coberta de telhas, destinadas aos operários; um barracão, construído de alvenaria e tijolos, coberto de zinco destinado a abrigo de carros e tratores; três barracões construídos de alvenaria e tijolos, cobertos de zinco, destinados à oficina, carpintaria e abrigo de locomotivas[82].

A partir dessa documentação, percebe-se que na grande área onde funcionava a Usina Dom João, as casas eram cedidas de acordo com a ocupação do trabalhador na empresa. As casas "construídas de alvenaria e tijolos e coberta com telhas" eram ocupadas por funcionários com cargos hierarquicamente superiores, ou seja, os cargos de confiança, que atuavam no setor da administração e do escritório, incluindo o gerente e o administrador geral.

As cento e três casas de alvenaria e taipa, cobertas com telhas, eram ocupadas por trabalhadores das mais diferentes funções. A ocupação variava conforme o tamanho da família e função do trabalhador na Usina. Além disso, estavam distribuídas em diferentes ruas, na Dom João. A organização das ruas variava também de acordo com a função exercida na empresa:

> - Tinha as casas onde os trabalhadores moravam próximos uns dos outros. O pessoal do escritório morava na mesma rua do trabalhador do campo? Como era?
> - Não. Era separado. Tinha a rua chamada Rua do Tijolo que morava o pessoal do campo. A Rua do Tijolo, a Rua do Prédio essa tinha o colégio, essas aí, morava o pessoal do campo.
> A rua que a gente morava era Rua do Tamarindo. Essa rua aí, a Rua do Tamarindo era que morava o pessoal que trabalhava na usina.
> A Rua das Palmeiras também era o pessoal que trabalhava na usina. A Rua da Amêndoa também morava o pessoal da usina.

[82] Livro de Notas de Tabelião, nº 15.636, Livro 3-Z, folhas 126, 07 de julho de 1971. Sessão de Registro de Imóveis e Hipotecas, Santo Amaro, Bahia.

> Tinha uma rua lá que eu me esqueci o nome dessa rua. A Rua do Mangue que era chamada de Rua da Linha, chamava Rua da Linha, que é onde passava as máquinas com os vagões de cana, a Maria Fumaça. E tinha os barracões, aqueles alojamentos que chamava alojamentos que eles fazem aqueles casarão e divide os quartos (...) A rua que eu morava tinha 10 casas. Era a que ficava próximo a usina[83].

Pudemos averiguar que as casas eram cedidas de forma desigual aos trabalhadores do campo e aos operários dos demais setores. Isso reforçava uma diferenciação social, sentida pelos trabalhadores, uma vez que na prática, *"a rua do pessoal da usina era uma e a do pessoal do campo era outra"*[84]. Sobre isso, relatam, ainda, que:

> Tinha as ruas separadas. Tinha a rua do pessoal da usina e tinha a rua do pessoal do campo. (...) até hoje ainda tem os pés de palmeiras grandes, após ali naquele lado ali tinha uma rua direto que dava pra sair em frente (...) e tinha aquelas casas bonitas, aquelas casas tudo grande que era onde morava o povo da usina, entendeu? E cá pra cima tinha a rua do campo, onde morava os trabalhadores do campo, era os trabalhadores que dava uma duro pelos canaviais cortando cana, limpando cana, enchendo vagão era assim. E o povo de lá da usina era de dentro do escritório, essas coisas assim (...) carteira.
> As casas eram de tijolo também (...) era uma rua também, mas só que não era como a rua do pessoal da usina. A rua do pessoal da usina era melhor, era mais arrumadinha, ajeitadinha. Mas, a rua de cá de cima do campo tinha sanitário e a da gente não tinha nada disso. A do pessoal do campo não tinha nada disso, quem queria fazer seus negócios fazia lá pra baixo, fazia naquele banheiro doído de lona, de qualquer jeito, era assim[85].

Os trabalhadores com maior qualificação tinham acesso às casas maiores e bem localizadas. Assim, a função do trabalhador na Usina era um fator determinante na cessão da moradia. Outro tipo de moradia que não podemos deixar de ressaltar, são as

---

[83] Depoimento de Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.
[84] Depoimento de José Barbosa. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006.
[85] Depoimento de Lourdes Barbosa, São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006.

residências dos trabalhadores das fazendas pertencentes à Usina Dom João, ou seja, os trabalhadores do campo. Conforme mencionamos, nas fazendas de açúcar, a mão-de-obra utilizada era a do trabalhador de campo. Nelas, as casas ficavam próximas umas as outras no sentido geminado.

Walfredo Chaves, nascido em 1936, trabalhador rural, morou juntamente com sua família numas das fazendas de cana pertencente à Usina Dom João, o Engenho Santo Antonio do Riacho das Pedras, também conhecido como Macaco. Sobre a estrutura das casas, Walfredo contou o seguinte:

> - O senhor juntamente com sua família trabalhou e morou no Macaco durante esse tempo. Como era a condição de moradia? Como era a casa do senhor?
>
> - A casa era de barro mesmo coberta até de sapé. Sabe o quê é sapé?
> - É palha.
> - Após, era sapé, pitomba de coco. Sabe o que é pitomba de coco? A casa era assim.
> - E a casa tinha quantos cômodos?
> - Era dois, às vezes tinha três quando a família era muito grande. Mas a maioria das casas era dois no máximo. E sala e cozinha[86].

Vemos que as condições de moradia dos trabalhadores rurais, que residiam nas propriedades agrícolas, eram inferiores às casas dos trabalhadores que moravam na sede. Como podemos perceber, os trabalhadores rurais moravam em casas pequenas e com péssimas condições de instalações. Casas feitas de sapé pelos próprios trabalhadores e com chão batido de barro.

[86] Depoimento de Walfredo Chaves. São Francisco do Conde Bahia, 14 de julho de 2004.

Figura 8. Casas de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia.

A área da Usina Dom João, e, suas fazendas de cana-de-açúcar, foram, conforme citamos anteriormente, em sua maioria, antigos engenhos, que com o processo de modernização açucareira ficaram impossibilitados de concorrer com as usinas e foram sendo vendidos aos usineiros. Essas áreas eram formadas por recursos naturais, como o massapé - considerado um dos solos mais férteis - os rios, mangues, etc. Esses recursos naturais possibilitavam o desenvolvimento de atividades independentes[87].

[87] Sobre estudos que ressaltam o cultivo de gêneros de subsistência em engenhos ver Walter Fraga Filho, Nas encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910,

Assim, a Usina concedia aos trabalhadores fixos pedaços de terras, para plantarem gêneros de subsistência como aipim, milho, quiabo, tomate e outras verduras. Segundo um trabalhador "*todo morador tinha direito a uma tarefa de terra ou duas ou três de acordo com que ele pudesse pra plantar a sua roça na terra usina*"[88].

O cultivo das roças próprias servia para complementar os baixos salários que os trabalhadores recebiam. Fatores variados favoreciam a concessão de um pedaço de terra para o cultivo próprio. Servia também como uma espécie de premiação, pois, alguns trabalhadores recebiam pedaços de terras conforme o comportamento no trabalho. O número de componentes de uma mesma família era um fator que influenciava também, pois aqueles que tinham uma grande prole tinham direito a um pedaço de terra maior para plantar. As roças contribuíam diretamente no consumo familiar. Alguns trabalhadores vendiam na feira parte de sua produção, e ceder um pedaço de terras para plantio de gêneros alimentícios era uma prática comum na Usina Dom João.

Além de plantar, os trabalhadores podiam criar alguns animais, como galinhas e porcos, geralmente. O trabalho nos roçados era compartilhado pelos membros da família, e os pais inseriam os filhos nas atividades de cuidar deles.

Os relatos dos ex-trabalhadores revelam também a existência de um grande armazém, que abastecia os funcionários da Usina e das fazendas. O armazém vendia uma variedade de produtos desde alimentação até vestuário:

> Às vezes atrasava o pagamento, mas a usina mantinha um armazém sortido de tudo. Era até remédio, livros, fazendas (tecidos) e etc que abastecia os trabalhadores[89].

Campinas, São Paulo, 2004, p. 31-35; Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Ensaio sobre o fabrico do açúcar, Salvador, FIEB, 2002, pp. 58-65.

[88] Depoimento de Ângelo Gomes de Souza. São Francisco do Conde, Bahia, 26 de janeiro de 2006.

[89] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 15 de abril de 2004.

O armazém, de propriedade da Usina, além de abastecer seus próprios trabalhadores abastecia trabalhadores de outras propriedades agrícolas mais próximas. Entretanto, o ponto que queremos ressaltar sobre o armazém é a sua relação com o cotidiano dos trabalhadores. A maior parte das vendas se processava através do "sistema de vales" ou "da caderneta", que consistia vender os produtos "fiados", e, no final de cada quinzena de pagamento, descontar do salário do trabalhador:

> Naquele tempo o pessoal pobre (os trabalhadores do campo) vivia de vale. O dinheiro era vale. Você (o trabalhador)] chegava pra comer, eles trabalhava hoje, meio-dia, uma hora da tarde eles com a barriga vazia, o estômago roncando vieram ao administrador pra dar um vale pra eles ir pro armazém, pra venda pra comprar comida pra comer[90].

Segundo depoimentos, quando chegava o dia de pagamento de salários, muitos trabalhadores não tinham o que receber. Outros ficavam na situação de devedores da Usina. Entre os que ficavam reféns do sistema de vales do armazém, a maioria era de trabalhadores do campo.

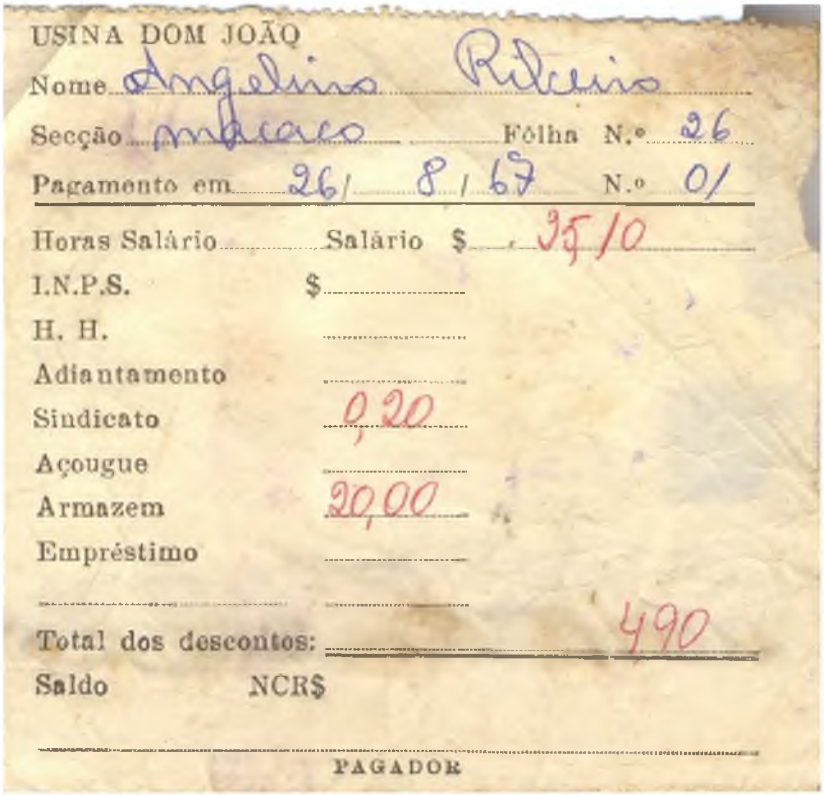
[90] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 15 de abril de 2004.

Figura 9. Vales para compra de gêneros alimentícios no armazém da usina Dom João.

Usina Dom João
Engenho Macaco
Fôlha N.º 11 NCr$ 16,00
Vale
(Angelino Ribeiro)
Dom João, 18 de de 196

Usina Dom João
Engenho Gurgainha
Fôlha N.º 13 Cr$ 1000
Vale
(Angelino Ribeiro)
Dom João, de de 196

Figura 10. Comprovante de pagamento de salário, Usina Dom João.


USINA DOM JOÃO
Nome Angelino Ribeiro
Secção Macaco Fôlha N.º 26
Pagamento em 26/ 8/ 67 N.º 01
Horas Salário Salário $ 35,10
I.N.P.S. $
H. H.
Adiantamento
Sindicato 0,20
Açougue
Armazem 20,00
Empréstimo
Total dos descontos: 490
Saldo NCR$
PAGADOR

O sistema de vales, através da venda de gêneros alimentícios do armazém, ganhou as páginas do jornal *O Momento*. O noticiário, que tinha o seguinte título: *"Regime do 'cacete armado' e da exploração semi-feudal. Na usina Dom João o coronel Rodolfo Tourinho é a lei. Não há carteira assinada para os trabalhadores. Salários miseráveis e os trabalhadores não vêem dinheiro há 4 meses"*, informava o seguinte:

> Iniciaremos hoje a publicação de uma série de reportagens sobre as usinas de açúcar, onde são vítimas da mais negra exploração semi-feudal milhares e milhares de trabalhadores. Com essas reportagens focalizaremos a situação desses trabalhadores que vivem esmagados sob o peso da exploração nos feudos da S. A Magalhães, e de outros latifundiários do Recôncavo.
>
> Hoje abordaremos da Usina Dom João, do latifundiário Adolfo Tourinho. Na Usina Dom João, de propriedade do grande latifundiário "coronel" Adolfo Tourinho o que sucede é verdadeiramente de pasmar. Ali trabalham cerca de 60 homens que com as suas respectivas famílias passam as piores necessidades. Devido principalmente do seu trabalho os homens e mulheres e principalmente crianças, ofereceu às pessoas que por ali transitam o mais impressionante quadro: homens famintos, mulheres cadavéricas, crianças semi-nuas e debilitadas.
>
> A primeira coisa dos que mais odeiam os trabalhadores da Dom João é o chamado "cacete armado" que se ergue nos fundos da usina com um sinistro sinal de exploração medieval. Ali no "cacete armado" – ou barracão, como outras pessoas preferem chamar – os trabalhadores deixam todas as suas economias ou recebem como pagamento do trabalho que realizam o que existe de pior em matéria de gêneros alimentícios, roupas, etc. Essa tendência do pagamento do trabalho em gêneros, vem se acentuando ultimamente e há mais de quatro meses que sequer não tem (...), ultimamente, os trabalhadores da D. João. Dentro de pouco tempo a partir de setembro, quando se inicia a safra, essa situação atingirá cerca de 300 trabalhadores.
>
> Mas é preciso que mostremos mais claramente o que representa o tal "cacete armado". Vejamos os preços que são cobrados ali, por gêneros deteriorados, misturados com outros, enfim no que há de pior.
>
> Café (sempre misturado com milho) ..... Cr$ 12,00
>
> Carne do sertão (nem sempre boa) ..... Cr$ 16,00

Farinha de segunda..... Cr$ 1,30

Açúcar ..... Cr$ 3,20

Leite (comprado uma légua e meia de distância, com 50% de água incluindo viagem do portador desde que não podem deixar o trabalho) ....Cr$ 12,00

Feijão (quase sempre bichado) ..... Cr$ 3,00

Carne de boi (mais osso do que carne) ..... Cr$ 6,00

Podemos agora avaliar o que seja esse tal de "cacete armado" a que se submeterão mais de 300 homens a partir de setembro, na Usina Dom João[91].

A partir da matéria veiculada pelo jornal comunista *O Momento,* é possível apontar alguns pontos importantes. O articulista denunciou as condições dos trabalhadores do campo da Usina e de suas fazendas de cana-de-açúcar. Mesmo que o tom da matéria possa até ser considerado exagerado, a denúncia parece procedente, pois, grande parte dos trabalhadores do campo, incluindo mulheres e crianças, trabalhavam em péssimas condições. O jornal descreveu os trabalhadores como *"homens famintos, mulheres cadavéricas, crianças semi-nuas e debilitadas"*, por causa da escassez de alimentos. Para o articulista, o principal culpado pela péssima alimentação dos trabalhadores era o coronel Rodolfo Tourinho, proprietário da Usina Dom João, que vendia alimentos, sem qualidade e a altos preços, aos seus trabalhadores.

O armazém foi caracterizado pelo jornal como um "barracão", ou seja, um depósito onde os trabalhadores, principalmente do campo, compravam produtos, especialmente, gêneros alimentícios. Com efeito, no "barracão" ou "cacete armado", esses trabalhadores deixavam suas economias e seus salários, e, ainda, parte dos salários pagos aos trabalhadores rurais eram realizados através de comida.

[91] Jornal *O Momento*, 12 de agosto de 1948, p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Inferimos que o armazém da Usina possuía algumas semelhanças com os "barracões" existentes nos engenhos de açúcar de Pernambuco, estudados por Moacir Palmeira, e Lygia Sigaud, na década de 1970[92].

As crianças a que o jornal *O Momento* faz referências, são os meninos que trabalhavam descalços, com poucas roupas, segundo relatos da maioria dos trabalhadores que adentraram no mundo do trabalho açucareiro a partir da infância. As peças básicas que compunha o figurino do trabalho no campo eram shorts feitos de panos de sacos de açúcar, na maioria das vezes. Alguns trabalhavam com fome, como foi o caso de Angelino Ribeiro, trabalhador rural desde a infância, como veremos mais adiante seu depoimento na íntegra.

> - Quando eu comecei a trabalhar na usina Dom João foi chamando boi na idade de meus 10 anos, 11 anos. Eu acordava quatro, cinco horas da manhã. Muitas vezes nem café tomava que nas casa da gente as comidas era bem pouca, a gente saía até com fome e levava farinha seca enrolada num paninho, pra comer quando tava puxando o boi[93].

A denúncia do jornal coincide também com a experiência que Walfredo Chaves, trabalhador rural vivenciou quando trabalhava desde a infância, no campo:

> Há muitos anos que eu comecei a trabalhar. Com a idade de 10 anos, eu já tava trabalhando. Lá na Dom João com 10 anos, do

[92] Para maiores sobre os barracões ver Moacir Palmeira, *Feira e mudança econômica.* Simpósio de Pesquisa do Programa de Pós-graduação Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1970; Lygia Sigaud, *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Ambas as pesquisas realizadas na década de 1970 na zona da mata de Pernambuco fizeram parte do Projeto "Estudos Comparativo do Desenvolvimento Regional" do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[93] Depoimento de Angelino Ribeiro. São Francisco do Conde, Bahia, 27 de julho de 2004.

> tamanho desses meninos assim. Eu ia arrastar as sementes nas costas por lado de fora que não (...) no inverno, puxar as sementes assim nas costas (...) pro animal apanhar.
> Eu acordava quatro, cinco horas da manhã, tomava café. Era banana verde cozida, peixe assado com farinha seca.
> Eu comia farinha seca meio-dia, bebia um gole de água, (...) um pedacinho de carne de sertão assada com farinha seca, com uma farofa de azeite de dendê pra comer. Trabalhava era descalço e roupa era pouca e feita de saco de açúcar[94].

Analisando conjuntamente as denúncias do jornal, com os depoimentos de trabalhadores que iniciaram suas atividades desde a infância, é possível evidenciar as difíceis e precárias condições de trabalho vivenciadas, principalmente no campo. O levantamento de tais informações elucida aspectos importantes das condições materiais de existência a que estavam sujeitos os trabalhadores. Os roçados ajudavam no orçamento familiar, mas não resolviam o problema dos baixos salários e da escassez de alimentos, tão presentes no dia a dia dos trabalhadores, principalmente do trabalhador do campo.

Depoimentos revelaram o que seria o "cacete armado" citado na denúncia do jornal *O Momento*. Segundo alguns trabalhadores, o "cacete armado" era o termo que eles utilizavam para referi-se ao armazém da Usina, quando este vendia alguns gêneros alimentícios de péssima qualidade e algumas vezes estragados. As melhores mercadorias ficavam para os trabalhadores que exerciam função de prestígio dentro da Usina. Assim, a farinha mais torrada, mais fina, era vendida exclusivamente para o trabalhador com função superior. Raras não foram às vezes, que muitos compraram carne seca com mau cheiro e farinha com caroços enormes.

E, uma vez que, no grande armazém da Usina, o usineiro disponibilizava mercadorias pagas através do abatimento dos salários dos trabalhadores e predominavam os altos preços, crescia e consolidava-se o endividamento dos

[94] Depoimento de Walfredo Chaves. São Francisco do Conde, Bahia, 14 de julho de 2004.

trabalhadores diante do patrão. Portanto, grande parte dos salários não era recebida em dinheiro, mas através de vales que eram trocados por mercadorias. Isto resultava no que José Sérgio Leite Lopes chama de "imobilização da mão-de-obra". A prática do "sistema de vales" no armazém ou "barracão" da Usina também se aproxima em alguns aspectos do padrão dos engenhos de açúcar da zona da mata de Pernambuco estudados por Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, conforme citamos em linhas anteriores.

O trabalho na Usina de açúcar dividia-se pela unidade industrial, a unidade administrativa e as fazendas, responsáveis pelo fornecimento da cana-de-açúcar. Conforme mencionamos, agregava um contingente variado de trabalhadores, que estavam dispersos nas mais diferentes funções. É em torno de algumas dessas funções, especialmente, as do campo que iremos nos ater a seguir.

Trabalho na lavoura açucareira: atividades e hierarquias

Numericamente, a maior parte da mão-de-obra da Usina Dom João era formada por trabalhadores do campo. Contratava-se trabalhadores fixos e temporários. O trabalhador do campo, tanto na condição de fixo, como na de temporário, exercia as mais variadas tarefas: fazia a limpa, que consistia em limpar o terreno para o plantio; preparava o terreno para receber as mudas de cana; cortava e despalhava a cana; transportava a cana para ser pesada; fazia cercas; limpava os canaviais; amarrava olho de cana, etc. Quase todo o serviço do campo era feito a céu aberto e exposto às mudanças climáticas. Portanto, era exigia esforço e resistência física do trabalhador.

Figura 11. Cotidiano do trabalho no canavial depois da queimada. Trabalhadores cortando e despalhando cana. Transporte da cana em burro de carga. Usina Dom João (década de 40).

O trabalho no campo estava organizado na seguinte hierarquia: (1) Administrador; (2) feitor; (3) carreiro ou vaqueiro; (4) trabalhador do campo ou trabalhador rural.

O administrador de campo era responsável pela administração da fazenda de cana. Sua principal atribuição era fiscalizar todo o trabalho na propriedade agrícola, e para ser administrador, era necessário ter algumas habilidades como saber ler, escrever e fazer contas. Era uma função que tinha prestígio, e quem exercia era um homem de confiança, escolhido pelo proprietário da Usina. Além disso:

> Os administradores também tinham o seu feitor que era o auxiliar. O administrador cuidava do campo. Ele morava na propriedade onde ele administrava. Ele não morava na sede, não da usina, não. Ele morava na propriedade onde ele administrava. Dia e noite permanente lá. Ele e o feitor comandavam uma equipe de trabalhadores, entendeu? Também ele botava pra dentro, botava pra fora. Disciplinava o cara que errava. Ele punia. Na época dependendo do fato, do ato praticado até mandava embora. Avisava a empresa que aquele trabalhador não podia ficar mais por isso e por aquilo e por aquilo outro. A empresa acatava, lógico. O administrador tinha os poderes na sua propriedade[95].

O administrador tinha poderes na propriedade que administrava, podia aplicar disciplina, "*botava pra dentro, botava pra fora*", segundo as palavras do depoente, ou seja, podia admitir ou demitir trabalhadores. Possuía vantagens ou "*regalias*", como ter à sua disposição um ou dois serventes que lhe auxiliava em diversas tarefas, como pegar e selar o cavalo, alimentar o animal, levar recados, etc. Era o administrador que autorizava a liberação dos vales para o trabalhador comprar no armazém da Usina.

A entrevista seguinte ilustra bem a descrição dos direitos e atribuições do administrador de campo:

[95] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de janeiro de 2004.

> - O administrador morava na fazenda e nessa fazenda ele tinha o auxílio de quantos feitores?
> - Dependendo do tamanho da fazenda podia ter dois feitores. A maioria tinha um feitor e um vaqueiro. O vaqueiro cuida de animais – o gado - porque as fazendas naquele tempo tinham carro de boi. Tinha muitos bois que a gente chamava naquele tempo "boi de brocha" que é o boi de carro que puxava os carros. Mas tinha algumas fazendas que era mista, tinha também o gado de cria e aí, tinha o vaqueiro que cuidava do gado, de animais burros, cavalos, gados e etc, que era a montaria do administrador. Esse setor tinha uma pessoa especifica.
> - O administrador de campo tinha podia contratar o trabalhador que quisesse?
> - Na maioria das vezes. Um trabalhador vinha de outra propriedade, pedia "eu quero uma casa pra morar. Eu venho de tal fazenda me aborreci lá, não deu mais pra eu ficar lá, eu quero que o senhor me dê uma casa aqui". Aí, ele (o administrador) não precisava consultar ninguém. Tinha uma casa vazia, a gente (administrador) dava uma casa vazia. Depois relacionava. Fazíamos relações quinzenais dando o número de animais às vezes até a aquisição do trabalhador.
> -Essas "relações" eram o quê?
> - Relações de bens da propriedade porque você tem a relação de animais. Tinha o criatório, se um boi, um cavalo morreu de quinze em quinze dias fazia essas relações pra saber como se comportava, como tava se comportando[96].

Portanto, o administrador possuía carteira assinada e era a função de maior prestígio na Usina e em suas fazendas de cana. Na linha hierárquica, o feitor vinha depois do administrador de campo. Sua principal atribuição era lidar diretamente com os trabalhadores do campo: observar, orientar e avaliar o trabalho. Assim, como no caso do administrador, a função de feitor exigia algumas habilidades como saber ler, escrever e fazer contas. O feitor fazia anotações do serviço e controlava a freqüência dos trabalhadores:

> Tinha o administrador e tinha o feitor. O feitor era quem levava as diárias com o nome do pessoal pra passar pra folha de pagamento, todos os dias ele fazia isso. Tinha que ir no escritório entregar

[96] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de janeiro de 2006.

> aquela diária e gente passava pra folha, na quinzena somava ali dia por dia[97].

> (...), por exemplo, os administradores de fazenda e feitores. Porque depois do administrador nessas fazendas tinha o feitor. Nos canaviais de fazenda que tinha a cana-de-açúcar o mandatário da fazenda era o administrador depois vinha o feitor. Então, o feitor era quem corria os canaviais todo e sabia quantos trabalhadores tinha na fazenda cotando cana, limpando cana[98] .

Vejamos o relato de um trabalhador que teve a experiência ser feitor. Trata-se de Walfredo Chaves, 74 anos de idade na época da entrevista, começou a trabalhar na Usina desde a infância, como trabalhador rural. Posteriormente, exerceu a função de feitor de campo, durante os últimos anos de funcionamento da Usina. Walfredo nos contou que o feitor tinha as seguintes atribuições:

> Feitor era pra medir serviço com vara, uma vara de 2 metros, um metro e quarenta, tá entendendo? Media a cubar, cubar era ver quanto a pessoa fazia por dia, se fez cinco tarefas (...) se fez dez, se fez oito, se fez sete ou quem fez um. Esse aí é por produção, que um produzia mais que o outro. Que um fazia cinco, outro fazia seis, outro fazia sete. Todo dia eu tinha que medir, todo dia eu tinha que fazer conta[99].

O feitor fiscalizava todo o serviço e liderava a turma do campo. Sua função tinha certo prestígio, pois o mesmo possuía algumas vantagens, como por exemplo, um cavalo, alguns animais de criação e carteira assinada. O feitor era uma espécie de assistente do administrador. Como o administrador, o feitor também tinha também poder de comando. Podia levar queixas e conflitos dos trabalhadores ao administrador.

---

[97] Depoimento de Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia, 16 de julho de 2004.
[98] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[99] Depoimento de Walfredo Chaves. São Francisco do Conde, Bahia, 14 de julho de 2004.

Figura 12. Administrador e feitor. Usina Dom João (década de 40)

Na hierarquia do trabalho no campo, depois do feitor estava o carreiro. Carreiro era aquele trabalhador que cuidava, fiscalizava e trabalhava com animais, que nesse caso, eram os bois, burros e mulas, responsáveis pelo transporte da cana no campo. Histórias sobre maus-tratos no campo referindo-se aos carreiros, em sua maioria, abundam nos depoimentos de ex-trabalhadores. Parte dos trabalhadores que iniciaram suas atividades desde a infância na Usina nos contaram que, muitos carreiros eram homens agressivos, de temperamento colérico, que não tinham muita paciência

com os meninos, principalmente aqueles que não tinham pai ou mãe. Muitas são as histórias narradas sobre a violência praticada pelos carreiros, contra os meninos que trabalhavam no campo. Muitos recebiam tapas e xingamentos. Os animais, como o boi e o burro também não ficavam de fora. Eram maltratados, espancados e até torturados por alguns carreiros. Vejamos alguns relatos:

> -Tinha uns que maltratavam os burros. Cortava no manguá. Tirava sangue, compreendeu?
> - O que era "cortar no manguá"?
> - Bater forte no maguá. Por no tronco aí pá, pá, pá, batendo ali. Batendo, o burro carregado, aí o cara pá cortava. O manguá duro batia com o couro duro batia na pele do animal, batia na pele mais fina cortava, sangrava, tá entendendo?
> O carreiro furava o boi pra sair sangue e escorrer. Às vezes pegava num vaso. Tinha boi que ficava com o lado todo preto de sangue e a gente brigava: "seu boi de couro tá assim, seu boi dianteira tá assim, não faça isso". Furava aqui no [...] sangrava mesmo. Todas essas malvadezas existia. Às vezes muitos burros [inaudível] carregava demais, colocava um peso fora da capacidade do burro, aí o burro esquartejava, caía, abria as pernas [...] chamava-se sonçava [quando o boi arriava por não agüentar o excesso de peso]. Termos da época. Muitos burros arriavam, tendiam.
> - Porque eles faziam essa malvadeza com os burros?
> - O burro às vezes reagia. Tem burro dócil atende bem, tem burros que é malvado e bate. Você passa pra ele assenta o pé e lhe dá coice. Tem burro que você passa debaixo da barriga, não ta dizendo nada pra ele, você monta nele. Eu mesmo tive um burro chamado "Rochedo" que na época quando eu trabalhava com burro eu pra rocha a carga eu botava o pé [inaudível] pra subir pra pegar o [inaudível]. Tem outros que você não podia chegar e encostar de junto.. Tinha burro manso e tinha burro brabo[100].

Além de maltratarem os meninos, os carreiros maltratavam também os animais como vimos no depoimento acima. Detalhes sobre o tratamento que os carreiros dispensavam aos meninos que trabalhavam no campo serão discutidos mais adiante.

[100] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

O trabalhador do campo, ou rural estavam no final da hierarquia, e realizava as mais diferentes e variadas funções, que, eram as menos valorizadas, porém, as mais procuradas pela Usina. Esses trabalhadores não tinham direito a carteira assinada, e por isso eram chamados de "não fichados" ou "avulsos", até 1963. Do ponto de vista legal, constituíam a grande "massa invisível" da Usina:

> O homem do campo, o trabalhador rural ele não tinha carteira assinada, o trabalhador rural não. Porque o trabalhador rural – como eu já lhe disse antes – ele não tinha direitos porque ele era trabalhava avulso. O trabalhador avulso é quando ele não tem a carteira assinada e o patrão não reconhece os direitos trabalhistas dele.
> O trabalhador avulso ele ganha pelo que faz. Se ele colocasse uma tonelada de cana por pessoa na quinzena era aquilo que ele ia ganhar, a tonelada de cana na semana era aquilo que ele ia ganhar. Se ele enchesse cinco caminhões de cana na quinzena, ele ia ganhar aquilo, se ele trabalhasse, limpasse dez tarefas na quinzena, ele ia ganhar as dez tarefas. E outra, ainda tinha aquele lance, por exemplo, o fechamento de folha. A folha, eles trabalhavam "tal data fecha a folha", então o que ele trabalhasse, os outros dias que ele trabalhasse, aqueles dias ele ia receber só na outra quinzena, tá entendendo? Então, eles trabalhava certos dias, aqueles dias ficava (...). Eles não tinham direitos. Naquele tempo praticamente eles não tinha direito a nada, o trabalhador do campo[101].

Conforme mencionamos, a Usina cedia casas para seus trabalhadores fixos ou permanentes morarem. A maior parte dos trabalhadores rurais da Usina Dom João residia nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e podiam comprar gêneros alimentícios, e outras mercadorias, através do sistema de vale no armazém.

> O trabalhador do campo não tinha direito ao salário família, ao 13º salário não tinham direito porque eles trabalhavam avulso. Agora, eles tinham o açougue pra comprar e tinha um armazém. Eles compravam pra no pagamento deles descontar em folha. Então, o administrador dava o vale a eles, aquele vale era como se fosse o cheque. Ele dizia quanto ele queria o dinheiro no vale. Por

[101] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.

> exemplo, ele dizia: "Eu quero R$ 20,00", aí o cara vinha, assinava, quem não sabia ler ele vinha e colocava o dedo né? e ia comprar chegando lá no armazém e no açougue aquilo ali, cara fazia a ficha dele e grampeava aquele vale, pra na quinta-feira feira, um dia antes do pagamento, o pagamento era na sexta, levar pra na hora que o administrador pagar a ele, já descontava lá na folha. Era descontado em folha. Porque aí era o administrador era que fazia o pagamento dele, o administrador. Ele não recebia dado pela usina não, o dinheiro era repassado pra o administrador da fazenda. Eles não tinha todas essas regalias não[102].

> Já descontava lá na folha, já vinha o desconte. Se ele comprasse, no dia do fechamento das folhas os documentos, o vale com a ficha dele já tava lá no escritório pra ser descontado. Descontava lá do escritório pra passar pra ele[103].

No serviço de corte de cana os trabalhadores utilizavam diversas ferramentas manuais, como marretas, facões, enxadas, marteletes e picaretas e estavam expostos às condições climáticas existentes, muitas vezes, desfavoráveis ao exercício do trabalho. Trabalhar nessas condições debilitava a saúde desses trabalhadores, visto que não ingeriam uma alimentação balanceada. A escassez de alimentos era comum no cotidiano deles:

> Era mesmo o trabalhador do campo, o cortador de cana quando ele vai pro canavial, eles iam com uma lata de leite ninho, uma lata daquela. Pegava um pedaço de carne, de jabá – uma carne de sertão aí como a gente diz, né? – Assa, leva ao fogo de lenha na brasa, coloca um pouco de farinha, o muringo com água e levava pro campo, era a comida do cortador de cana. A comida do cortador de cana era essa: a farinha, a carne de sertão assada e a água que eles levavam no muringo. Era vida dura[104].

O trabalho no campo não exigia qualificação ou algumas habilidades, como saber ler e escrever, porém, exigia-se força e resistência física do trabalhador. Esse tipo

---

[102] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005.
[103] Depoimento de Gildete Santos Penas. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.
[104] Depoimento de José Joaquim Santos Pena. São Francisco do Conde, 30 de novembro de 2005.

de trabalho foi descrito, nas palavras de muitos ex-trabalhadores, como "pesado", "duro" e até "amargo":

> O trabalho era amargo. A gente começava a fazer um canavial. Naquele tempo os terrenos tudo era mato. A gente não tinha o que tem hoje não. O mato era brabo a gente pegava e desmatava aquilo com um rolo de pau dessa grossura, enorme (...) dois homens assim (...) traçava uma (...) fazer fogueira e queimar toda aquela área. Pra vim o que depois? Na época nesse lugar (canavial) não entrava trator, a gente ia plantar de coveta. A coveta é um negócio que a gente faz uma cova deste tamanho, do tamanho da pra muda da cana pra caber (...) um palmo de cana dentro e cobrir. Corrido é um rego direto a gente. No lugar que dava pra fazer um corrido (...) plantava. Quando a gente terminava de desmanchar aquela mata toda, plantar, dá três, quatro limpa na cana que vai chegar a época de corte. Quando chegar na época de corte, concentrar no corte, fazer estradas pra os animais andar, pra passar, pra levar até o lugar da balança pra pesar. Que tinha lugar que tava perto e tinha lugar que tava longe. Dali a gente colhia aquela cana, levava pra balança, enchia o caminhão ou vagão ou a carreta, ou o carro de boi que fosse, pra levar pra usina. Chegava na usina descarregar, pra fazer aquela moagem. A usina tinha aquele trabalho todo, enorme! Que parece que depois que a cana chegar na usina o trabalho é pequenininho, não é não.[105].

Conforme analisamos, para plantar matéria-prima e produzir açúcar, a Usina Dom João utilizava de um variado contingente de mão-de-obra, com pessoas que trabalhava nas fazendas agrícolas responsáveis pelo fornecimento de cana, na indústria onde transformavam a matéria-prima em açúcar. Trabalhavam nos alambiques, para a produção de cachaça, na olaria onde se produzia telhas e tijolos, nas casas onde residiam o proprietário da Usina e sua parentela, nas roças para cultivo de produtos de subsistência, no grande armazém para abastecimento local, na malha ferroviária com cerca de 10 quilômetros de linha férrea, três locomotivas com cerca de 10 vagões para o transporte de cana. Trabalhavam também nas embarcações que transportavam o açúcar

[105] Depoimento de Ângelo Gomes de Souza. São Francisco do Conde. 26 de janeiro de 2006.

para os centros comerciais, as mercadorias para abastecer o armazém e os materiais para a manutenção da fábrica.

Assim, fica evidente, que, para essa ampla estrutura funcionar, era preciso a atuação dos protagonistas dessa história: os trabalhadores. No capítulo seguinte iremos conhecer mais aspectos das vivências deles na Usina. Histórias e trajetórias, a partir da memória individual e coletiva dos trabalhadores, serão reconstruídas.

CAPÍTULO III

Trajetórias dos trabalhadores no mundo açucareiro: trabalho familiar

> Eu nasci em Santo Amaro. Fui mole (recém-nascido) morar na usina Dom João. Meu pai Hermínio Arcanjo de Jesus trabalhava no porto com embarque de açúcar. Carregava o açúcar no ombro pra jogar no barco. Meu pai teve três filhos e todos trabalharam na usina. Meus irmãos Valdemar e Ana Alves de Jesus trabalharam. A gente começou como aprendiz depois passamos a motorista e auxiliar. Naquele tempo os filhos iam aprender na usina. Iam ajudar o pai na usina[106].

> Eu fui morar com o meu avô Domingos de Assis. Meu avô trabalhava no campo, limpando cana na Dom João. Era limpando cana, esse negócios. E aí, eu comecei a trabalhar assim com uns nove a dez anos.
> Eu comecei a trabalhar chamando boi. Sabe como é que se trabalha chamando boi? Chamar boi tem uma carreira de boi, então é aquele garoto que vai na frente guiando os boi. Então, eu comecei assim. Daí eu não queria mais chamar boi, então, até hoje eu tenho essa dor comigo: aí, o administrador mandou o feitor ir me fazer tomar banho a pulso. E ele me levou a força. Ele disse: 'vá tomar banho agora seu moleque safado'. Eu tive que ir porque eu não tinha mais ninguém por mim. Eu tinha mãe, mas eu fui criado com meu avô. Meu avô já tinha morrido. Eu não tinha pai. Eu tinha um pai de criação que mora ali embaixo (o pai de criação trabalhou para a usina Dom João), Albertino Laurindo dos Santos.
> Quando foi um dia eu larguei de chamar boi, fui limpar cana. Peguei uma tarefa de cana num lugar por nome Macaco aqui em cima. Depois eu vim chamar boi novamente, mas já vim chamar boi na fazenda Dom João. Daí, quando eu larguei de chamar boi eu fui trabalhar com animal. Daí eu fiquei rapaz. Comecei a gostar lá de uma menina. Nessa época eu tinha uns 12 a 13 anos. Aí eu comecei a trabalhar lá. De lá eu arriei. Larguei. Fui trabalhar com animal. Tirar cana pro animal. E depois de tirar cana, de tirar semente, de apanhar semente, trabalhei de encher de encher caminhão, cavar coveta, fazer cerca. Mas, até que tal dia Deus abriu uma porta. Como eu lhe falei que eu trabalhei na linha férrea. Ai, eu tinha um cumprade que trabalhava na linha ferro. Ai, um tal dia, ele viajou. Teve que viajar. Ia levar uns quatro dias de viagem.

[106] Depoimento de Antonio de Jesus. Santo Amaro, Bahia, 14 de abril de 2004.

> Mas o serviço tava tão apertado que pra ele sair tinha que botar uma pessoa no lugar dele. Aí, me mandou eu ir. Eu fui. Trabalhei esses quatros dias. Aí, o mestre de linha, o feitor de cabo, de forma gostaram de minha maneira de trabalhar. Ai eu saí. Quando ele chegou, eu saí e fui me embora. Aí disseram: "Qualquer coisa eu mando te chamar". Aí, com oito dias mandaram me chamar. Oito dias foi esse que eu trabalhei 11 anos, até quando ela (a usina) fechou. Quando ela fechou eu já era cabo de turma[107].

Os extensos depoimentos acima permitem conhecer parte da trajetória de alguns trabalhadores da Usina Dom João, desde o deslocamento familiar em direção à unidade agrícola, até aspectos como a inserção do trabalho infantil, as condições de trabalho e a mobilidade – às vezes ascendente - a outras funções. Muitos trabalhadores nasceram na Usina, ou migraram, ainda crianças, juntamente com suas famílias, para a mesma. Portanto, existiam grupos familiares estabelecidos na Usina há algum tempo. Muitos eram filhos ou netos de trabalhadores, ou seja, estavam ligados por laços de parentesco. E, desta forma, enraizados ao solo. A maioria foi inserida, desde a infância ou adolescência, no mundo do trabalho açucareiro através dos pais ou parentes, cumprades, conhecidos e amigos. Neste capítulo, vamos conhecer um pouco mais as trajetórias sociais desses trabalhadores, em direção à Usina e no interior desta, bem como suas vivências no processo de plantio da cana até a produção do açúcar.

A utilização da mão-de-obra familiar era comum na Usina. Todos os ex-trabalhadores entrevistados, com exceção de um caso[108], foram filhos ou netos de

---

[107] Depoimento de Germínio Barbosa. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de janeiro de 2006.

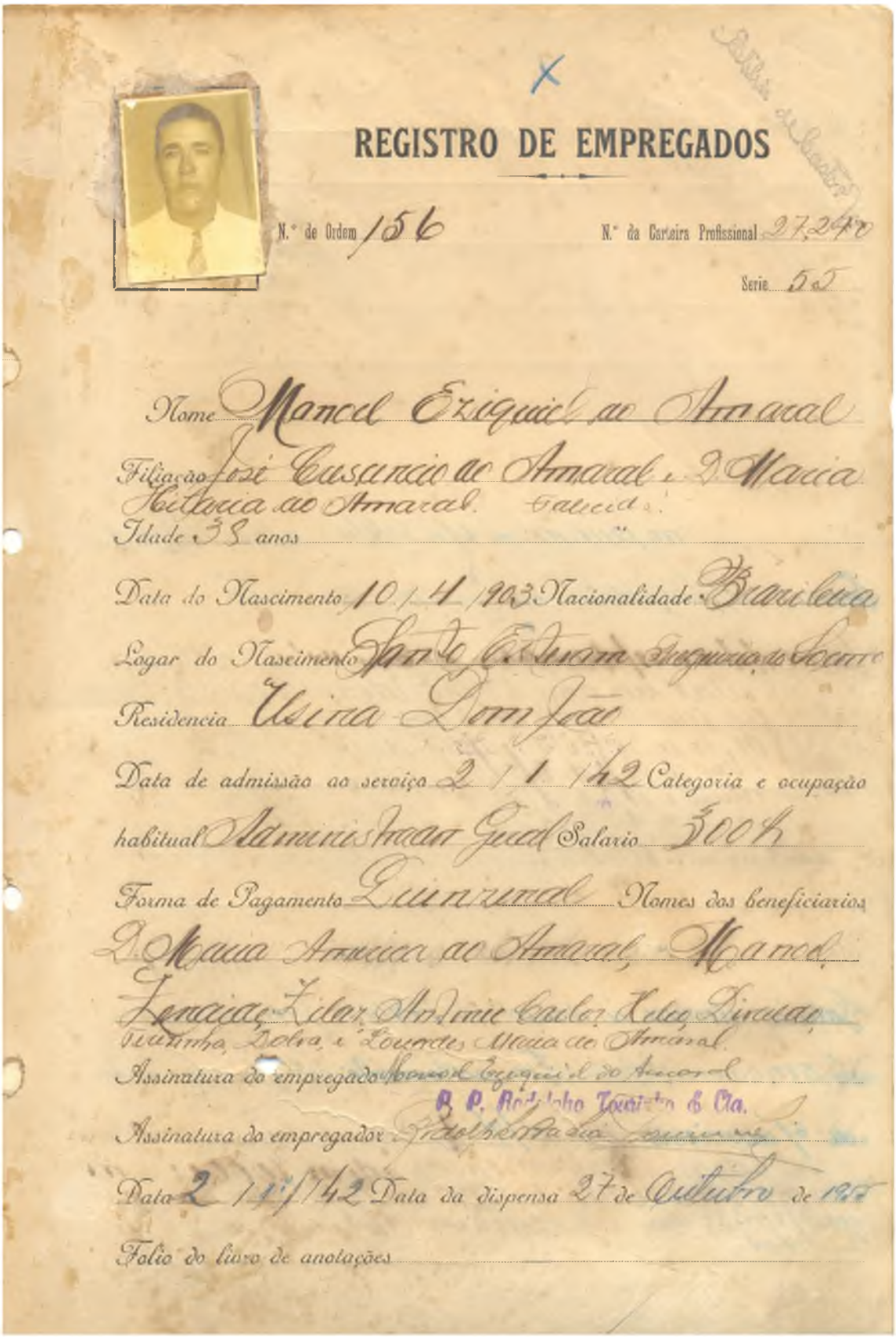
[108] Trata-se de Ângelo Gomes de Souza. Nasceu na cidade de Santa Terezinha, interior da Bahia em 1922. Era filho caçula de uma família de cinco irmãos. Seu pai era um comerciante. Possuía um armazém que comercializava gêneros alimentícios. Aos 18 anos Ângelo decide sair de casa, alegando seu interesse em estudar. Longe da família começa a trabalhar como caixeiro numa rede de lojas de eletrodomésticos localizada em Santo Estevam. Aos 20 anos, convidado por um colega começa a trabalhar na usina Cinco Rios. Na Usina Cinco Rios começa a fazer o trabalho pesado do campo, limpando cana, fazendo todo tipo de serviço. Com o tempo passa a ser balancista. Depois da experiência adquirida na Usina Cinco Rios, Ângelo migra para a usina Santa Elisa, localizada em Santo Amaro passando a trabalhar como balancista geral. Da Santa Elisa vai trabalhar num Engenho D´àgua, localizado em São Francisco do Conde. Aos 32 anos começou a trabalhar para a usina Dom João. Inicia sua trajetória na Usina Dom João na função de feitor de uma das propriedades na usina, a Fazenda Gurgainha durante dois anos e finalmente é promovido a função de administrador.

homens e mulheres que trabalharam para a Usina Dom João. A maioria eram parentes consangüíneos, mas, havia aqueles que eram genros e cunhados. Analisando conjuntamente os depoimentos com as Folhas de Registro de Empregados[109] da Usina, foi possível identificar gerações de famílias trabalhando juntas na Usina Dom João.

Manoel Ezequiel do Amaral, administrador geral, começou a trabalhar para a Usina em 1922 na função de balancista. O balancista era responsável pelo controle da pesagem da cana. Com o tempo passou a administrador de campo, numa das propriedades da Usina. Posteriormente, conquistou ainda mais a confiança e simpatia do coronel Rodolpho Tourinho e foi promovido à administrador geral, função muito valorizada e respeitada.. Na ficha de registro de Manoel Amaral consta, como ano de admissão, 1942, já com a função d administrador geral. Isso indica que obteve registro na empresa quando passou a exercer a função de administrador.

[109] Livro de Registro de Empregados, Sociedade Agrícola Tourinho, Usina Dom João, 1935-1969.

Figura 13. Ficha de registro de Manoel Ezequiel do Amaral, administrador geral. Usina Dom João (1942).



REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 156 N.º da Carteira Profissional 27.240

Serie 55

Nome Manoel Ezequiel do Amaral

Filiação José Crescencio do Amaral e D. Maria Hilaria do Amaral. Falecidos

Idade 38 anos

Data do Nascimento 10/4/903 Nacionalidade Brasileira

Logar do Nascimento Santo Estevam Freguezia do Socorro

Residencia Usina Dom João

Data de admissão ao serviço 2/1/42 Categoria e ocupação habitual Administrador Geral Salario 300$

Forma de Pagamento Quinzenal Nomes dos beneficiarios D. Maria Americo do Amaral, Manoel, Zenaide, Zilar, Antonio Carlos, Helio, Divaldo, Teresinha, Dolva, e Lourdes Maria do Amaral

Assinatura do empregado Manoel Ezequiel do Amaral

Assinatura do empregador R. P. Rodolpho Tomasso & Cia.

Data 2/1/42 Data da dispensa 27 de Outubro de 1955

Folio do livro de anotações

O administrador geral era o responsável pelo comando e fiscalização de todas as propriedades agrícolas da Usina: Marapé, Macaco, São José, Engenho Novo e outras. Dos oito filhos que teve na Usina Dom João, cinco passaram a trabalhar a partir da adolescência na Usina, inicialmente como "aprendizes". Dos cinco filhos, localizamos e entrevistamos dois: Nequinha do Amaral e Zilar do Amaral.

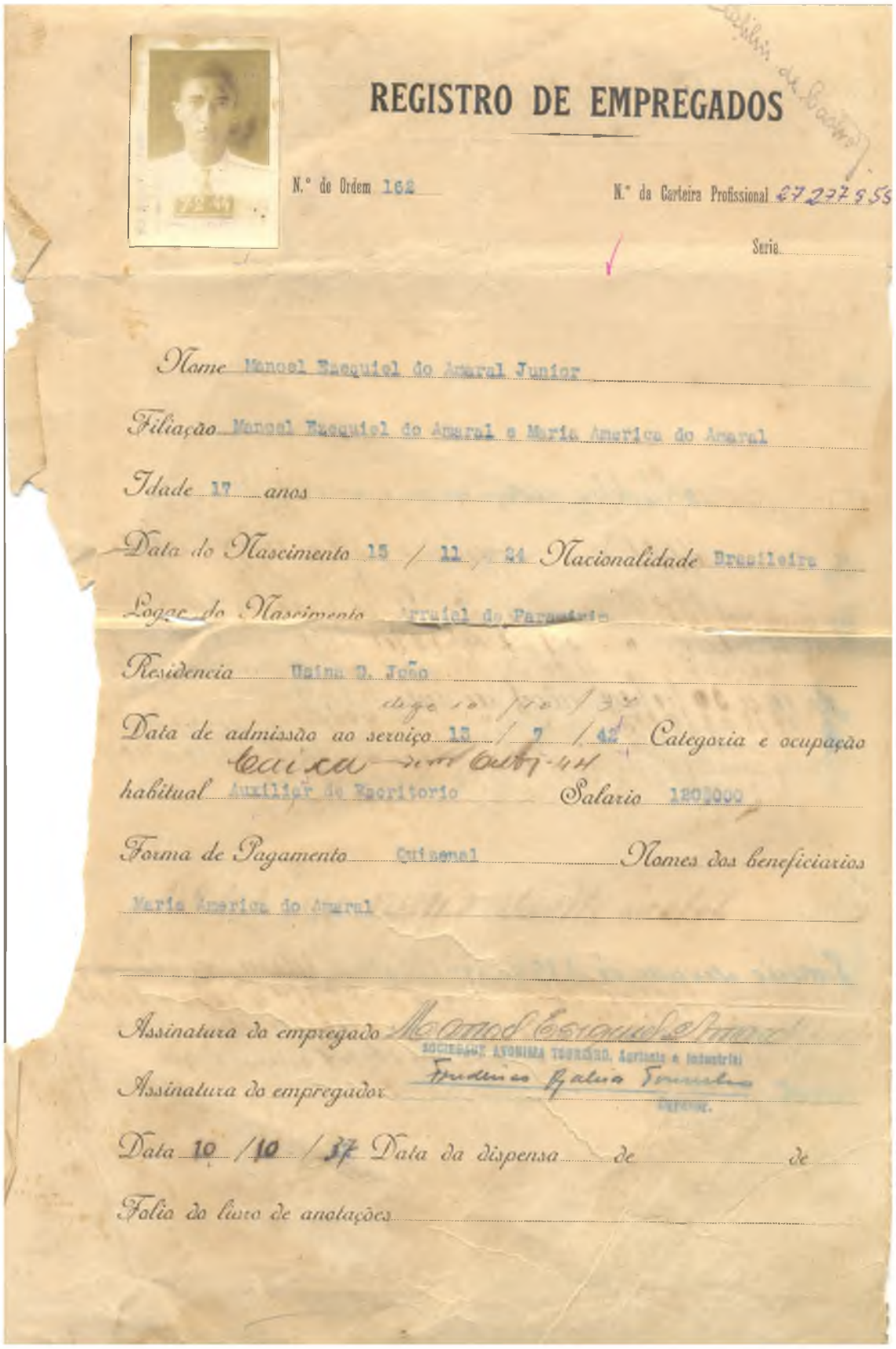
Manoel Ezequiel do Amaral Júnior, conhecido popularmente como Nequinha do Amaral, filho mais velho de Manoel Ezequiel do Amaral, nasceu em 1924, em Paramirim, distrito de São Francisco do Conde. Nequinha nos contou que:

> Começou a trabalhar aos 14 anos, pesando cana. A cana era cortada no campo trazida pelos animais pelos carros de boi na época trazia pra a gente pesar. Colocava porque tinha a linha férrea. Toda usina tinha uma linha férrea. Colocava nos pontos e locomotiva pegava pra usina moer e no período do dia os burros e os carros de boi apanhava as canas no campo e colocava nos pontos. Pontos da estrada de ferro[110].

Na ficha de registro de Nequinha, consta que o mesmo foi admitido na empresa em 1942 (o mesmo ano da admissão de seu pai), aos 18 anos, na função de auxiliar de escritório. Anos depois, seu pai se aposentou e Nequinha tornou-se seu sucessor, ocupando o cargo de administrador geral.

[110] Depoimento de Manoel Ezequiel do Amaral Júnior. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de julho de 2005.

Figura 14. Ficha de registro de Manoel Ezequiel do Amaral Júnior "Nequinha do Amaral". Usina Dom João (1942).



REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 162 N.º da Carteira Profissional 27277955

Serie

Nome Manoel Ezequiel do Amaral Junior

Filiação Manoel Ezequiel do Amaral e Maria America do Amaral

Idade 17 anos

Data do Nascimento 15 / 11 / 24 Nacionalidade Brasileira

Logar do Nascimento Arraial do Paramirim

Residencia Usina D. João

Data de admissão ao serviço 13 / 7 / 42 Categoria e ocupação habitual Auxiliar de Escritorio Salario 120$000

Forma de Pagamento Quinenal Nomes dos beneficiarios

Maria America do Amaral

Assinatura do empregado Manoel Ezequiel do Amaral

SOCIEDADE ANONIMA TOURINHO, Agricola e Industrial

Assinatura do empregador Frederico Galvão Tourinho

Data 10 / 10 / 37 Data da dispensa de de

Folio do livro de anotações

Zilar do Amaral nasceu em 1927. Foi admitida em setembro de 1945, na função de "datilógrafa", e nos contou:

> Eu comecei a trabalhar com meus 17 a 18 anos. Eu fazia fichas. Eu fazia os serviços de escritório, era cartas, essas coisas. Eu era copista. Eu era filha do administrador geral. Manoel Ezequiel do Amaral. Meu pai[111].

Figura 15. Ficha de registro de Zilar do Amaral, datilógrafa. Usina Dom João (1945).

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 289 N.º da Carteira Profissional

Serie

Nome Zilah do Amaral

Filiação Manoel Ezequiel Amaral Mª America Amaral

Idade 18 anos

Data do Nascimento 9/7/1927 Nacionalidade Brasileira

Logar do Nascimento Paramirim

Residencia Dom João

Data de admissão ao serviço 1º/Setembro/45 Categoria e ocupação habitual Datilografa Salario 240,00

Forma de Pagamento Mensal Nomes dos beneficiarios

Assinatura do empregado Zilah do Amaral

Data 1º/9/45 Data da dispensa 31 de Outubro de 1949

Dom João 1 de Setembro de 1945

Folio do livro de anotações

S/A Tourinho Agricola e Industrial

Frederico Galvão Tourinho

Diretor

ASSINATURA DO EMPREGADOR

[111] Depoimento de Zilar do Amaral. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

Os depoimentos de Nequinha e Zilar do Amaral, juntamente com as fichas de registro de empregados, colaboraram mutuamente para recompor parte das suas trajetórias. A inserção de ambos no mundo do trabalho se deu na adolescência. Nequinha aos 14 anos pesando cana, e Zilar aos 18 anos como "datilógrafa" no escritório.

Os filhos dos operários, ou seja, trabalhadores dos setores administrativo, industrial e de transportes, eram inseridos no mundo do trabalho açucareiro como "aprendizes". Evidenciamos, assim, que parte da força de trabalho utilizada pela Usina, advinha do treinamento e recrutamento dos próprios filhos dos trabalhadores. Assim, é possível afirmar que a Usina formava e qualificava parte dos seus trabalhadores. Quanto às funções ocupadas por Nequinha e Zilar, o fato de serem filhos de um trabalhador de função hierárquica superior permitiu que ambos iniciassem sua vida produtiva em funções privilegiadas – menos cansativas e mais protegidas - diferentemente dos trabalhadores do campo, que iniciavam suas atividades ainda na infância, e em condições adversas de trabalho, como veremos mais adiante.

Outra trajetória reveladora foi a de Raimunda Negreiro, que nasceu em 1947, na Usina Dom João. Aos quinze anos começou a trabalhar na Usina, no setor do escritório:

> Meu pai trabalhava de serralheiro. Cristhovam Negreiro. Eu entrei com 15 anos. Foi meu pai que pediu aos donos. Ele pediu pra me deixar ir aprendendo alguma coisa sem receber nada. Aí eles me davam 20 cruzeiros por quinzena na folhinha até completar a idade pra tirar a carteira. Quando completei 18 anos de idade, eles me mandaram pra Salvador pra tirar a carteira e eles assinaram.
> Eu pegava sete da manhã, arriava meio dia. Chegava duas horas, aí arriava cinco. Muitas vezes fazia, eu ficava lá por outros motivos. Ficava na usina até tarde (...). Eu parei de estudar na 5ª série. Eu não sei, meus pais não tinham condições de me mandar pra outro lugar pra estudar. Você sabe que o ganho de usina sempre foi ganho curto. Minha mãe tinha muitos filhos, 14 filhos. Era uma escadinha um atrás do outro. Minha mãe lavava muita roupa pra ajudar meu pai a criar a gente. Minha mãe trabalhou pra Otávio Tourinho, que é marido de Elza.

> Eu fazia as folhas de pagamentos das propriedades, das fazendas. Eu fazia as folhas dos lugares porque tinha o administrador e tinha o feitor. O feitor era quem levava as diárias com o nome do pessoal pra passar pra folha de pagamento, todos os dias ele fazia isso. Tinha que ir no escritório entregar aquela diária e gente passava pra folha, na quinzena somava ali dia por dia[112].

O pai de Raimunda, Cristhovam Negreiros, nascido em 1916, natural do município de Maragojipe, localizado na Bahia, trabalhou na Usina Santa Elisa, na função de serralheiro. Em 1941, Cristhovam casou-se com Maria Izaura, e neste mesmo ano, se deslocou da Usina Elisa em direção à Usina Dom João. Do casamento com Maria Izaura teve 14 filhos. Todos os seus filhos nasceram na Dom João. A impossibilidade de sustentar uma família numerosa com o baixo salário que recebia, levou Cristhovam a inserir parte de sua prole no trabalho açucareiro.

Raimunda e mais cinco dos seus irmãos trabalharam na Usina. Sua mãe, Izaura Negreiros, lavava as roupas de um dos filhos do coronel Tourinho, para ajudar no orçamento doméstico. Raimunda Negreiros, é, dessa forma, mais um exemplo da inserção no mundo trabalho como aprendiz e é mais um exemplo de reprodução da mão-de-obra no mundo da Usina.

[112] Depoimento de Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia, 14 de abril de 2004.

Figura 16. Ficha de registro de Cristhovam Negreiros. Usina Dom João (1941).

Estilio de Castro

REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de Ordem 103 N.º da Carteira Profissional 41891

Serie

Nome Christovam Negreiros

Filiação Evaristo Negreiros e D. Leandra Negreiros

Idade 25 annos

Data do Nascimento 9 / 1ª / 1916 Nacionalidade Brasileiro

Lugar do Nascimento Ribeira, Maragogipe -Estado da Bahia

Residencia Usina Dom João

Data de admissão ao serviço 2 / 1ª / 1941 Categoria e occupação habitual Machinista Salario 4$400 por dia

Forma de Pagamento Quinzenal Nomes dos beneficiarios

Leandra Negreiros, Lucia, Francisca, Maria Conceição, Antonio e Bartholomeu Negreiros.

Assignatura do empregado Christovam Negreiros

p. p. Rodolpho Tourinho & Cia.

Assignatura do empregador Rodolpho Tourinho

Data 2 / 1ª / 1941 Data da dispensa de de

Figura 17. Raimunda Negreiros, auxiliar de escritório. Usina Dom João (1962).

S/A TOURINHO AGRIC. E INDUSTRIAL – USINA DOM JOÃO

№ 1392

Nome: Maria Raimunda Negreiro

Filiação: Pai: Cristovam Negreiro
Mãe: Izaura Camara Negreiro

Carteiras: Profissional N. 52863 Série 16
Instituto I. A. P. I N.
Reservista N. Série Categoria
Estrangeiro

Sindicato a que pertence Matrícula n.

Estado Civil solteira Instrução Idade 15 anos

Data do nascimento 14 de outubro 1947 Nacionalidade Brasileira

Lugar do nascimento Dom João

Residência Data da admissão 06 / 03 / 1962

Quando estrangeiro: Data que chegou / / É naturalisado?
É casado com brasileira? Tem filhos brasileiros?

Categoria e ocupação habitual Aux. de Escrita Salário

Para trabalhar das 7 ás 16 horas, com o intervalo de 1 horas para refeição e descanço, e aos sábados das 7 ás 16 horas; num total de horas semanais.

Fórma de pagamento mensal Nome dos beneficiários

Assinatura do empregado Maria Raimunda Negreiro

Polegar direito

Data / /

Data da dispensa 29 / 04 / 85

Fólio do livro de anotações

Obs: CP apresentada em 22.10.65;

As trajetórias das famílias de Negreiros e Amaral nos permitem tecer algumas considerações. No interior da Usina havia uma reprodução da força de trabalho e os filhos, por iniciativa do chefe de família e por uma multiplicidade de outros fatores (família numerosa, salário insuficiente), inseriam-se no trabalho na infância ou na adolescência. Inicialmente, a Usina aproveitava a mão-de-obra dos filhos desses trabalhadores como "aprendizes", como foi relatado por Raimunda, que afirmou que seu pai "pediu aos donos", pra ela ir "aprendendo alguma coisa sem receber nada".

Percebemos que a Usina formava e qualificava trabalhadores desde a adolescência, como se fosse um favor. Raimunda Negreiros, Nequinha Amaral e Zilar do Amaral são filhos de ex-trabalhadores da Usina, e no interior desse processo eles se apropriaram e deram continuidade ao modelo no qual estavam inseridos: casar e ter filhos, que provavelmente trabalhariam também na própria Usina. Zilar, Nequinha e Raimunda casaram-se na Usina. Essas evidências demonstram que a constituição de famílias na empresa era comum, o que evidencia, mais uma vez, como as esferas pessoal e profissional estavam entrelaçadas na vida desses trabalhadores.

Ressaltamos também que esta era uma prática que se sucedia desde o período em que funcionavam os engenhos de açúcar do Recôncavo, e vigorava o trabalho escravo. Walter Fraga ao levantar as trajetórias de homens e mulheres que viveram nos últimos anos da escravidão e nos primeiros anos da abolição nos diversos engenhos de açúcar do Recôncavo baiano, identificou que grande parte dessa população, formada por escravos e libertos, pertencia a grupos familiares estabelecidos há algum tempo nas propriedades de produção açucareira. Fraga localizou a existência de duas ou três gerações de uma mesma família residindo e trabalhando juntas. O historiador ressaltou

"que muitas dessas famílias estavam inseridas em redes extensas de parentesco consangüíneos e rituais formando a base de sólidas comunidades"[113].

Neste trabalho, não colocamos como objetivo comparar o trabalho escravo dos mundos dos engenhos ao trabalho livre no interior das usinas, porém, como forma de enriquecer a análise proposta, julgamos necessário, neste momento, fazer referências a alguns costumes presentes nos engenhos, que verificamos no mundo do trabalho livre das usinas.

Conforme mencionamos o uso da mão-de-obra familiar era uma prática comum desde o funcionamento dos engenhos de açúcar do Recôncavo. O uso do trabalho familiar era comum também em outras partes do Brasil[114].

Nas propriedades agrícolas da usina Dom João, localizamos e demonstramos também a existência de gerações de famílias morando e trabalhando juntas. Entretanto, havia uma diferenciação de inserção no mundo do trabalho açucareiro entre o operário e o trabalhador da lavoura, como veremos a seguir.

Trabalho infantil: os meninos que "chamavam boi" e os "aprendizes"

Conforme mencionamos grande parte dos trabalhadores nasceu na Usina, ou para ela migrou ainda criança. Tanto os que nasceram, quanto os que migraram, iniciaram suas atividades na infância ou na adolescência. Entretanto, havia uma diferença de inserção na vida produtiva entre o filho ou neto de um trabalhador do

[113] Fraga Filho, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, p. 27-28.

[114] Para saber mais sobre o trabalho de familiar ver José Sérgio Leite Lopes, A tecelagem dos conflitos nas cidades das chaminés. São Paulo Marco Zero, 1998; Rosilene Alvim, A sedução da cidade. Os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997; Hebe Matos e Ana Lugão Rios, Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Trabalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

campo e entre um filho ou parente de um operário do setor industrial, do setor de transportes ou do setor administrativo da Usina.

"Chamar boi" era a primeira atividade exercida para aqueles que nasceram ou cresceram numa família de trabalhadores do campo. Geralmente todo trabalhador rural iniciava suas atividades chamando boi. Além disso, podiam desenvolver outras atividades como semear cana, limpar o canavial, etc. Na Usina e suas fazendas, o boi era um animal muito importante, porque além de servir para alimentação, era largamente utilizado como um veículo para transportar as canas. A importância desse animal era tal, que na Usina ou em suas fazendas, podia haver até dois carreiros responsáveis pelos bois, ou seja:

> Dependendo do tamanho da fazenda podia ter dois feitores. A maioria tinha um feitor e um vaqueiro. O vaqueiro cuidava de animais – o gado. Porque as fazendas naquele tempo tinha carro de boi. Tinha muitos bois que a gente chamava naquele tempo "boi de brocha" que é o boi de carro que puxava os carros[115].

"Chamar boi" é o termo utilizado pela maioria dos ex-trabalhadores entrevistados, e era a primeira atividade desenvolvida pela maioria dos trabalhadores do campo. Geralmente os meninos começavam a chamar boi entre nove e dez anos de idade. Além disso, os meninos ajudavam o pai, avô ou responsável na tarefas do campo:

> Há muitos anos que eu comecei a trabalhar. Com a idade de 10 anos eu já tava trabalhando na Dom João, com 10 anos, do tamanho desses meninos assim. Eu ia arrastar as sementes nas costas por lado de fora. Hoje que os meninos têm boa vida rapaz, naquele tempo ninguém tinha boa vida não. Era pra ajudar meu pai. Olha, quando eu não dava pra ir pegar as enxadas, meu pai ia plantar cana, eu ia semear a cana, pra ele cobrir os buracos e colocar as canas, entendeu? Aí, pronto. Quando eu acabava de semear, aí ele cobria[116].

---

[115] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.
[116] Depoimento de Walfredo Chaves. São Francisco do Conde, Bahia, 14 de julho de 2004.

Vê-se que os meninos podiam exercer diversas atividades no campo. Porém, "chamar boi" foi a atividade que mais os trabalhadores relembraram. Essa atividade marcou a memória do grupo, principalmente daqueles que começaram a trabalhar desde a infância.

"Chamar boi" era a atividade desenvolvida exclusivamente por crianças ou pré-adolescentes do sexo masculino. Consistia no seguinte: um menino ia à frente, guiando os bois com uma varinha de madeira, enquanto o carreiro ia observando e orientado. Os bois transportavam canas para serem pesadas e levadas à fabrica para moagem. O percurso variava, pois dependia da distância entre a lavoura e a sede da Usina. Assim, as propriedades agrícolas, como o Engenho Macaco, Marapé, Fazenda Quincengo, Fazenda Engenho Novo e outras, produziam cana, e estas, após serem pesadas na balança da área de origem, eram empilhadas no lombo do boi e direcionadas para a Usina a fim se serem moídas.

Os meninos acordavam muito cedo, comiam pouco e logo iam guiar o boi no transporte da cana. Entretanto, um ponto importante a ser ressaltado, são as histórias de maus tratos, ofensas verbais e psicológicas, afora os castigos físicos que muitos meninos recebiam da maioria dos carreiros.

"Chamar boi" causava constrangimento aos meninos, visto que era uma atividade considerada inferior, e por isso muitos tentavam se afastar dela e diversos relatos mencionam os maus tratos que os meninos que chamavam boi recebiam dos carreiros. Vejamos.

Angelino Ribeiro, com 70 anos na época da entrevista, nasceu e trabalhou no Engenho Santo Antonio do Rio das Pedras, conhecido popularmente como Engenho Macaco, uma das fazendas de cana pertencente à Usina Dom João. Seu pai, Evaristo da

Veiga, exerceu a função de cerqueiro[117], e inseriu a prole no trabalho de campo. Apesar de não estudar na infância, e por causa disso não saber ler nem escrever, Angelino, na faixa etária dos vinte anos, freqüentou o curso Mobral. O curso permitiu reconhecer algumas letras do alfabeto, como afirmou: *"eu sei "marmente" algumas letras, alguns nome que eu tiro assim"*.

Angelino trabalhou durante toda sua vida produtiva no campo, até se aposentar. Foi inserido no mundo do trabalho açucareiro através do pai, e iniciou suas atividades no campo como muitos meninos de sua época: chamando boi. No seu depoimento, Angelino rememorou momentos de sua infância, marcada pela escassez de alimentos e pelos maus tratos dispensados pelos carreiros:

> - O senhor lembra com qual idade começou a trabalhar na Dom João?
> - Quando eu comecei a trabalhar na usina Dom João foi chamando boi na idade de meus 10 anos. Comecei chamar boi a gente guiava o boi, [...] levar a cana pra balança quando não era assim, era chamando terriçoca.
> - Terriçoca? O que é isso?
> - É um boi na hora que corta cana, então a gente ficava ali com uma junta de boi e um guiando e os outros atrás carreando boi, e o outro no arado.
> - Quando o senhor começou a trabalhar com 10 anos de idade, como era?
> - Isso aí era muito perigoso que a gente levantava de madrugada pra ir juntar boi. Mais ou menos quatro horas, cinco horas antes do dia amanhecer. Muitas vezes nem café tomava que nas casa da gente as comidas era bem pouca, a gente saía até com fome e levava farinha seca enrolada num paninho, pra comer quando tava puxando o boi. Quando leva carne seca, mas quando não tinha levava farinha seca, pura. Olhe moça se a gente for contar os casos de antigamente! Olhe eu passei até fome na junta de boi de dá tontice e cair. No trabalho. Teve um dos carreiros que quando eu fui trabalhar com ele disse que tinha tanta pena de mim, era que sempre me dava comida, ele levava assim uma lata deste tamanho cheia de comida, ele dividia comigo e eu comia junto com ele, com esse aí eu passava bem porque ele sempre me ajudava, mas os outros não, com os outros eu só achava porrada.

[117] O trabalho de cerqueiro consistia em fazer e recuperar as cercas.

> - Eu não entendi quando o senhor falou de "porrada". Quem era que tomava "porrada"?
> - Acontece a gente, quando que eles mandava fazer as coisas, que a gente enjoava pra não fazer aquilo, empombava pra não fazer as coisas, então ele batia na gente.
> - Quem batia?
> - Os carreiros.
> - Então, se fizesse alguma má criação eles batiam?
> - Exatamente, eles batia. Exatamente na hora que eu fui crescendo que já fiquei numa idade que eu podia dá um sumiço na minha vida, eu disse na cara de um carreiro: "Olhe, eu chamei boi até hoje!". E eu já tava com um facão deste tamanho assim na cintura enrolado num papel. Eu cheguei peguei a vara. Peguei o facão na cintura, cortei a vara todinha em pedacinho e [...] joguei fora, e disse: "Eu só chamei boi até hoje, de hoje em diante eu já não chamo mais". Aí fui trabalhar no campo, fui trabalhar fazendo qualquer serviço pelo campo, depois comecei a trabalhar de ajudante de pedreiro, fui trabalhando, trabalhando. Depois me aborreci nesse serviço, aí saltei e disso aí, comecei a trabalhar em ferramenta também, e isso me sair.
> - Então, o senhor apanhava dos carreiros?
> - Eles batia na gente, muitas vezes eles rumavam até pé de vara nas costas da gente. Quando não era assim, eles puxava até de facão como cana mesmo, pra rumar cana na gente, pra a gente trabalhar.
> - Já chegou acontecer algum vez deles baterem nos meninos e machucar, ferir?
> - Não. Acontece que eles fazia esses problemas assim, mas não chegava a tirar sangue não, porque se tirasse sangue também, naquele tempo era tempo de atrasado mas chegava ao conhecimento de polícia, então eles não fazia, não chegava a tirar sangue não. Só fazia bater e quisesse lá que ficasse com o sangue preso.
> Exatamente, aí foi quando eu passei a entender mesmo, aí então, eu larguei e cortei a vara. Bom, aí agora, quando eu larguei muitos ficaram trabalhando ainda, larguei porque eu fui trabalhar num outro serviço, fui trabalhar num outro tipo de serviço, também larguei e nunca mais olhei pro (...) de cana[118].

O depoimento de Angelino Ribeiro é uma fonte riquíssima para conhecermos o cotidiano de muitos meninos que começaram sua vida chamando boi. Como outros meninos do seu tempo, Angelino começou a trabalhar desde a infância, aos 10 anos de idade, e sofreu castigos físicos e agressões verbais do carreiro. Vê-se que o tratamento dispensado a Angelino pelo carreiro gerou um conflito entre ambos. Angelino recusou

[118] Depoimento de Angelino Ribeiro. São Francisco do Conde, Bahia, 27 de julho de 2004.

a continuar a chamar boi, como ele mesmo mencionou: *"Olhe, eu chamei boi até hoje"*, e assim começou um enfretamento direto com o carreiro. O resultado desse conflito foi o abandono da atividade de chamar boi por Angelino.

Esse episódio de conflito entre Angelino e o carreiro permite tecer algumas considerações. O enfrentamento foi fruto de uma situação que perdurava há tempo, isto porque várias foram as vezes que o menino era maltratado pelo carreiro. Tudo indica que num momento de saturação, reagiu, e decidiu nunca mais chamar boi e se sujeitar aos castigos físicos e verbais. Acreditamos que nesse momento de saturação, Angelino resistiu às ordens do carreiro e o enfrentou abertamente. A atitude de Angelino demonstra que o carreiro havia perdido o controle sobre ele, e que esta forma de controle tradicional já não cabia mais.

A atitude de Angelino indica também que noções do que era justo ou injusto, do que era aceitável ou inaceitável, num determinado momento, permearam sua conduta, e essas noções o levaram a enfrentar o mando do carreiro, e abandonar o trabalho com o boi, e, assim, a buscar uma alternativa de que lhe oferecesse respeito e melhor tratamento[119].

Outro trabalhador que vivenciou a experiência do trabalho infantil foi Agnelo Majestade, que nasceu em 1922 na Fazenda Quincengo, uma das propriedades agrícolas da Usina Dom João. Seu pai, Antonio de Jesus Arcanjo, trabalhou na Usina, inicialmente como balancista, sendo que, posteriormente, passou a ser administrador de campo.

Agnelo começou a trabalhar desde criança. Aos 10 anos já era um trabalhador rural: fazia limpeza nos campos e guiava burros de propriedade de seu pai. Fez questão

[119] Noções do que é justo/injusto e aceitável/não aceitável permearam as escolhas e condutas de libertos dos engenhos de açúcar no Recôncavo da Bahia depois de abolida a escravidão, em 1888. Portanto, essa análise foi baseada em Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos de libertos na Bahia, 1870-1910.* São Paulo: Unicamp. Tese de Doutorado, 2004.

de mencionar que não chamava boi: *"Eu não chamei boi não. Eu trabalhei com burro"*, o que evidencia uma atitude de tentar afastar-se de um tipo de trabalho considerado inferior e constrangedor na Usina. Em 1940, aos 21 anos de idade, assumiu o cargo de administrador, numa das propriedades agrícolas da Usina, e nos contou que:

> Eu passei a administrador da Quincengo. Nessa época só a propriedade Quincengo. Mas fiquei como apontador de Engenho Novo. Fiquei acumulando as duas funções. A de apontador do Engenho Novo e a de administrador da Quincengo. Aí eu fazia o serviço de Engenho Novo, folhas de pagamento do Quincengo e do Engenho Novo. Só não fazia o serviço de balancista porque não podia estar lá na balança pesando cana[120].

Segundo o depoente, apontador era a pessoa encarregada de fazer anotações do cotidiano do serviço, tais como horário de entrada e saída dos funcionários. Era uma função que exigia algumas qualificações do trabalhador, como saber ler e escrever. A experiência de Agnelo é uma amostra da situação de muitos meninos que tiveram sua infância marcada pelo trabalho infantil no mundo do trabalho açucareiro. Agnelo nos contou, ainda uma importante atitude sua em prol dos meninos que chamavam boi. Vejamos:

> - O senhor começou a trabalhar chamando boi?
> - Eu não chamei boi, não. Eu trabalhei com burro. Vou lhe contar uma: quando eu passei a ser administrador meu primeiro ato foi tirar menino de chamar boi. (...) Menino era pra ir pra escola. Era até aquela indignação que eu tinha de não ter ficado na escola. Passei a botar pra carrear dois homens. (...). Aí passou a trabalhar nessa junta de boi, os dois irmãos Manoel Jorge e José Moura, dois homens. E os carreiros todos lá passou a trabalhar com dois homens. Às vezes o moço de boi não era ainda um homão feito, mas que já era maior, já tinha 18 anos. Meninos eu tirei todos de chamar boi.
> - Isso aconteceu na propriedade que o Sr. administrava ou em todas as propriedades da usina?

[120] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

> - Não. Isso foi na fazenda que eu trabalhava. Na fazenda Quincengo que eu trabalhei como administrador.
> - E os donos souberam disso?
> - Perfeitamente, eles entrarão na folha. (folha de pagamento).
> - O proprietário da usina não se opôs?
> - Não. Porque eu tive um argumento. Eles perguntaram: 'Porque dois homens chamando boi?'. Eu respondi: 'Porque lá a nossa propriedade é distante do ponto e pra que se possa atender a produção tinha que botar dois homens porque o menino pequeno é difícil puxar o carro sozinho. Porque o menino demora muito, é lento. E aí atrasa a produção', essa foi minha resposta. E eu continuava: 'Com criança menor ainda, às vezes subnutrida que levava uma mochilinha com farinha e um pedacinho de carne. Levava farinha pra comer. Menino fraco, né? E dois homens levava o carro com mais peso e atendia as necessidades da tarefa fixada ou pré-fixada. As tarefas são pré-fixadas, por exemplo: o tabuleiro do cara dava seis viagens, o tabuleiro do cara dava duas viagens, mais distante e com o menino não dava tempo. As tarefas sempre foram pré-fixadas ou fixadas, tá entendendo? por causa da distancia. Então, o meu argumento era esse.
> - Por que o senhor resolveu tirar os meninos de chamar boi?
> - Porque era penoso você ver uma criança cinco horas da manhã, ou antes, trabalhar. Menino de sete anos, oito anos em diante, coitado de manhã cedo, coitado.
> Ele [o menino] ia na frente com a varinha e uma carga que o carreiro devia levar, que era mais forte, que era um homem, era a criança que levava até a balança. O peso quem carregava era uma criança sozinha. Era uma base de mais de 5, 6 quilos de peso nas costas. Aí, eu sentia porque eu via que aquela criança era pra estar na escola. Eu que fui privado de ir à escola.
> Era também aquele aborrecimento porque era uma idade escolar. Aí a gente (Agnelo) deixou de fazer aquilo (deixou de estudar). Sentia também a revolta, compreendeu?[121].

O relato de Agnelo nos reitera as duras condições a que os meninos estavam submetidos. Entretanto, o que nos chamou a atenção do depoimento, foi a atitude de abolir o trabalho infantil com boi na propriedade que administrava. Agnelo, assim como Angelino, tinha noção do era justo e injusto, e talvez esse fosse o real motivo para tirar os meninos de chamar boi.

Com esta atitude Agnelo rompeu com as formas tradicionais de emprego da mão de obra, principalmente com agressões físicas e xingamentos. Assumiu, assim,

[121] Depoimento Agnelo de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

uma postura de mediador entre os jovens trabalhadores e o proprietário da Usina. A atitude do administrador Agnelo ao dar um "jeitinho", diante dos patrões, para abolir o trabalho dos meninos que chamavam boi, foi a estratégia que utilizou para por fim ao exercício de uma atividade que provavelmente gerou traumas e marcas em sua vida.

A memória de Agnelo foi marcada pelas lembranças ruins do trabalho infantil no campo, daí a atitude em enfatizar que não trabalhou com boi e sim com burro. Histórias de perversidade praticadas pelos carreiros contra os meninos foram presenciadas e narradas pelo depoente quando este exercia a função de administrador. Vejamos mais um pouco histórias de abusos praticados contra os trabalhadores infanto/juvenil:

> - Eu ouvi relatos que os meninos que chamavam boi apanhavam dos carreiros.
> - Tinha carreiros que batia e xingava: "Bota aqui moleque! Descarado! Filho da puta!". Jogava o menino dentro da "malícia", do espinho. Eles tinha que entrar na "malícia", no espinho. Pra guiar no espinho. Que o boi se habituava tanto com o guia que acompanhava o guia pra onde ele fosse que quando ficava sem o guia, ficava aéreo, não sabia pra onde ir. E tinha carreiros estúpidos. Tinha carreiros também educados que tinha pena das crianças, mas tinha carreiros estúpidos, muito estúpidos, muito.
> - Maltratavam muitos os meninos? O senhor já presenciou?
> - Demais! Oxente, se eu trabalhava no ramo.
> - Qual foi uma cena assim que o senhor já presenciou?
> - Era comum. Eu sempre reclamava
> - Se o Sr., na função de administrador, presenciasse um carreiro maltratando um menino interferia?
> - Se fosse de minha ossada. Ninguém ia se envolver na vida dos outros não.
> - Havia agressão com os meninos a ponto de ferir?
> - Não. Eles só xingavam, maltratavam, jogavam dentro do espinho que era uma espécie de tortura também, né? Se eu sei que aquilo ali é um perigo e eu forço a você eu tô lhe torturando. Tô obrigando você a fazer uma coisa que não devia que maltrata que pode levar ao perigo e etc.
> A criança era um guia de boi, ela era um guia. O boi tinha que ir por aqui. O carro tem que passar ali pra pegar uma carga, uma coisa. (...) 'vamos por aqui', mas ali tinha um obstáculo. Mas ele (o carreiro) queria que a criança fosse que passasse aquele obstáculo pra levar o boi pra lá. Ele (o carreiro) devia procurar outro meio

> pra evitar que a criança tivesse que fazer aquilo. Mas esse obstáculo poderia ser o que? Ser evitado.
> No campo não havia uma estrada de rodagem, uma rua calçada. Você sabe como é o que é um campo? Cheio de mato, etc. Tinha mato que tinha essa variedade de espinho, uma porção de coisa, ponta de pau, essas coisas todas que precisa ter um pouco de cuidado, né?
> Os meninos andavam com uma sandália feita com couro de boi. De couro de boi quando não era de pés, descalço. Muitas vezes andava a pé mesmo. Quase todo mundo andava com os pés (descalços) também. Carreiro andava com os pés (descalços). Também tinha alguns que andava com sandália de couro de boi também. Mas a maioria também andava com o pezão no chão. Quantas vezes eu andei com pés no chão.
> - Quando o Sr. trabalhou menino, como condutor de burro, já chegou a receber maus-tratos, a apanhar, ser xingado pelos carreiros?
> - Não. Eu trabalhava com burro próprio. Os burros era de meu pai. A gente tinha junta de burro, carro de burro, mas eu nunca chamei boi. Trabalhar com burro é botar cangalha no burro, botar o gancho, chegar no palheiro encher de cana, amarrar e sair tangendo o burro pra balança. Levando o burro carregado (com canas). Aí você vai a pé atrás do burro quando você descarrega, chega no ponto que descarrega aquela carg,a você monta na cangalha e vai novamente carregar o burro , mas você vai montando [em cima do burro], mas quando o vem carregado você vem a pé, vem atrás[122].

O relato de Agnelo é muito interessante, pois revela como os maus tratos afetavam o cotidiano dos meninos que trabalhavam com bois. Além disso, reitera as histórias de crueldades praticadas no interior de uma Usina, num contexto de trabalho livre, contra trabalhadores considerados inferiores, que nesse caso, eram os meninos. Pelo depoimento vimos que os meninos recebiam xingamentos, como "descarados", "filhos da puta", e eram praticamente torturados, pois eram obrigados em alguns momentos, a passar por caminhos onde havia espinhos e pedregulhos que os feriam. Vimos também, que, nem todos carreiros eram perversos. Havia aqueles que até "ficavam com pena" e tratavam os meninos como se fossem filhos. Agnelo não

[122] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

trabalhou chamando boi, mas sua memória foi marcada por esse terrível aspecto do mundo do trabalho açucareiro.

Os episódios a respeito do trabalho infantil narrados por Angelino e Agnelo oferecem oportunidade de conhecermos alguns detalhes sobre as relações entre trabalhadores de diferentes gerações e funções. Pelas evidencias, é possível salientar que além da exploração da mão–de-obra pelo proprietário da Usina, os jovens trabalhadores do campo enfrentavam as duras condições de trabalho e aos maus tratos dispensados pelos colegas.

Figura 18. Meninos no canavial conduzindo burros com cargas de canas. Trabalhadores cortando cana. Usina Dom João (década 40).

Para quem nascia ou crescia numa família de trabalhadores que exerciam atividades no setor administrativo e fabril, ou outro setor que não fosse a lavoura, a inserção no mundo do trabalho açucareiro dava-se como "aprendiz", termo utilizado para designar trabalhadores que iniciaram na adolescência sua vida produtiva.

Ao contrário dos meninos que "chamavam boi", que adentravam no mundo do trabalho a partir dos sete ou oito anos de idade, os aprendizes iniciavam suas atividades na adolescência, a partir de 14 anos de idade. Exerciam função de aprendiz os filhos, netos ou parentes de trabalhadores qualificados, da parte fabril, do setor de escritório, dos transportes e do setor administrativo.

Os aprendizes, não enfrentavam as péssimas condições de trabalho dos meninos que "chamavam boi", o que explicita, agora a partir das características do trabalho infantil, a grande diferenciação que havia entre os trabalhadores da sede e os trabalhadores do campo, na Usina D. João. Ao longo da pesquisa, essa diferenciação mostrou-se muito evidente, mas parecia abrandar-se, pelo menos um pouco em alguns momentos.

Esses momentos referem-se aos sentimentos e memórias, que tanto os trabalhadores que exerceram atividades no campo, quanto na sede, compartilhavam sobre a figura de Getúlio Vargas, o advento das leis trabalhistas e das mudanças que elas implicaram. Mesmo que, muitas vezes, os trabalhadores da Usina D. João, principalmente os do campo, não tenham sido beneficiados por elas. Observemos a seguir.

CAPÍTULO IV

Getúlio Vargas na memória dos trabalhadores da Usina Dom João

O apelido que botaram em Getúlio foi Gegê.
Gegê que até tinha a cantiga eu não me lembro mais não.
Só me lembro que era assim:

"Ah! Gegê! Ah! Gegê!
Que saudades que saudade
Nós temos de você!
O café disse que desceu de preço.
A carne seca também andava por cima
não abaixava pra ninguém"[123].

(Depoimento de Dejanira dos Santos,
trabalhadora da lavoura açucareira na
Usina Dom João)

Durante a pesquisa, alguns trabalhadores, em seus depoimentos, fizeram referências a Getúlio Vargas e à legislação trabalhista. Tais depoimentos revelaram traços marcantes do imaginário social construído pelos próprios trabalhadores em torno da figura de Vargas. Ao mesmo tempo em que vários aspectos da pesquisa apontavam para o passado anterior do tempo dos engenhos, as referências ao trabalhismo me fizeram ver que esses trabalhadores, embora, muitas vezes, associando sua memória ao cativeiro, falavam muito de direitos no período republicano.

Apesar disso, ainda é comum encontrar na produção historiográfica mais recente a afirmação de que os trabalhadores rurais estavam ao largo das transformações havidas a partir da legislação de Vargas, sobre o qual recolhemos relatos como:

[123] Trecho de música cantada durante a entrevista pela trabalhadora Dejanira dos Santos. A música intitulada "Ai! Gegê", é de autoria de João de Barro e José Maria Abreu, 1950.

> Getúlio Vargas quando morreu quem carregou foi os pobres. E nós botou luto quando ele morreu (...). Getulio Vargas endireitou o mundo abaixo de Deus. A gente trabalhava de seis as seis ele cortou. Ele cortou aquela hora. Botou o salário mínimo o salário era (...) ele botou. A gente ganhava três mil réis, quatro mil réis, cinco mil réis. Ele botou pra 120 mil réis. Antes de Getúlio o trabalhador não valia nada. Depois de Getúlio o trabalhador valeu alguma coisa.
> Mataram ele porque ele ia ser "rei". Ele ia ser "rei" do mundo. Porque quando ele morreu, ele já tava governando há não sei quantos anos. Ninguém tirava ele. Ele governava sozinho! Ele governava sozinho! Não tinha ninguém pra dá conselho a ele fazer pra nada (...).
> Os trabalhadores choraram (...) quando mataram ele. Botaram a pistola de junto dele pra dizer que foi ele que se atirou. Parou o Brasil e ninguém botou a mão no caixão dele. Era só o pobre. Ninguém pegou. Rico nenhum pegou[124].

O trecho acima, é de um depoente que nos anos em que Getúlio Vargas atuou no cenário político brasileiro, foi um trabalhador rural. Trata-se de José Bitencourt dos Santos, com 98 anos na época da entrevista, nascido em 1907, em São Francisco do Conde. Bitencourt adentrou no mundo do trabalho açucareiro ainda na infância, através dos tios que também foram trabalhadores rurais. Antes de migrar para a Usina Dom João, trabalhou, nas décadas de 20 e 30, em outras usinas do Recôncavo baiano, como ele mesmo informou: *"Eu trabalhei em muitos lugares. Eu trabalhei na Usina São Paulo. Trabalhei na Usina Maracangalha. Trabalhei na Usina Santa Elisa. Trabalhei na Usina Passagem"*. Iniciou suas atividades na Usina Dom João no ano de 1935, na função de carreiro, sendo que nos anos que antecederam a falência da mesma, promovido à função de vigia.

Na memória de José Bitencourt, Getúlio Vargas ocupa um lugar privilegiado, isto porque o depoente alcançou todas as etapas dos governos exercidos por Vargas: como chefe do Governo Provisório (1930-1934); como presidente eleito através de sufrágio

[124] Depoimento de José Bitencourt. São Francisco do Santos, Bahia, 25 de janeiro de 2006.

universal indireto; como chefe do Estado Novo (1937-1945) e novamente como presidente (1951-1954). Alcançou também o seu suicídio em 24 de agosto de 1954, fato que gerou comoção nacional e diversas opiniões.

Na entrevista cedida por José Bitencourt, foi possível perceber claramente o entusiasmo e saudosismo com que rememorou a respeito de Vargas. Durante a entrevista, observei que uma espécie de fascínio tomou conta dos sentimentos do depoente ao afirmar que *"Getúlio endireitou o mundo abaixo de Deus"*. Esse fascínio não se limitou às palavras, pois também se revelou através da forma como o depoente se comportou na entrevista, ao tratar da temática Vargas. Ele narrou com contundência e convicção as iniciativas governamentais no campo do trabalho, como se tivesse sido beneficiado diretamente pela legislação trabalhista, especialmente quanto à jornada de trabalho: *"Trabalhava de seis as seis, ele cortou"*, recordou-se ele.

Apesar de declarar que Getúlio Vargas havia reduzido a jornada de trabalho para oito horas diárias, o depoente cumpria uma longa jornada de trabalho na Usina, possivelmente, com mais de dez horas de trabalho no campo. Apesar dessas contradições presente nesse depoimento, de remeter a Getúlio a diminuição da jornada de trabalho, mesmo quem esse beneficio não fizesse parte do seu cotidiano, o que nos interessa é perceber como essas idéias a respeito de Getúlio e as leis trabalhistas foram sendo formuladas e apropriadas pelos trabalhadores da Usina Dom João.

A memória de Bitencourt não demarca balizas cronológicas precisas. Porém, as evidências demonstram que a memória individual desse depoente demarca dois tempos: "*antes de Vargas*", quando o trabalhador não tinha valor nenhum, e, "*depois de Getúlio*", quando o trabalhador passou ser assistido e protegido por leis trabalhistas, o que levou Bitencourt a salientar que *"Getúlio endireitou o mundo abaixo de Deus"*.

Figura 19. Ficha de registro de José Bitencourt. Usina Dom João.

N. 519

Nome José Bitencourt dos Santos

Filiação { Pai -
Mãe Maria Joana Santana

Carteiras { Profissional N. 29907 Série 147
Instituto I A P I N. 16 228 786
Reservista N. Série Categoria
Estrangeiro

Sindicato a que pertence Matricula n.

Estado Civil Casado Instrução: Nula Idade 55 anos

Data do nascimento: 11 de Setembro de 1907.- Nacionalidade: Brasileira

Lugar do nascimento São Francisco do Conde-Bahia.-

Residência Dom João Data da admissão 8 / 11 / 62.-

Quando estrangeiro: Data que chegou / / É naturalisado?
É casado com brasileira? Tem filhos brasileiros?

Categoria e ocupação habitual Vigia Salário 299,70 diários

Para trabalhar das 7 ás 16 horas, com o intervalo de 1 horas para refeição e descanço.
e aos sábados das 7 ás 16 horas; num total de 48 horas semanais.

Fórma de pagamento Quinzenal Nome dos beneficiários

Assinatura do empregado José Bitencurt dos Santos

Polegar direito

Data / /

Data da dispensa 17 / 12 / 68

Fólio do livro de anotações

A memória coletiva de outros trabalhadores, oriundos da lavoura açucareira, foi também fortemente marcada pela figura de Getúlio Vargas. Para Rivaldino Lima, Getúlio foi o nome que marcou para sempre a história do Brasil, e possibilitou ao trabalhador se alimentar melhor, principalmente o trabalhador do campo, que muitas vezes passava fome:

> O homem que deixou o nome no Brasil, e ainda tá o nome dele. Falou no nome de Getúlio Vargas [...], o homem que deixou o pirão da mesa da gente foi ele. É por isso que ainda tá firmado ainda. Foi o homem que deixou o pirão da mesa do Brasil foi ele, e da gente fraca. Porque ele deixou o nome dele em tudo[125].

Rivaldino de Lima, com 82 anos na data em que concedeu a entrevista, nasceu no ano de 1925, e desde a infância trabalhou na lavoura canavieira. Antes de migrar para Dom João na década de 40, trabalhou na usina Aliança:

> Eu trabalhava na usina Aliança. Eu era carreiro de lá da usina Aliança, trabalhei 18 anos, lá na usina Aliança, depois vim pra aqui. Trabalhei na usina Dom João até ela fechar. Trabalhei no campo muito. Porque eu não trabalhava na usina, trabalhava no campo, carreando. Carreei com o finado Aloísio. Trabalhei com burro. Eu cortava cana, enchia vagão, enchia caminhão, carreta. Trabalhei em destoca de pasto, plantação de capim para gado. Comecei a cortar cana. Era cana queimada quando não era cana queimada era cana despalhada, entendeu? E depois comecei a encher carreta, de carreta comecei a encher vagão, de vagão comecei a encher caminhão de cana (...).
> Depois de Getúlio as coisas melhoraram pra nós (...) porque ele foi o único que pensou nos fracos. Ele criou a carteira de trabalho e diminuiu nossa hora de trabalho[126].

Rivaldino, em seu depoimento, fala resumidamente do panorama de sua trajetória no trabalho rural açucareiro, e, assinala que Vargas foi responsável por possíveis melhorias no cotidiano e na sua longa jornada de trabalho. Para Rivaldino,

---

[125] Depoimento de Rivaldino Lima. São Francisco do Conde, Bahia, 15 de outubro de 2004.
[126] Depoimento de Rivaldino Lima. São Francisco do Conde, Bahia, 15 de outubro de 2004.

Vargas era o *"homem que deixou o pirão na mesa da gente fraca",* apesar de, concretamente, sempre esses trabalhadores dependerem do sistema de vale do armazém da Usina, e não serem supridos o suficiente para o duro trabalho no campo, como discutimos anteriormente.

Porém, o que nos interessa é perceber como os trabalhadores interpretaram as políticas da chamada era Vargas, e quais balizas temporais eles construíram para delimitar o trabalho antes e depois de Vargas. Em artigo intitulado "*Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultura na Era Vargas*"[127], Ângela de Castro Gomes e Hebe Mattos procuram investigar como no período do Estado Novo, numerosos e diversificados cidadãos comuns perceberam e reelaboraram as idéias, propostas e projetos de Getúlio Vargas. As autoras, através do uso de entrevistas com trabalhadores descendentes de escravos, que viveram na Era Vargas, obtiveram informações e interpretações desse período, através da memória de pais e avós. Além disso, buscaram

> mapear formas de absorção de idéias, formuladas como projetos políticos datados, e que passam a integrar a memória de grupos sociais por largo período de tempo, constituindo-se em um verdadeiro imaginário.[128]

Tomando como base os depoimentos que fizeram referências a Vargas, averiguamos que sua figura foi mais enfatizada pelos trabalhadores mais velhos, os seja, àqueles depoentes que na época da pesquisa estavam na faixa etária a partir dos oitenta anos de idade. Isso indica que os relatos referentes à Vargas foi mais presente entre

---

[127] GOMES, Ângela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. "Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas". Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998, pp. 121-143.

[128] Id. Ibid.

aqueles que vivenciaram os períodos de sua atuação, ou seja, não foram frutos de narrativas de pais ou avós, mas da experiência dos próprios depoentes.

Entretanto, tivemos como exemplo um trabalhador que fez referências ao período de Getúlio Vargas como se o tivesse vivenciado. Trata-se de João Barbosa, nascido em 1941, com idade de 65 anos, quando concedeu a entrevista. No período em que iniciativas governamentais em relação à questão trabalhista foram contempladas pelo governo Vargas, João Barbosa, começou a trabalhar, aos sete anos, ajudando seu pai. Na Usina Dom João, exerceu a função de trabalhador do campo. Mesmo não acompanhando diretamente as ações do governo Vargas, José Barbosa fez referências ao período em que Vargas esteve no cenário político, como se tivesse vivenciado, como alguns dos depoentes:

> Getúlio Vargas foi ele que resolveu esse problema de salário mínimo, quem fez foi ele. Foi criado o salário mínimo por ele, férias, décimo terceiro, isso tudo foi ele. Agora mesmo os direitos que ele deu, muitos direitos eles tavam querendo tirar, mas só que não aconteceu. Há um tempo aí, eles tavam querendo tirar. Os direitos do trabalhador foi ele que deixou. Que o salário da gente era pra tá um salário na faixa de R$ 800,00 (oitocentos réis), a gente tem uma merda de salário. Ele sempre lutou pelos fracos, pelos pobres[129].

Possivelmente, a opinião e a interpretação das ações de Vargas, na memória de José Barbosa, foram frutos de informações que obteve, possivelmente com seu pai e com os trabalhadores mais velhos, dentre outros. Visto que, o mesmo, no segundo governo Vargas, estava na idade de 13 anos de idade. A idéia associada a Getúlio Vargas como guardião dos pobres, dos fracos é reiterada na narrativa do entrevistado.

Apesar dos semelhantes discursos, e das diferentes idades, esses trabalhadores rurais da lavoura açucareira não foram incluídos na Consolidação das Leis do Trabalho,

[129] Depoimento de João Barbosa. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006.

outorgada em 1943. A legislação trabalhista contemplou os trabalhadores urbanos. Entretanto, os trabalhadores rurais assumiram uma postura de como se fossem beneficiados por esta legislação. Mesmo assim, a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador do campo, aconteceu em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural, no governo Jango.

Ângela de Castro Gomes[130], ao analisar como as noções sobre as leis e direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos são apropriados, e como *circulam* no meio rural, evidenciou o rádio como um dos principais componentes neste processo de circulação das propostas provenientes do governo Vargas.

Nessa pesquisa, pudemos verificar que, na Usina Dom João, fixada em terras do Recôncavo baiano, as propostas políticas das iniciativas governamentais da era Vargas foram recebidas pelos trabalhadores rurais, também através desse poderoso veículo de comunicação da época: o rádio. Vejamos.

> - Eu me lembro do nome de Getúlio Vargas. Francisco Dorneles de Vargas. Getúlio Vargas morreu em 54, em 24 de agosto, já tinha rádio.
> - Como o senhor soube?
> - Na casa dos outros porque eu mesmo não tinha rádio[131]

Vejamos outro depoimento que demonstra a veiculação de informações através do rádio na Usina Dom João.

> Vi muita gente chorar nos dia que Getúlio suicidou-se. No dia que Getulio suicidou-se eu estava plantando uma malhada de capim.

[130] GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

[131] Depoimento de Mateus dos Santos. Santo Amaro, Bahia, 29 de setembro de 2004.

> Quando passou um rapaz lá chamado Paulo Machado (...). Eu tava plantando capim no fundo da minha casa de residência na fazenda no dia que Getulio morreu. Aí Paulo Machado passou e disse:
> - Você não soube o que aconteceu não?
> - Não. (eu disse)
> - Getúlio suicidou-se
> Eu aí, peguei o rádio e me mandei pra usina. Cheguei na usina, o chefe de campo na época, Manoel Ezequiel Amaral, aí quando acabei de chegar Dr. Otávio Junqueira Ayres, tio de Rodolfo Tourinho, filho de D. Nanita ele tava lá chorando, chorando. Chorando a morte de Getúlio[132].

Os depoimentos mencionados revelam a *circularidade* das informações, e como elas foram *apropriadas* pelos trabalhadores, através do rádio. Durante o Estado Novo, instrumentos de divulgação escrita, audiovisual e radiofônica difundiram uma série de iniciativas governamentais, a fim de tornar visível e perdurável uma imagem positiva de Getúlio Vargas. Segundo Ângela de Castro Gomes:

> Durante o primeiro governo de Vargas, especialmente no período do Estado Novo, pode-se acompanhar uma série de iniciativas governamentais, no campo das políticas culturais, tendo em vista localizar e legitimar não só os arranjos institucionais do regime, como igualmente a figura de seu chefe, Getúlio Vargas. (...). Esta iniciativa e esta figura se transformam, assim, no referencial por excelência de um novo tempo, obscurecendo todos os seus antecedentes[133].

A Revista *"Cultura Política"*, os programas de rádio *"A Hora do Brasil"* e o programa *"Falando aos Trabalhadores"*, foram veículos de propagandas do Estado Novo, nos anos de 1940. Como foi evidenciado, o rádio foi o meio de comunicação que emitia informações dos feitos do governo de Vargas, feitos esses lembrados pelos trabalhadores:

---

[132] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.
[133] GOMES, Ângela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. "Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas". Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998, p. 128.

> Esse deixa saudade, né? Quando Getúlio morreu você lembra quando ele morreu? Em 1958 [1954]. Fora nessa época que eu tava entrando na linha de ferro pra trabalhar. No dia que ele suicidou-se então, quando a gente veio saber, já foi umas quatro horas da tarde. Porque a comunicação era difícil. Ainda mais que a gente morava na roça. E nesse tempo exatamente eu tava na roça. Nessa tarde quando chegou a noticia foi uma tarde de tristeza porque ele era muito querido, e aí ele suicidou-se. Foi em 1958 [1954].
> Ele foi bom porque ele deixou muita coisa. Já cortaram a maioria. Mas ainda estamos usufruindo porque não tinha salário."[134].

A memória coletiva dos trabalhadores, oriundos da lavoura açucareira, foi também fortemente marcada pela figura de Getúlio Vargas, a partir do Estado Novo, até o suicídio em 1954. A morte de Vargas foi lembrada foi outro fato lembrado com riqueza de detalhes. Assim como, também evidenciamos a relação feita entre os direitos da Era Vargas e os sofrimentos do período escravista, ainda presente, para muitos trabalhadores, em seus cotidianos:

> - Todo mundo sentiu a morte de Getúlio. Todo mundo parou. Quem foi que não parou na morte de Getúlio?
> - Os trabalhadores do campo pararam também?
> - Eles já parava por outras coisas quanto mais pelo (...) Todo mundo parou, ninguém reclamou pela parada não. Todo mundo parou. (...). Porque até Getulio, já não era escravidão mais. Mas foi praticamente um saudosismo da escravidão, o regime era forte.
> - Porque o Sr. diz que havia um saudosismo da escravidão?
> - Porque nós tínhamos um resíduo ainda de leis da escravatura, aquele servilismo, ninguém podia dizer não. Quem dizia não a um Sr. rico, compreendeu? Branco, compreendeu? Quem é que dizia?[135].

Referências aos direitos sociais, apontados pelos trabalhadores, como iniciativas associadas a Getúlio Vagas, são questões que buscamos trazer à tona. Além das pesquisas de Ângela de Castro Gomes, há pesquisas inovadoras e recentes das historiadoras Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Maria de Lourdes Jannoti Mônaco, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, dentre outras, que caracterizam a forte presença de Vargas

[134] Depoimento de Germínio dos Santos. São Francisco do Conde, 24 de janeiro de 2005.
[135] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

no imaginário popular e social[136]. É a partir dessas perspectivas pioneiras, que estamos tentando compreender como os trabalhadores da Usina Dom João, especialmente os rurais, absorveram e formularam idéias acerca da Era Vargas.

A memória desses trabalhadores rurais foi marcada pela figura de Vargas, contudo, a característica marcante nas memórias desses trabalhadores reside na reinterpretação que eles fizeram das políticas públicas do período de Vargas, e, além disso, como deram sentidos a outros personagens da História.

Cecílio Gramosa, 95 anos, nasceu em 1911, em São Francisco do Conde, numa das propriedades pertencentes à Usina Dom João. Sua mãe faleceu devido a problemas de parto, quando ele ainda era criança. Seu pai, trabalhador rural, teve a dura missão de criar os cinco filhos, e inserir alguns deles no trabalho da lavoura canavieira. Um desses filhos foi Cecílio, que ainda garoto, aos oito anos de idade, começou a trabalhar na lavoura:

> Eu passei trabalhando, chamando boi. Cortei cana, depois passei a amestrar carro, a ser carreiro, depois (...) trabalho pouco (...) eu arriei e fui cortar cana. No verão cortava cana, vinha inverno limpava a cana, cavava coveta, cavava valeta, fazia cerca. Fiz todo trabalho de campo no meu tempo de usina eu trabalhei e conheço até quando a usina faliu[137].

---

[136] Ver GOMES, Ângela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. "Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas". Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998, pp. 121-143; GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, "O imaginário sobre Getúlio Vargas". Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998, pp. 91-119; RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; BATISTA, Carina, O diálogo dos tempos: memória da escravidão, história e identidade racial entre os afro-brasileiros. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2002.

[137] Depoimento de Cecílio Gramosa. Santo Amaro, Bahia, 29 de setembro de 2004.

Cecílio começou a trabalhar na infância chamando boi, cortando cana, limpando cana, "*cavando coveta*", "*cavando valeta*" e "*fazendo cerca*". Do trabalho de infância não traz boas recordações. Fez questão de tentar esquecer os tapas e xingamentos que recebia dos carreiros. Trabalhou durante toda sua vida na lavoura canavieira, mesmo depois falência da Usina Dom João, onde viveu parte de sua vida, cresceu, casou e teve filhos. Foi com entusiasmo que lembrou dos tempos de Getúlio Vargas, no cenário político brasileiro, fazendo um revelador contraponto entre a Princesa Isabel e Vargas:

> Getúlio foi o homem que lutou pelos fracos. Foi o homem que deixou a pirão na mesa da gente fraca. Com ele veio a lei (...). A lei veio confirmar tudo. A gente não tinha direitos, antes dele. Getúlio Vargas criou o Ministério. Getúlio Vargas criou os direitos seus, criou a carteira de trabalho (...), criou tudo. Esse negócio de férias foi Getúlio Vargas que deixou. Getúlio Vargas foi um homem direito. Quando ele se matou me senti mal, fiquei triste. Me senti triste porque foi o homem do país pra nós. Que a princesa Isabel disse que libertou não foi? Mas, não ela deu um (...), a gente ficou sempre aquela pessoa preso.
>
> A princesa Isabel libertou, mas a gente ficou trabalhando das seis às seis, até uma hora da manhã a pulso, fazia a pulso, se não fizesse ia pro tanque de mel, ia apanhar! Tá liberto tá! Ói, a princesa Isabel, libertou não foi? Libertou, é certeza, mas a gente ficou cativo. Mas, Getúlio Vargas quando foi presidente, assumiu, aí disse o quê? Vou contar oito horas de relógio por dia, pra pessoa só trabalhar de sete as quatro. Criou o Ministério pra ter os direitos. Assinar a carteira veio de Getúlio, não é isso mesmo? Tudo de bom pra nós veio de Getúlio Vargas[138].

O depoimento de Cecílio é muito rico, visto que a característica mais marcante na narrativa do depoente reside na construção balizas históricas e temporais, entre o "tempo da liberdade" e o "tempo do cativeiro". Para Cecílio, a figura da Princesa Isabel aparece como o marco de uma lei que não trouxe mudanças práticas no cotidiano do trabalhador da lavoura açucareira, que ficou *"trabalhando de seis as seis"* ao dia, e se

[138] Depoimento de Cecílio Gramosa. Santo Amaro, Bahia, 29 de setembro de 2004. .

não trabalhasse *"ia apanhar"*. Nas palavras do depoente, a Promulgação de Lei Áurea, em 1888, não proporcionou mudanças significativas no dia-a-dia do trabalhador, visto que o mesmo continuou "*cativo*". A figura histórica de Princesa Isabel aparece na narrativa como não rompendo, apesar da Lei, o "*tempo do cativeiro*", da escravidão, em que os escravos cumpriam longas jornadas de trabalho e eram castigados.

Getúlio Vargas, por sua vez, contrariamente, aparece nos depoimentos inaugurando um "*novo tempo*". Tempo este, em que reconheceu e garantiu os direitos dos trabalhadores, que afirmam que *"a gente não tinha direitos, antes dele*" É neste momento que Vargas aparece como o *"homem que deixou o pirão (a comida) na mesa dos fracos"*, que *"lutou pelos fracos*". Portanto, Getúlio Vargas é associado ao verdadeiro "tempo de liberdade". Essa percepção dos trabalhadores se relaciona à valorização do trabalhador do campo e aos direitos trabalhistas que o Estado Novo implementou e que se difundiram através dos veículos de comunicações. Assim, a figura de Getúlio Vargas aparece de forma tão marcante nas entrevistas que os trabalhadores cederam, que atribuem a ele mudanças sociais, mesmo que em seus cotidianos, muitas vezes essas mudanças não tenham acontecido de forma prática:

> Eu me lembro de política. Getulio ninguém esquece, né? Porque Getulio teve fatos que marcaram época compreendeu? Criador de leis que protegia o trabalhador, o salário mínimo tudo isso favoreceu muito a memória de Getulio, a sua morte. Ele teve que se suicidar (...). A Revolução de 30 quando ele passou a governar o Brasil é uma história que marcou muito e as pessoas não se esquece. Mas a gente também se lembra de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel a lei da escravatura, da libertação dos escravos e etc. Inclusive (...) quando ela deu aquela libertação, determinou a libertação dos escravos, a lei dizia o seguinte: "libertação para os escravos e terras para que eles trabalhem", não fizeram isso não, viu? O Brasil vem corrupto desde Princesa Isabel. Aí o que aconteceu? Tomaram as terras todas dos escravos. Os escravos saíram de mãos limpas. Era pra ter dado pela Lei de Princesa Isabel, era pra ter dado terras pra que eles pudessem trabalhar, desde aquela época ter terra. Ninguém deu. (...)[139].

[139] Depoimento de Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004.

Os depoimentos revelam que Getúlio Vargas e Princesa Isabel aparecem nas narrativas como personagens que simbolizam mudanças fundamentais, na história desses trabalhadores e seus antepassados.

As narrativas demarcam, assim, um tempo do trabalho que se tornou livre legalmente, porém, ainda sentido como "cativo" nas vivências, com certas continuidades da época da escravidão, e com a Princesa Isabel como figura central. Já Getúlio Vargas, aparece nas narrativas como responsável pelo início de um novo tempo. Tempo de real mudança. Tempo de trabalhar menos, de ser protegido da exploração dos usineiros e de ser reconhecido como cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos evidenciar importantes aspectos das histórias e trajetórias dos trabalhadores da cana-de-açúcar da Bahia. Para tanto, esse estudo partiu de uma determinada usina de açúcar do Recôncavo baiano. Trata-se da usina Dom João, localizada no município de São Francisco do Conde, onde funcionou de 1909 a 1969. A partir de uma variedade de fontes, mas especialmente, através dos relatos dos trabalhadores, foi possível conhecer variadas questões do mundo do trabalho açucareiro.

A respeito da importância da usina Dom João no contexto econômico da produção açucareira do Recôncavo baiano do século XX, verificamos que o surgimento da mesma, se confundiu com o contexto de políticas de expansão e modernização instauradas no setor açucareiro do Brasil e do Recôncavo baiano no final do século XIX e início do século XX. Período este marcado pelo crescente desaparecimento dos antigos engenhos tradicionais e surgimento das modernas usinas de açúcar que empregavam tecnologia correspondente à de uma grande indústria.

Nas três primeiras décadas de funcionamento, a usina prosperou, aumentando assim, o seu patrimônio através da compra de unidades agrícolas que no passado foram antigos engenhos de açúcar. Em 1969, fatores de ordem interna e externa contribuem para seu fechamento. A falência da usina gerou impactos diversos na vida de homens e mulheres que dedicaram anos ao trabalho açucareiro. Portanto, significou o início de uma batalha que atravessou as décadas de 70, 80 e até 2002. Ela ultrapassou o tempo e continuou latente na memória daqueles que duramente sobreviveram para contar essa história. Portanto, verificamos os rumos que alguns desses trabalhadores deram às suas vidas após esse traumático acontecimento.

Para plantar a matéria-prima e produzir açúcar, a usina Dom João operava com um variado contingente de mão-de-obra, os trabalhadores fixos e temporários. Os trabalhadores temporários se deslocavam de diferentes áreas da Bahia, principalmente do polígono das secas em direção a usina Dom João.

Os trabalhadores fixos pertenciam a grupos familiares estabelecidos na usina há algum tempo. Muitos eram filhos ou netos de trabalhadores, ou seja, estavam ligados por laços de parentesco. E, desta forma, enraizados ao solo. A maioria foi inserida desde a infância ou adolescência no mundo do trabalho açucareiro através dos pais ou parentes, comprades, conhecidos, amigos. Grande parte desses trabalhadores que nasceram ou migraram ainda criança, juntamente com suas famílias para a usina, iniciaram suas atividades na infância ou na adolescência. Entretanto, havia uma diferença de inserção na vida produtiva entre o filho ou neto de um trabalhador do campo e entre um filho ou parente do trabalhador dos demais setores da usina.

"Chamar boi" era a primeira atividade exercida para aqueles que nasceram ou cresceram numa família de trabalhadores do campo. Para quem nascia ou crescia numa família que exercia atividade nos demais setores da usina, a inserção no mundo do trabalho açucareiro, iniciava-se como aprendiz, a partir dos 14 anos.

Histórias de maus tratos, ofensas verbais e psicológicas, afora os castigos físicos marcam a memória dos trabalhadores que na infância, a partir dos sete a oito anos de idade, chamavam boi.

Os depoimentos apontam para um movimentado processo migratório entre trabalhadores de diversas áreas do Recôncavo baiano, principalmente de Santo Amaro, Terra Nova, São Sebastião do Passe e do próprio município, São Francisco do Conde.

Getúlio Vargas e a legislação trabalhista marcaram especialmente, a memória dos trabalhadores da usina Dom João. Os depoimentos revelaram traços marcantes do

imaginário social construído pelos próprios trabalhadores em torno da figura de Getúlio Vargas. Balizas são demarcadas em torno de Vargas e também da Princesa Isabel. Vargas na memória dos trabalhadores é interpretado como um tempo de mudanças, de trabalhar menos, de serem protegidos da exploração dos usineiros e serem reconhecido como cidadãos. Enquanto que a figura da Princesa Isabel representa continuidades ao tempo do cativeiro.

A conclusão que chego ao fim desse trabalho, é a convicção de que o tema que propus a analisar é rico e complexo, visto que envolve diferentes questões e múltiplas possibilidades de análise. Neste trabalho, tratei apenas de alguns aspectos que nesse momento considero relevante, para inaugurar algumas das muitas lacunas que pretendo preencher em futuros estudos da história social dos trabalhadores das usinas de açúcar na Bahia do século XX.

ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Rodolpho Tourinho e sua esposa Francisca Soares Bahia Tourinho (1952), p. 49.

Figura 2. Ficha de registro de Manoel Malaquias Lopes, administrador geral. Usina Dom João (1909), p. 51.

Figura 3. Ficha de registro de Manoel Symphronio Gusmão, carapina. Usina Dom João (1909), p. 52 .

Figura 4. Ficha de registro de Manoel Esperidião da Cunha, chefe de fabricação, usina Dom João (1911), p. 53.

Figura 5. Ficha de registro de Braulino Costa Pinto, cozinhador, usina Dom João (1911), p. 54.

Figura 6. Ficha de registro de André Braz, oficial mecânico, usina Dom João (1914), p. 55.

Figura 7. Ficha de registro de Francisco de Assis, vaqueiro. Usina Dom João (1938), p. 58.

Figura 8. Casas de trabalhadores da cana-de-açúcar na Bahia, p. 77.

Figura 9. Vales para compra de gêneros alimentícios no armazém da usina Dom João, p. 80.

Figura 10. Comprovantes de pagamento de salários, Usina Dom João, p. 80.

Figura 11. Cotidiano do trabalho no canavial depois da queimada. Trabalhadores cortando e despalhando cana. Transporte da cana em burro de carga. Usina Dom João (década de 40), p 86.

Figura 12. Administrador e feitor. Usina Dom João (década de 40), p.

Figura 13. Ficha de registro de Manoel Ezequiel do Amaral Júnior "Nequinha do Amaral". Usina Dom João (1942), p. 99.

Figura 14. Ficha de registro de Manoel Ezequiel do Amaral Júnior "Nequinha do Amaral". Usina Dom João (1942), p. 101.

Figura 15. Ficha de registro de Zilar do Amaral, datilógrafa. Usina Dom João (1945), p. 102.

Figura 16. Ficha de registro de Cristhovam Negreiros, serralheiro. Usina Dom João (1941), p. 105.

Figura 17. Ficha de registro de Raimunda Negreiros, auxiliar de escritório. Usina Dom João (1962), p. 105.

Figura 18. Meninos no canavial conduzindo bois com cargas de cana. Usina Dom João (década de 40), p. 118.

Figura 18. Ficha de registro de José Bitencourt, p. 123.

TABELAS

Tabela 1. Funções dos trabalhadores da usina Dom João (1910-1940), p. 56.

Tabela 2. Variedades de funções, usina Dom João (1935-1969), p. 69.

FONTES

FONTES ORAIS

Ademário B. Cardoso. Santo Amaro, Bahia, 29 de abril de 2004

Agnelo Majestade. Santo Amaro, Bahia, 10 de outubro de 2004; 10 de janeiro de 2006

Angelino Ribeiro. São Francisco do Conde, Bahia, 27 de julho de 2004

Ângelo Gomes de Sousa. São Francisco do Conde Bahia, 26 de janeiro de 2006

Cecílio Gramosa. Santo Amaro, Bahia, 29 de setembro de 2004

Cesário Barbosa, Terra Nova, Bahia, 13 de maio de 2004

Dejanira dos Santos. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006

Florisval Majestade. Santo Amaro 15 de abril de 2004; 12 de dezembro de 2004

Germínio dos Santos. São Francisco do Conde, Bahia, 24 de janeiro de 2005

Gildete Santos Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005

José Barbosa. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006

José Bitencourt. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006

José Falcão. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004.

José Joaquim dos S. Pena. São Francisco do Conde, Bahia, 30 de novembro de 2005

José Marques Batista. São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006

Lourdes Barbosa, São Francisco do Conde, Bahia, 25 de janeiro de 2006

Manoel Ezequiel do Amaral Júnior. São F. do Conde, Bahia, 25 de julho de 2005

Manoel dos Santos. Candeias, Bahia, 02 de dezembro de 2004.

Noelia de Souza. São Francisco do Conde, 27 de novembro de 2004.

Raimunda Negreiros. Santo Amaro, Bahia 16 de julho de 2004 e 14 de abril de 2004

Walfredo Chaves. São Francisco do Conde Bahia, 14 de julho de 2004

Zilar do Amaral. São Francisco do Conde, Bahia, 06 de abril de 2004

JORNAIS E REVISTAS

Jornal *O Momento*, 1948. Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal *A Tarde*, 1962. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Revista *Brasil Açucareiro*. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

MANUSCRITOS

Livros de Notas do Tabelião, 1910, 1927, 1942, 1943, 1971. Santo Amaro, Bahia.

IMPRESSOS

Processo Trabalhista (2002). Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região, Santo Amaro, Bahia.

ARQUIVOS PARTICULARES

Agnelo Majestade

Ana Tourinho

Angelino Ribeiro

Raimunda Negreiros

ANEXOS

Fichas de alguns dos trabalhadores entrevistados durante a pesquisa

Mª Tª Nunes de Azevedo 229

N. .....

Nome Germínio dos Santos

Filiação { Pai .....
Mãe Maria dos A. dos Santos

Carteiras { Profissional N. 84555 Série 1o1
Instituto I.API N. 11968475 -
Reservista N. ..... Série ..... Categoria 18154398 29
Estrangeiro .....

Sindicato a que pertence ..... Matricula n. .....

Estado Civil solteiro Instrução: primária Idade 35 anos

Data do nascimento: São Fco. do Conde Nacionalidade: Brasileira

Lugar do nascimento 1o de abril de 1933

Residência Usina Dom João Data da admissão 4 / 9,/58

Quando estrangeiro: { Data que chegou ..... / ..... / ..... É naturalisado? .....
É casado com brasileira? ..... Tem filhos brasileiros? .....

Categoria e ocupação habitual Servente Salário 8o,oo diários

Para trabalhar das 7 ás 12 horas, com o intervalo de 1 horas para refeição e descanço, e aos sábados das 7 ás 12 horas; num total de 48 horas semanais.

Fórma de pagamento quinzenal Nome dos beneficiários filhos

Assinatura do empregado: Germinio dos Santos

Polegar direito

Data 12 / 09 / 58

Data da dispensa ..... / ..... / .....

Fólio do livro de anotações .....

N. 685

Nome Valfredo Chaves

Filiação { Pai Alfredo Chaves
Mãe Maria Brasilina Chaves

Carteiras { Profissional N. 17881 Série 124
Instituto I A P I N. 16725383
Reservista N. Série Categoria
Estrangeiro

Sindicato a que pertence Matricula n.

Estado Civil Solteiro Instrução: primária Idade 28 anos

Data do nascimento: 12-10-935.- Nacionalidade: Brasileira

Lugar do nascimento São Francisco do Conde-Ba.-

Residência Dom João Data da admissão 1 / 8 / 63

Quando estrangeiro: Data que chegou / / É naturalisado?
É casado com brasileira? Tem filhos brasileiros?

Categoria e ocupação habitual Trab. Rural Salário Por Tarefa

Para trabalhar das 7 ás 16 horas, com o intervalo de 1 horas para refeição e descanço, e aos sábados das 7 ás 16 horas; num total de 48 horas semanais.

Fórma de pagamento quinzenal Nome dos beneficiários

Assinatura do empregado Valfredo Chaves

Polegar direito

Data / /

Data da dispensa / /

Fólio do livro de anotações

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar.* Salvador: Fieb, 2002.

ALMEIDA, Rômulo. *Nordeste: desenvolvimento social e industrialização.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren.* Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

ALVIN, Rosilene. *Família e operários de origem camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico* in: Cultura & identidade operárias: aspectos da cultura da classe trabalhadora. UFRJ: Museu Nacional, Marco Zero, 1987.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Organizadoras). *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil.* São Paulo: Ed. Itatiaia, 1982.

ARAUJÓ, Tatiana Brito de. *Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo baiano, 1875-1909.* Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1983.

AZEVEDO, Brandão, Maria. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.* Salvador: Casa de Jorge Amado, 1998.

AZEVEDO, Esterzilda. *Arquitetura do açúcar. Salvado.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1984.

BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARICKMAN, B. J. *"Até a véspera da: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881)".* Revista Afro-Ásia, 21-22, 1998-99.

BOSI. Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CERQUEIRA, Carlos Valeriano. *História da cultura da cana na Bahia.* Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, IGHB, 1950.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores da belle époque.* 2ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana.* Salvador: Editora Costa Pinto, 1997, 2ª edição.

CUNHA, Joaci. *Amargo Açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia, 1945-1964.* Salvador Dissertação de Mestrado, UFBA, 1994.

DE CARLI, Gileno. *História contemporânea do açúcar no Brasil.* IAA, 1940.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.* Campinas: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Jorge. *"Quando os trabalhadores querem: política e cidadania na transição democrática de 1945".* Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia: 1870-1910.* São Paulo, Unicamp, Tese de Doutorado, 2004.

FREIRE, Gilberto. Nordeste. *Aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

FRENCH, John. *Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. *"Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas".* Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998.

GOMES, Ângela de Castro. (org). *Trabalho e Previdência: sessenta anos em debate.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *"O imaginário sobre Getúlio Vargas"*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, número 1, junho de 1998.

LARA, Silvia Hunold. *"Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil"*. São Paulo: Projeto História, 16, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora UNICAMP, 1992.

LEITE LOPES José Sérgio. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na "Cidade das Chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1998.

LEITE LOPES, José Sergio. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MATOS, Milton dos Santos. *Recôncavo: berço dos canaviais.* Salvador: Editora Itapoan, 1975.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia século XIX. Uma província no império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo Hucitec, 1978.

MEYER, Dóris Rinaldi. *A terra de santo e o mundo dos engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina.* Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada.* São Paulo, Contexto, 1994.

NEVES, Lucília de Almeida. *"Memória e História: Potencialidades da História Oral"*. Art Cultura, Uberlândia-MG, volume 5, n.. 6, janeiro-junho/2003.

NOVIS, Renato. *A agroindústria do açúcar no Recôncavo da Bahia.* Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1968.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX.* Salvador: FCJA; UFBa – Centro de Estudos Baianos, 1999.

OTT, Carlos. *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos, 1535-1888.* Bahia: Editora Bigraf, 1996.

PALMEIRA, Moacir. *"Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana"* In Revista de Cultura e Política, vol. 1 agosto de 1979.

PALMEIRA, Moacir. *Feira e mudança econômica.* Simpósio de Pesquisas do Programas de Pós-graduação do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1970.

PANG, Eul-soo. *O engenho Central Bom Jardim na economia baiana: alguns aspectos de sua história, 1875-1891.* Rio de Janeiro: NA, IHGB, 1979.

PEDREIRA, Pedro Tomás. *Memória histórico-geográfica de São Francisco do Conde.* Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1977.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLLAK, Michael *"Memória e identidade social"*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10.

POLLAK, Michel. *"Memória, esquecimento e silêncio"*. Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.

QUEDAS, Oriowaldo. A *intervenção do Estado e a agroindústria açucareira paulista.* Piracicaba: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1972.

REGO, José Lins do. *Usina*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

RIOS, Ana Lugão. MATTOS, Hebe. Memórias *do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredo internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIGAUD, Lígia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco.* São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, João Saturnino. *O sistema agroindustrial canavieiro do Recôncavo baiano: uma aproximação sociológica.* Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFBA, 1973.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil, 1930-1975.* São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMPSON, E. Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.* Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Baiano de Agricultura, a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX.* Salvador: Dissertação de Mestrado, UFBA, 1982.

VELHO, Gilberto. *"Memória, Identidade e Projeto"* Revista TB, Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 1998.